

SEGUNDA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2009

PRESIDÊNCIA: PÖTTERING

Presidente

1. Reinício da sessão

Presidente. – Declaro reaberta a sessão do Parlamento Europeu, suspensa na quinta-feira, 12 de Março de 2009.

Em primeiro lugar, gostaria de saudar o novo Secretário-Geral do Parlamento Europeu, Klaus Welle, que se encontra à minha esquerda, e de lhe desejar as maiores felicidades no seu trabalho.

(Aplausos)

À minha direita encontra-se David Harley, o Secretário-Geral Adjunto, que representa, por assim dizer, a continuidade no seio do Secretariado. Também a ele quero desejar as maiores felicidades.

(Aplausos)

2. Declaração da Presidência

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, pediram-me que fizesse a seguinte declaração. Celebra-se esta semana o 60.º aniversário da deportação de centenas de milhares de cidadãos dos países bálticos. Na noite de 24 de Março de 1949, iniciou-se uma vaga de deportações soviéticas, durante a qual dezenas de milhares de Estónios, Letões e Lituanos foram expulsos pela força das suas pátrias. Foram despojados dos seus direitos civis e humanos e pereceram em consequência das duras e desumanas condições que enfrentaram nos campos de prisioneiros soviéticos.

Quase todas as famílias na Letónia, na Lituânia e na Estónia, assim como em outras antigas repúblicas soviéticas, sofreram em consequência dos terríveis actos de violência perpetrados pelo regime comunista totalitário. Quase todas as famílias tinham familiares que desapareceram na Sibéria, foram perseguidos pela KGB ou foram encarcerados e oprimidos. Os acontecimentos que estamos a evocar não tiveram lugar num qualquer passado distante e obscuro. São ainda memórias vivas de muitas pessoas que, hoje, são cidadãos da UE.

Por isso, com base nos nossos valores comuns, e no intuito de comemorar as numerosas vítimas destas deportações, é nosso dever condenar de forma clara e decidida estes crimes abomináveis perpetrados pelo regime comunista totalitário da União Soviética. O respeito que devemos às vítimas exige que avaliemos o passado de forma objectiva, aprofundada e cuidadosa, pois a reconciliação só é possível com base na verdade e na memória.

3. Aprovação da acta da sessão anterior: ver Acta

4. Composição do Parlamento: ver Acta

5. Boas-vindas

Presidente. – É para mim uma honra dar as boas-vindas, no nosso Parlamento, a uma delegação do Parlamento Pan-Africano. Como todos sabem, o Parlamento Pan-Africano representa para a União Africana aquilo que o Parlamento Europeu representa para a União Europeia.

Regozijo-me especialmente por poder dar hoje as boas-vindas ao Sr. Khumalo e aos seus colegas parlamentares, pois este facto dá-me a oportunidade de lhe exprimir a minha gratidão, assim como aos seus colegas e, desse modo, também à Presidente do Parlamento Pan-Africano, Sra. Mongella, pelo acolhimento que recebi em Outubro 2008, durante a minha visita ao Parlamento Pan-Africano, e pelo convite que me foi dirigido para intervir na sua sessão plenária.

Quero, uma vez mais, dar-lhes as sinceras boas-vindas. Estou muito feliz por se encontraram hoje aqui entre nós.

(Aplausos)

6. Declarações escritas caducadas: ver Acta

7. Seguimento dado às posições e resoluções do Parlamento: ver Acta

8. Transmissão de textos de acordos pelo Conselho: ver Acta

9. Petições: ver Acta

10. Entrega de documentos: ver Acta

11. Perguntas orais e declarações escritas (entrega): ver Acta

12. Ordem dos trabalhos: ver Acta

(A ordem dos trabalhos é aprovada)

*

* *

Monica Frassoni (Verts/ALE). – *(IT)* Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de lhe colocar uma questão relacionada com o Conselho Europeu. Ouvimos dizer que V. Exa. afirmou na reunião do Conselho Europeu que o Parlamento concorda que a votação do Presidente da Comissão se realize no dia 15 de Julho e que a dos restantes membros da Comissão tenha lugar após a adopção do Tratado de Lisboa.

Gostaria de saber se isso é ou não verdade e, se o for, com que autoridade fez tais declarações.

Presidente. – Senhora Deputada Frassoni, estou certo de que se recordará, dado que se encontrava presente, que esta questão foi discutida na Conferência dos Presidentes. Houve apenas uma objecção em relação à data de 15 de Julho, e essa objecção foi a sua. Os presidentes de todos os outros grupos partilharam a opinião expressa na minha declaração perante o Conselho. De qualquer modo, a senhora deputada poderá ler o texto exacto do meu discurso. O discurso encontra-se disponível a todos os deputados e ao público.

13. Intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes.

Erna Hennicot-Schoepges (PPE-DE). – *(FR)* Senhor Presidente, gostaria de chamar a atenção do Parlamento Europeu para a vinda a Praga do Presidente da Bielorrússia, Sr. Aleksandr Lukashenko. Será a vinda do Sr. Lukashenko compatível com os valores que defendemos? Pode a União Europeia manter relações com um Presidente que concentra todos os poderes, sem qualquer limite temporal e sem mandato? Que imagem dará a União Europeia ao aceitar a presença de um Presidente que mandou eliminar vários dos seus opositores políticos e que restringe os direitos dos seus cidadãos? Que imagem dará a nossa União à Administração Obama, quando um nacional dos Estados Unidos está definhar numa prisão bielorrussa e corre mesmo o risco de morrer se nada for feito rapidamente para o impedir? Penso que este convite nunca deveria ter sido feito.

Antonio Masip Hidalgo (PSE). – *(ES)* Senhor Presidente, gostaria de falar aqui do porto de El Musel, o grande porto da minha região, as Astúrias.

É absolutamente essencial que a Comissão liberte financiamentos para cobrir os custos suplementares deste porto. O Senhor Comissário Tajani compreendeu bem esta situação, assim como o seu predecessor, Jacques Barrot; ambos reconheceram os grandes desafios operacionais e ambientais do porto de El Musel.

Em plena crise, dada a natureza vital de trabalhos como os que se efectuam em El Musel, é tempo de se ultrapassarem os obstáculos existentes e excessivamente burocráticos e tempo de pensar com ambição e de avançar com esse financiamento de enorme importância para as Astúrias e o Norte de Espanha, bem como para a recuperação económica europeia. Permitam-me que volte a frisar: para a recuperação económica europeia, na qual Espanha tem muita honra em participar.

Metin Kazak (ALDE). – (BG) O resultado do último Conselho Europeu é um bom exemplo de como aplicar na prática um dos princípios fundamentais da União Europeia: a solidariedade.

Os 5,6 mil milhões de euros de ajuda permitirão às populações do Velho Continente enfrentarem as consequências da crise financeira e económica mundial. Os 105 milhões de euros aprovados para a Bulgária, e que se destinam à segurança energética, à Internet de banda larga e à agricultura, espelham o apoio dos cidadãos e a sua confiança crescente no programa estabelecido pelo governo para lidar com a crise.

Para o meu país é de importância crucial que a Comissão Europeia aprove e o Parlamento Europeu apoie a extensão, até ao ano 2013, da indemnização pelo encerramento antecipado da terceira e da quarta unidade da central nuclear de Kozloduy. A Bulgária foi dos países mais afectados em termos de danos resultantes da recente guerra do gás entre a Rússia e a Ucrânia. Consequentemente, importa respeitar o princípio de tratamento igual para todos os Estados-Membros da UE.

Confio em que o Presidente da Comissão, José Manuel Barroso, aprovará essa proposta e insto os meus colegas deputados ao Parlamento Europeu a permitirem que a justiça e a solidariedade continuem a caracterizar a Europa.

Eoin Ryan (UEN). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de levantar a questão dos ataques maliciosos e furtivos, bem como de certos comentários que estão a ser produzidos em determinados círculos acerca do sistema bancário e financeiro irlandês.

O sistema irlandês funciona dentro de um quadro legal e regulamentar de directivas no âmbito de uma política imposta pela UE. O sistema, na Irlanda, é tão forte ou tão fraco quanto o for esse quadro da UE. Como todos sabemos, o sistema regulador falhou à escala global. A Irlanda não é pior, nem melhor, do que qualquer outro país.

Oponho-me a comentários hostis sobre a Irlanda, provenientes de Londres, de Nova Iorque e dos órgãos de comunicação alemães. Todos estes países passaram por desafios e problemas, em matéria de regulação e de actividade bancária, tendo estes sido iguais, e, em muitos casos, bastante piores do que os que temos enfrentado na Irlanda. Os constantes ataques maliciosos de alguns de nossos vizinhos da UE têm-se baseado em preconceitos e não em factos objectivos, pouco fazendo pela solidariedade da UE, numa altura em que a Europa está a passar por enormes desafios económicos e financeiros.

László Tőkés (Verts/ALE). – (HU) A empresa de renome internacional Roşia Montană Gold Corporation, uma *joint venture* romeno-canadiana, está em vias de construir a maior mina de ouro a céu aberto da Europa, na cidade de Verespatak (Roşia Montană), na Transilvânia. O Parlamento Europeu, na sua resolução de Dezembro de 2004, exprimiu profunda preocupação perante a ameaça de catástrofe natural que o projecto coloca. Por sua vez, a assembleia-geral de 2005 da ICOMOS decidiu proteger o património histórico desta antiga povoação.

O empreendimento, acompanhado por uma série de escândalos, pretende utilizar o mesmo método de processamento com base na tecnologia do cianeto que contaminou todo o rio Tisza, em 2000. O património construído de Verespatak (Roşia Montană) foi também destruído e a sua população está mais pobre. Parece que o Governo Romeno se prepara para levantar a sua proibição temporária ao investimento.

Peço ao Parlamento Europeu que intervenha no sentido de salvar Verespatak e proteger o seu ambiente natural. A Comissão Europeia, por seu turno, deve contribuir para a reabilitação da cidade destruída e do seu meio ambiente.

Georgios Toussas (GUE/NGL). – (EL) Senhor Presidente, cumprem-se nos próximos dias:

- 10 anos desde a guerra suja desencadeada pela NATO e pelos governos da União Europeia, tanto de centro-esquerda como de centro-direita, contra o povo da Jugoslávia;

- 6 anos desde a guerra criminosa e a ocupação do Iraque pelos EUA e pelos seus solícitos aliados, uma guerra que custou a vida de aproximadamente 1,5 milhões de iraquianos;

- 60 anos desde a criação da NATO, a máquina de guerra dos imperialistas que ameaça a paz em todo o mundo e que se prepara para assinalar o seu 60.^o aniversário com a realização de uma cimeira comemorativa em Estrasburgo.

Há dez anos, nos dias 23 e 24 de Abril de 1999, os líderes dos países membros da NATO assinaram em Washington a declaração do 50.^o aniversário e aprovaram a sua nova doutrina. Foi então adoptada a nova estratégia da NATO, que constitui também uma subversão oficial das normas básicas do direito internacional. Seguiu-se uma série de outras intervenções criminosas levadas a cabo pela organização no Afeganistão, Iraque, Irão e Médio Oriente.

Com vista à Cimeira da NATO, as autoridades francesas transformaram o centro de Estrasburgo em zona interdita e activaram o mecanismo previsto na Convenção de Schengen para impedir a entrada em França de manifestantes pacifistas. Mobilizaram importantes forças militares e policiais para conter os manifestantes. Estas medidas, que violam de forma gritante os direitos democráticos básicos, mostram até que ponto os imperialistas e a NATO têm medo do povo.

Em resposta às celebrações e "fiestas" que assinalam o 60.^o aniversário da acção criminosa imperialista da NATO, é preciso que os povos consolidem o movimento pacifista anti-imperialista, reforçando a reivindicação popular da dissolução da NATO...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Kathy Sinnott (IND/DEM). - (EN) Senhor Presidente, os intergrupos têm uma longa e distinta história neste Parlamento. Nos intergrupos, os deputados podem unir-se, para além das divisões da política, para tratar de questões específicas.

Por exemplo, o intergrupo mais antigo – o que trata da deficiência – veta qualquer legislação que passe por este Parlamento, numa perspectiva de ter a certeza de que esta é favorável aos deficientes, além de pretender educar os outros deputados sobre a temática da deficiência.

Não obstante o valioso trabalho dos intergrupos, estes têm sido marginalizados ao longo do ano passado e, efectivamente, estão a ser encerrados devido a regras parlamentares internas que recusam salas de reunião para intergrupos salas e vagas de horário na sessão Estrasburgo.

Acho que precisamos de resolver este caso com muita urgente – antes da próxima legislatura – pois, caso contrário, os intergrupos passarão a ser coisa do passado, o Parlamento ficará muito mais pobre com a sua extinção e ao povo da Europa não vai ser tão bem servido como era.

(Aplausos)

Desislav Chukolov (NI). - (BG) Senhoras e Senhores Deputados, nos últimos anos vimos assistindo, na Bulgária, a uma prática desprezível a que se deu o nome de "compra de votos".

Todos os partidos políticos se dedicam a esse exercício, à excepção do partido patriótico "Ataka". Mesmo partidos que se consideram a si próprios uma alternativa aos partidos no poder compram votos - tivemos conhecimento, há poucos dias, de que tal sucedeu na aldeia de Brest, perto de Pleven.

As eleições que se aproximam serão, ao que parece, das mais manipuladas e desleais da história recente da Bulgária. O partido turcófono e anticonstitucional MRF despendeu a enorme quantia de 60 milhões de euros para conseguir o maior número possível de lugares em representação dos interesses da Turquia quer no Parlamento Europeu quer na Assembleia Nacional da República da Bulgária.

Perfila-se o perigo real de o próximo Parlamento Europeu contar com deputados que compraram os respectivos lugares. A mensagem do meu partido, o "Ataka", é "A Turquia fora da União Europeia", e instamos o Presidente Hans-Gert Pöttering a exortar as autoridades búlgaras a travarem essa possibilidade adoptando legislação eleitoral adequada.

György Schöpflin (PPE-DE). - (HU) A história é clara: a algumas centenas de metros da fronteira húngara, numa aldeia austríaca com o nome de Heiligenkreuz, uma empresa austríaca está a considerar a construção de um incinerador de resíduos de alta capacidade. Do lado húngaro, a cidade de Szentgotthárd considera o projecto inaceitável por razões de protecção ambiental, entre outras.

Ao longo dos últimos dois anos, tem havido protestos frequentes do lado húngaro, mas os austríacos recusam-se a reconhecer isso. O resultado é que um crescente sentimento anti-austríaco está a começar a afectar as relações tradicionalmente cordiais entre os dois países.

Solicitamos à parte austríaca que analise o projecto, tendo em conta as considerações levantadas pela Hungria, e que ponha termo ao seu desenvolvimento.

Gyula Hegyi (PSE) – (EN) Senhor Presidente, em Janeiro, a Comissão atacou a moratória húngara sobre o milho geneticamente modificado, o MON810. A moratória é claramente apoiada por toda a comunidade científica húngara, por todos os partidos políticos e pela sociedade húngara. No Conselho Europeu de Março, a Hungria e a Áustria obtiveram uma esmagadora maioria para manter essa moratória, apesar da decisão da Comissão. Vinte e três dos vinte e sete Estados-Membros apoiaram a Hungria contra a Comissão.

Este episódio mostra como é tempo de repensarmos o método de autorização de OGM na União Europeia. Penso – e, pela votação do Conselho, ficou claro – que a maior parte dos Estados-Membros pensa da mesma maneira: que os Estados-Membros devem ter a competência para autorizar ou não um OGM. Espero que o próximo Parlamento eleito vá criar um novo regulamento sobre a autorização de OGM, com base no espírito da subsidiariedade e da transparência. A Comissão deverá cooperar com o Parlamento e os Estados-Membros, não impor-lhes ditames.

Jean Marie Beaupuy (ALDE). – (FR) Senhor Presidente, uma das nossas colegas acabou de falar da questão dos intergrupos.

No seio deste Parlamento há mais de 20 intergrupos, cujo trabalho foi óbvio durante esta legislatura, que está agora prestes a chegar ao fim. Inúmeros textos foram melhorados graças ao trabalho desenvolvido pelos nossos intergrupos; dezenas de milhar de pessoas, Senhor Presidente, e centenas de instituições foram recebidas neste Parlamento graças ao trabalho dos intergrupos. Se continuarmos a oprimir os intergrupos recusando-lhes salas de reunião, haverá mais manifestações.

Senhor Presidente, V. Exa. tem uma grande experiência, uma vasta experiência com o nosso Parlamento. Não permita que subgrupos mais ou menos secretos se reúnam durante a próxima legislatura deste Parlamento. Não tememos pela transparência ao nível dos intergrupos, e é por isso que exortamos a fazer uma avaliação, de forma muito aberta, dos intergrupos durante esta legislatura. Essa avaliação fornecer-nos-á a prova da sua utilidade.

Peço-lhe encarecidamente, Senhor Presidente, que não permaneça surdo às reivindicações dos intergrupos e a todas as cartas que lhe foram endereçadas ao longo dos últimos anos.

Ewa Tomaszewska (UEN). – (PL) Senhor Presidente, não há como negar a crise demográfica que tem lugar na Europa. A resultante falta de trabalho representa uma ameaça ao desenvolvimento económico dos Estados-Membros da UE. A crise afecta igualmente a eficácia do sistema de pensões e está a criar graves problemas aos sistemas de saúde e social europeus.

Entretanto, a Comissão Europeia não conseguiu compreender os nossos esforços para alterar as tendências demográficas negativas promovendo o desenvolvimento familiar. Concretamente, houve objecções quanto à necessidade de baixar o IVA sobre os produtos destinados aos bebés, como por exemplo, fraldas. A ideia de punir os países, individualmente, por adoptarem este género de soluções mostra uma falta de consciência dos perigos que enfrentamos ou, em alternativa, poderá ser considerada como um sinal de má fé. Em todo o caso, é inaceitável.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL). – É um escândalo que a única fábrica de pneus com capital totalmente português esteja paralisada há vários meses, pondo em risco cerca de 300 postos de trabalho directos numa zona socialmente deprimida do Vale do Ave, com uma das mais elevadas taxas de desemprego da União Europeia depois do encerramento em série de empresas e de redução do emprego no sector têxtil.

Os trabalhadores da Camac em Santo Tirso e o sindicato que os representa denunciaram publicamente esta grave situação, referindo que a empresa não tem qualquer dívida para com a banca e o Estado, sendo pelo contrário até credora em dezenas de milhares de euros resultantes da retenção do IVA. Os grandes credores são os próprios trabalhadores, a quem os salários deixaram de ser pagos porque a empresa não suportou as consequências da desvalorização da libra britânica, para onde exportava a quase totalidade da produção, nem o aumento vertiginoso do custo das matérias-primas utilizadas no processo de fabrico.

Depois do pedido de insolvência da empresa, aguardam até 30 de Março por uma solução. É urgente que o Governo português e a Comissão Europeia respondam ao alerta e grito de revolta que os trabalhadores lançaram para evitar mais desemprego e miséria numa zona onde não há alternativas de emprego.

Philip Bushill-Matthews (PPE-DE) – (EN) Senhor Presidente, a revisão e reforma dos procedimentos parlamentares está à cabeça da ordem do dia, e estou certo de que este tema lhe é caro pessoalmente.

Não se importa que eu reforce os comentários já aqui feitos por alguns colegas acerca da importância dos intergrupos? Sou Co-Presidente do Intergrupo "Envelhecer", e como V. Exas. sabem, este ano, mais de 50% dos eleitores – pela primeiríssima vez – vão ter mais de 50 anos, por contraposição aos que têm menos de 50. Portanto, as questões do envelhecimento não constituem temas meramente do interesse de quem está cá dentro, mas também das pessoas que estão lá fora, entre os nossos constituintes.

Peço-lhe encarecidamente, Senhor Presidente, que use as qualidades de lucidez e justiça, que são timbre da sua presidência, para se assegurar de que, daqui para a frente, o trabalho dos intergrupos pode ser facilitado e não impedido. Será que nos pode fazer essa promessa?

Presidente. – É sempre agradável ver os Conservadores britânicos plenamente a bordo do navio europeu, e completamente do nosso lado. Muitíssimo obrigado, e a promessa do meu melhor comportamento.

Proinsias De Rossa (PSE). - (EN) Senhor Presidente, intervenho para abordar a questão da violação do direito ambiental na Irlanda, especificamente em relação à qualidade da água. O novo levantamento da UE sobre a qualidade da água na Irlanda indica que quase dois terços das pessoas afirmam que a qualidade da água é um problema grave, enquanto metade considera que a qualidade se deteriorou desde 2004.

Oitenta por cento das pessoas consideram que, durante os últimos cinco anos, não houve melhoria na qualidade das águas dos nossos rios, lagos e zonas costeiras. Há sete anos que a Comissão tem vindo a investigar se o Governo irlandês está ou não a cumprir a decisão de 2002 do Tribunal de Justiça Europeu em como a Irlanda violou a legislação da qualidade das águas.

Temos de encontrar maneiras de assegurar que as leis que aprovamos a bem do interesse dos cidadãos da Europa são, de facto, aplicadas pelos Estados-Membros. A Comissão, que é o polícia da União, deve impreterivelmente agir, no momento oportuno, para assegurar essa conformidade.

Kinga Gál (PPE-DE). - (HU) Nos novos Estados-Membros, em momentos de tensão, os velhos reflexos daqueles que estão no poder, inaceitáveis num Estado de direito, continuam a funcionar. Quando foi o nosso feriado nacional húngaro, os direitos políticos foram violados de forma inaceitável em Budapeste. A zona em torno das comemorações foi completamente vedada, como acontecia durante a ditadura. Há poucos dias, a exigência de maior responsabilidade por parte do governo e o apelo à demissão do primeiro-ministro depararam-se com uma acção policial que incluiu detenções e um tratamento desumano e humilhante.

Desde o fim-de-semana, temos também assistido ao menosprezo pela democracia por parte das autoridades, uma vez que estão a tentar evitar a realização de eleições antecipadas, através da mudança de algumas das posições dirigentes mais importantes. Este não é o tipo de Estado democrático regido pelos princípios do primado de direito com que nós, a jovem geração do final do regime comunista, sonhámos. Pelo contrário, temos a sensação de que é desta forma que as ditaduras suaves começam.

Do mesmo modo, as acções das autoridades romenas trazem-nos à memória reflexos do passado, quando, contra a recomendação destas autoridades, o Presidente da República Húngara viajou para participar nas comemorações do 15 de Março com a comunidade húngara na Roménia, que totaliza 1,5 milhões de pessoas, mas só conseguiu fazê-lo como particular, deslocando-se de carro. A razão para isso foi que a autorização para a aterragem do avião do presidente foi revogada pela Roménia, com o argumento forçado de que a visita prejudicaria a parceria entre os dois países. Isto acontece em 2009, em dois Estados-Membros da UE nossos vizinhos.

Csaba Sándor Tabajdi (PSE). – (HU) Na semana passada, a Cimeira da UE confirmou os princípios básicos que o Parlamento Europeu também enunciou, a saber, que a União Europeia não tolerará o proteccionismo e não permitirá o desmantelamento das conquistas do mercado comum. Felicito o Senhor Presidente, uma vez que ele esteve presente na reunião do Conselho Europeu.

Foram tomadas muitas decisões importantes, incluindo decisões sobre o assunto que o Primeiro-Ministro Ferenc Gyurcsány, da Hungria, recomendou há um ano e que o relatório Rasmussen do Parlamento Europeu

apoiou, nomeadamente, a criação de um sistema de supervisão do mercado financeiro e da banca. Na cimeira, foi tomada uma decisão de princípio sobre esta matéria, o que representa um avanço muito importante.

É um avanço importante para toda a União Europeia, mas sobretudo para a Europa Central e Oriental e os Estados bálticos, que os bancos não possam abandonar as suas filiais situadas nesta região, devendo, pelo contrário, fazer-lhes chegar o apoio que recebem.

O facto de o apoio à balança de pagamentos dos Estados-Membros fora da zona do euro ter duplicado, passando de 25 mil milhões para 50 mil milhões de euros, constitui uma expressão muito importante da solidariedade comunitária. Trata-se de algo que é do interesse comum de todos nós e, felizmente, do interesse de toda a União Europeia.

Aurelio Juri (PSE). – (SL) Na nossa última sessão aprovámos um importante pacote de legislação marítima que veio melhorar os procedimentos a seguir em caso de acidentes marítimos.

Como sabemos, o mar traz-nos muitos benefícios, mas também implica riscos. Quando ocorre um acidente de grandes proporções, quem vive ao longo da costa arca com as consequências. Portanto, as melhores medidas a tomar são as medidas de prevenção, em especial o tipo de prevenção que regula o volume e a natureza do tráfego marítimo consoante a sensibilidade da área que é atravessada.

Por este motivo, gostaria de fazer a seguinte pergunta à Comissão e, em particular, ao Senhor Comissário Tajani, que é responsável pelo pelouro dos transportes e a quem me vou dirigir na sua língua materna, o italiano.

(IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, (...) como os objectivos desta nova lei sobre segurança marítima se coadunam com os planos de dois regaseificadores produtores de metano no Golfo de Trieste, uma zona de intenso tráfego naval e forte concentração urbana em que o fundo marinho não ultrapassa os 20 metros de profundidade e não deve ser tocado porque está impregnado de mercúrio. Se forem construídos, os terminais irão atrair semanalmente um metaneiro por cada instalação, e sabemos bem os riscos que esses navios comportam em zonas como esta.

Bogusław Rogalski (UEN). – (PL) Senhor Presidente, hoje gostaria especialmente de me centrar na forma como o exército israelita tenta, mesmo debaixo do nosso nariz, apagar do mapa a nação palestiniana. Não deveríamos ficar indiferentes ao assunto.

Ouço as informações dos meios de comunicação israelitas com embaraço, ouço os soldados contarem que lhes foi dito para atirar sobre civis, incluindo mulheres idosas. O jornal Haarec publicou a ordem escrita dada por um dos comandantes militares aos seus subordinados. O comandante ordenou aos seus homens que atirassem sobre pessoas que ajudem palestinianos feridos. Em última análise, os soldados também aprenderam a mostrar indiferença absoluta pelas vidas palestinianas. A prova disto está nas macabras T-shirts usadas pelos soldados israelitas, que mostram uma mulher grávida e têm um slogan que diz o seguinte: "um tiro, duas mortes".

Impõe-se quebrar o silêncio desta Assembleia sobre o assunto. Nenhuma nação é melhor ou pior do que qualquer outra. Hoje, o povo palestiniano precisa da nossa ajuda e do nosso apoio. Temos de estar à altura do desafio e dar resposta a este problema.

Anna Záborská (PPE-DE). – (SK) Senhor Presidente, há duas semanas deu-nos uma notícia bastante triste e terrível. Na Alemanha, um jovem matou 15 pessoas e, depois, suicidou-se. Cometeu assassinato e mergulhou muitas pessoas, incluindo a sua própria família, no desgosto e no desespero. A sua família também perdeu um filho e o seu mundo também se desmoronou.

Permitam-me que cite as palavras do Presidente alemão, no funeral das vítimas: "Todos nós somos confrontados com uma questão muito séria. Estamos a fazer o suficiente para nos proteger a nós próprios e aos nossos filhos? Estamos a fazer o suficiente para proteger aqueles que estão em risco? Estamos a fazer o suficiente pela paz nos nossos países? Temos de nos perguntar a nós próprios o que podemos fazer melhor no futuro e que lições podemos tirar deste acontecimento. Ajudemos também tanto os pais como os seus filhos a evitarem o perigo."

Por isso, gostaria de voltar a apelar ao Parlamento Europeu e à Comissão Europeia para que apoiem a campanha europeia intitulada "Sabe onde estão os seus filhos?" Tal como já afirmei nesta Câmara, façamos tudo o que podemos para garantir que não volte a acontecer nada semelhante.

Silvia-Adriana Țicău (PSE). – (RO) A União Europeia é, em primeiro lugar e sobretudo, uma Europa social. Precisamos de desenvolvimento económico, mas precisamos igualmente de empregos, pensões e salários decentes, acesso à saúde e serviços de educação que, ainda por cima, devem ser de boa qualidade.

Durante uma crise económica muitas empresas experimentam dificuldades e os trabalhadores perdem os seus empregos.

Na Roménia, nas instalações da Arcelor Mittal em Galați e Hunedoara, vários milhares de trabalhadores ficarão, em sistema rotativo, numa situação de "tecnicamente" desempregados, recebendo apenas 75% do seu salário ou sendo, simplesmente, dispensados. Situações semelhantes ocorrem também noutros países e noutras empresas de sectores industriais diferentes.

Insto a Comissão a considerar a elaboração de uma decisão do Conselho com o objectivo de rever os critérios de acesso ao Fundo Social Europeu e ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Isto deve ser feito a nível industrial e empresarial, não apenas a regional e localmente, de modo a que os fundos sejam mobilizados com celeridade para ajudar os trabalhadores que atravessam uma situação de crise.

Creio que a Europa pode e tem de fazer mais pelos empregados que enfrentam dificuldades.

Edit Bauer (PPE-DE). – (HU) Gostaria de chamar a atenção para os métodos utilizados pelo Governo Eslovaco para reprimir os direitos linguísticos das minorias, em violação dos seus direitos. Na semana passada, o governo aceitou uma alteração legislativa relativa à língua nacional que, segundo o governo, não afecta a utilização da língua pelas minorias. Todavia, o próprio projecto de lei sugere o contrário.

Gostaria de citar dois exemplos. O n.º 4 do artigo 8.º do projecto de lei refere-se aos cuidados de saúde e às instituições sociais e afirma que existem dois casos em que os indivíduos pertencentes a um grupo minoritário podem utilizar a sua língua materna nestas instituições: se não conhecerem a língua nacional, ou se a instituição estiver localizada num agregado populacional onde a percentagem de minorias ultrapasse os 20%. Assim, o médico terá de perguntar primeiro ao paciente que língua fala e só depois disso poderá perguntar o que se passa; caso contrário, estará em violação da lei, o que, de acordo com o projecto de lei, será punível com uma coima entre 100 e 5 000 euros.

A situação não é melhor quando se trata de serviços de informação, já que os programas de rádio - à excepção do serviço público de rádio - terão de ser transmitidos primeiro na língua minoritária e depois novamente em tradução integral.

Senhor Presidente, tenho apenas uma pergunta: poderão as minorias contar com o apoio da Europa?

Jelko Kacin (ALDE). – (SL) Há, já desde Setembro de 1945, um monumento aos primeiros anti-fascistas da Europa em Bazovica, perto de Trieste, a curta distância da fronteira italiana com a Eslovénia. Quatro patriotas eslovenos, Bidovec, Marušič, Miloš e Valenčič, foram condenados à morte por um tribunal especial fascista em 1930, durante o Primeiro Julgamento em Trieste.

O monumento já foi danificado e manchado com tinta dezasseis vezes até hoje, a última das quais há pouco mais de uma semana. Este acto de vandalismo é um de uma série de esforços políticos, económicos, culturais e educacionais para exercer pressão sobre a comunidade étnica eslovena na Itália e sobre a República da Eslovénia.

Toda uma série de actos, em que foram manchados com tinta monumentos eslovenos, paredes de escolas eslovenas e placas regionais com nomes em língua eslovena, feriu profundamente os sentimentos de cidadãos italianos de ascendência eslovena e os cidadãos eslovenos da República da Eslovénia.

No entanto, ainda ninguém foi responsabilizado por estas infracções penais. Considero difícil de acreditar que a polícia italiana seja tão incompetente que não tenha conseguido descobrir os autores das mesmas ou que haja falta de vontade política para os encontrar. Quando, pela décima sexta vez seguida, parece impossível encontrar os responsáveis, é realmente de mais!

Dimitar Stoyanov (NI). – (BG) Senhoras e Senhores Deputados, no último período de sessões, no âmbito do debate sobre a Turquia, foi aqui dito que a Turquia não reconhece o genocídio arménio. Mas os senhores desconhecem outro genocídio também cometido pelos turcos ao longo de quinhentos anos e que esse país também não reconhece: o genocídio búlgaro.

Tentarei dar uma pequena ideia daquilo que foi o genocídio búlgaro, recorrendo à descrição da época, da autoria do jornalista americano Januarius Aloysius Gahan, de acontecimentos passados durante quatro dias de Abril de 1876:

"Não sei se esta informação é imparcial ou não, mas tendo em conta o número oficial de 15 000 mortos em quatro dias, isso também não me parece muito importante. Mesmo que o número não fosse exacto, nada poderá suavizar o horror dos actos cometidos, cuja tremenda dimensão pode ser calculada a partir dos torpes e desprezíveis pormenores desse brutal massacre. O próprio cônsul francês ouviu os *bashibazouks* contarem com prazer a um público atento que, quando cortavam a cabeça às crianças, observavam com curiosidade os seus corpitinhos cair e rolar como frangos no matadouro."

O parágrafo transcrito fala de quatro dias, apenas, de cinco séculos de genocídio total perpetrado pelos turcos otomanos relativamente ao povo búlgaro escravizado. Nós, deputados do "Ataka", exigimos o reconhecimento desse genocídio e um pedido de desculpa formal antes de podermos dar início a qualquer debate sobre a adesão da Turquia à União Europeia.

Ioannis Gklavakis (PPE-DE). - (EL) Senhor Presidente, para além do seu cariz agrícola e económico, a política agrícola comum, depois das revisões a que foi sujeita entre 2003 e 2008, é agora sobretudo uma política de cariz social, e isso é, a meu ver, muito correcto. Por exemplo, estão a ser reforçados os programas de ajuda alimentar, estão a ser tomadas iniciativas para promover o consumo de frutas e legumes nas escolas, o que também considero muito correcto, e estão a ser implementados programas tendo em vista a introdução da banda larga e a revitalização do mundo rural.

Precisamos, contudo, de uma política agrícola comum robusta para dar resposta às necessidades actuais, porque graças a esta política os agricultores recebem apoio e permanecem no espaço rural. Unamos, pois, as nossas vozes e exijamos que os recursos da política agrícola comum deixem de ser canalizados para outras políticas. Temos de aumentar as verbas da política agrícola comum:

- se queremos alimentos seguros, porque só os alimentos seguros podem e devem ser alimentos europeus;
- se queremos dispor de alimentos suficientes, porque só assim conseguiremos combater as crises;
- se queremos um ambiente protegido, então os alimentos terão de ser produzidos de acordo com as práticas europeias;
- se queremos que os agricultores permaneçam no mundo rural, temos de os ajudar;
- se queremos consumidores saudáveis, temos de lhes fornecer alimentos europeus.

Para finalizar, gostaria de pedir à União Europeia que aumente o seu orçamento, porque assim dará um futuro à nossa Europa. De igual modo, se queremos um sector agrícola robusto, temos de aumentar os fundos da política agrícola comum.

Chris Davies (ALDE) – (EN) Senhor Presidente, passou mais de um mês, desde que V. Exa. visitou Gaza, mas os últimos números fornecidos pelo Governo israelita mostram que nada mudou: nos postos de controlo, ainda não é permitida a passagem de materiais para a reconstrução tão pouco é permitida a passagem de qualquer material para as escolas ou para a indústria. O bombardeamento foi interrompido, mas o bloqueio continua.

Talvez esta fosse uma boa altura para este Parlamento tentar influenciar opiniões, aqui realizando uma exposição de T-shirts, às quais aqui foi feita referência por outro colega – e que constituem peças de vestuário produzidas e criadas por soldados, como é o caso do atirador da Brigada Givati, cujo desenho inclui uma mulher palestina grávida e o slogan em inglês: "One shot, two kills" ("Um tiro, duas mortes"). Existem outros relatos na imprensa israelita da existência de outros modelos que são mais racistas, mais extremistas, mais iníquos. Uma exposição destas poderia encorajar os colegas a questionarem se, nas actuais circunstâncias, devemos ou não continuar com o Acordo de Associação UE-Israel.

Presidente. – Senhor Deputado Davies, na sua reunião da passada quarta-feira, a Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica, a que eu próprio presidi, aprovou uma resolução sobre a trágica situação no Médio Oriente. Gostaria de lhe lembrar este facto. Vale a pena tomar nota desta resolução. Obrigado pelas suas observações.

Péter Olajos (PPE-DE). - (HU) Não é a primeira vez que me sinto obrigado a tomar a palavra em relação à proposta de uma enorme central eléctrica a carvão, com emissão anual de 4 milhões de toneladas de dióxido

de carbono, prevista para a cidade de Tóketerebes (Trebišov), na Eslováquia. Esta central confrontou-se com protestos igualmente generalizados tanto do lado eslovaco da fronteira como do lado húngaro e, apesar disso, as partes envolvidas reiniciaram o seu processo de licenciamento.

Do outro lado da fronteira, o Governo Húngaro publicou uma "Estratégia de gestão de crises e de crescimento", segundo a qual, com o argumento da gestão de crises, a Hungria procura agora expandir o maior emissor de dióxido de carbono, a central de Mátra, que emite mais de 6 milhões de toneladas de poluição por ano, através de um novo bloco alimentado a lenhite, de 440 megawatts. Escusado será dizer que nenhuma destas centrais irá utilizar tecnologias de CAC (captação e armazenamento de dióxido de carbono).

No final do ano passado, a União Europeia adoptou o Pacote Clima e, no último fim-de-semana, na Cimeira da UE, aprovou o financiamento de um regime de compensação das alterações climáticas para os países em desenvolvimento. Além disso, estamos a preparar a toda a velocidade a Conferência de Copenhaga sobre o clima, a decorrer em Dezembro. Entretanto, os dirigentes de dois Estados-Membros, a Eslováquia e a Hungria - embora este último tenha acabado de se demitir - prosseguem o financiamento das alterações climáticas com o dinheiro dos contribuintes, como se nada tivesse acontecido e ignorando os protestos destes. Espero que a União Europeia não dê qualquer espécie de apoio, quer político quer material, a uma tal atitude.

Luisa Morgantini (GUE/NGL). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, enquanto em Jerusalém Oriental prossegue a demolição de milhares de casas palestinianas, a própria cultura palestiniana está a ser alvo da política israelita. Numa atitude que é de lamentar, alguns soldados israelitas fizeram T-shirts com a imagem de uma mulher grávida palestiniana na mira de uma arma e com a legenda "1 tiro, 2 mortes".

A cultura árabe está sob ataque. A Autoridade Palestiniana, juntamente com as nações árabes, escolheu Jerusalém Oriental – não toda a cidade de Jerusalém – para ser a capital da cultura árabe em 2009. Israel deteve 20 activistas – entre os quais se encontram também activistas internacionais – que apenas estavam a organizar um evento para celebrar a cultura palestiniana. Isto constitui uma tentativa para acabar com toda e qualquer presença palestiniana em Jerusalém Oriental.

Questiono-me, portanto, se a comunidade internacional poderá fazer alguma coisa para garantir que esse evento possa ter êxito e para que Jerusalém seja efectivamente uma capital partilhada. Vamos mobilizar-nos para que esse evento se concretize.

Alojz Peterle (PPE-DE). – (SL) No fim-de-semana, a Eslovénia e, em especial, a região de Baixa Carniola ficou alarmada com a decisão da Renault de transferir o fabrico do Clio de Novo Mesto para França.

Gostaria de acreditar na explicação oficial que foi dada, de que a decisão se justificava pelo aumento da procura dos modelos Clio e Twingo e não por uma questão de protecção motivado pelas dificuldades da indústria automóvel.

Senhoras e Senhores Deputados, a quem pertence a fábrica de automóveis Revoz em Novo Mesto? É eslovena ou francesa? A resposta é clara: uma fábrica eslovena que fabrica automóveis franceses é, indubitavelmente, uma instalação fabril europeia.

Acredito firmemente que temos de proteger a indústria automóvel com uma solução europeia e não com soluções nacionais. Se assim não for, estaremos a afastar-nos do cumprimento das quatro liberdades básicas que formam o cerne do mercado único europeu.

Milan Horáček (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, no início de Março, os presos políticos Mikhail Khodorkowski e Platon Lebedev foram transferidos de Chita, na Sibéria, para Moscovo, a fim de enfrentarem uma vez mais acusações sem fundamento. A primeira audiência pública deverá ter lugar em 31 de Março. A quinta ronda de consultas sobre direitos humanos entre a UE e a Rússia deveria ter tido lugar no mesmo dia. Estas importantes conversações foram agora adiadas indefinidamente pelos Russos.

A Rússia está, assim, a demonstrar muito claramente o pouco valor que atribui aos direitos humanos. Em vez de administrar a justiça, o sistema judicial continua a servir o propósito de eliminar os opositores do regime, iludindo desse modo a UE.

Richard Seeber (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, queria dirigir uma crítica à Comissão no que se refere à decisão de proibir a lâmpada de incandescência clássica, que foi apresentada por escrito na semana passada. Apoio inteiramente os requisitos de eficiência energética e os objectivos climáticos por nós estabelecidos em conjunto com o Conselho e a Comissão. Apenas a abordagem foi a errada neste caso. É nítido que os cidadãos não se sentem incluídos quando são tomadas decisões à porta fechada, utilizando os procedimentos

de comitologia. Por isso, a Comissão merece efectivamente a nossa crítica por não ter envolvido o Parlamento Europeu no processo de tomada de decisão e por não seguir o procedimento normal.

Em segundo lugar, houve uma clara falta de comunicação. As pessoas sentem grande insegurança, pois não foi efectuada qualquer avaliação do impacto global relativamente a estas medidas, sobretudo quando sabemos que estas lâmpadas de incandescência contêm mercúrio, representando, por conseguinte, uma ameaça para a saúde humana, em especial para as crianças.

Em terceiro lugar, também teria sido aconselhável pensar no futuro e promover as novas tecnologias. Peço à Comissão, portanto, que apresente uma nova proposta.

Tunne Kelam (PPE-DE) – (EN) Senhor Presidente, Estónios, Letões e Lituanos endereçam a V. Exa. os seus sinceros agradecimentos pela sua manifestação de solidariedade por ocasião dos 60 anos desde as deportações de 1949, nos Estados bálticos, factos que foram universalmente avaliados como crimes contra a humanidade, cometidos em tempo de paz, quatro anos após a fim da guerra. Dois terços dos deportados eram mulheres e crianças, enviadas para a Sibéria por aproximadamente dez anos. Proporcionalmente, o número de pessoas deportadas seria meio milhão de pessoas se essas deportações tivessem ocorrido em três Estados nórdicos – Suécia, Dinamarca e Noruega.

No entanto, hoje é claro que o alargamento político e económico da Europa não é suficiente para ter uma Europa verdadeiramente integrada como enquanto "comunidade de valores". Precisamos de uma nova vaga de alargamentos: o da consciência da Europa. Temos uma premente necessidade de consciência e vontade europeias para reconhecer estes crimes e este preconceito como uma parte integrante da nossa história comum.

Maria Petre (PPE-DE). – (RO) Muitos de nós têm falado hoje da necessidade de solidariedade; gostaria também de continuar neste tema.

A independência energética da União Europeia e a solidariedade dos Estados-Membros nesta matéria são mais necessárias do que nunca. A nossa acção deve ser unida e concertada tendo em conta não só os riscos como também a necessidade de diversificar os nossos recursos.

Felicitó o Conselho Europeu pelo acordo que alcançou relativamente ao Plano de Relançamento Económico, pela tónica que foi colocada no sector da energia e no financiamento do projecto de Nabucco.

Insto a Comissão Europeia a encontrar com rapidez e eficácia os métodos que garantam que estes financiamentos são efectivos e produzem os resultados necessários, tanto ao nível do sector da energia como, em particular, do sector económico, gravemente afectados e ameaçados pelo proteccionismo.

Recorrer ao proteccionismo é o pior que pode acontecer para as economias, sejam elas, emergentes e desenvolvidas.

Marie Panayotopoulos-Cassiotou (PPE-DE). – (EL) Senhor Presidente, decorreu um ano desde que a decisão do grupo de revisão do Regimento do Parlamento Europeu veio dificultar o funcionamento dos intergrupos ao estabelecer que estes apenas funcionam nas tardes de quinta-feira. Na prática, esta decisão acabou com os intergrupos, que serviam de plataforma para a apresentação de ideias, geralmente sobre questões que, na sua maior parte, não dizem respeito às políticas europeias, como é o caso do tema da família.

Na minha qualidade de presidente do intergrupo sobre a família e a protecção das crianças, cumpre-me transmitir-lhe o profundo pesar das associações de famílias, da sociedade civil e de simples cidadãos europeus pelo facto de já não poderem expressar-se através desse intergrupo.

O grupo que se ocupa da revisão do Regimento não nos disse se efectuou alguma avaliação dos intergrupos e não nos deu uma solução para o futuro. Como poderemos substituí-los?

Nicodim Bulzesc (PPE-DE) – (EN) Senhor Presidente, gostaria de falar sobre uma questão muito importante relacionada com o Prémio Europeu de Literatura. O prémio é financiado pelo programa cultural da União Europeia, e pretende colocar em foco a criatividade no domínio da ficção contemporânea. Penso que é uma iniciativa muito positiva, mas tenho algumas preocupações relativamente à sua execução.

Tenho sido contactado por organizações culturais do meu país que estão descontentes por, este ano, a Roménia não estar incluído no programa. Com efeito, dos 34 países elegíveis, apenas 12 são incluídas em cada ano neste programa. A questão pertinente é saber como podem os restantes países, incluindo a Roménia, assumir um papel activo, se não forem de todo incluídos no programa. Assim sendo, gostaria de chamar a

vossa atenção para este problema, e espero que consigamos encontrar, em conjunto com a Comissão Europeia, uma forma adequada de resolver este problema.

Nicolae Vlad Popa (PPE-DE). – (RO) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, este será um ano difícil para a Europa. Temos pela frente desafios sem precedentes na história da Europa.

Há que lutar contra a crise económica e financeira, contra a crise energética, alterações climáticas e contra o terrorismo que constitui uma ameaça a tudo aquilo que construímos até hoje. Precisamente por tudo isto, é mais importante do que nunca que nos mantenhamos unidos.

Impõe-se tomar uma posição contra o discurso anti-europeísta, contra os elementos ultra-nacionalistas que são destrutivos e perigosos. No clima em que vivemos, os cidadãos descontentes com o agravamento da crise, já para não falar de outros problemas, podem facilmente ser manipulados por ultra-nacionalistas que usam este clima generalizadamente desfavorável para atacar a Europa unida. Permitam-me que vos lembre que os efeitos da crise que estamos a sentir neste momento teriam sido catastróficos sem a União Europeia e a zona euro.

Exorto todos os políticos europeus envolvidos em campanhas eleitorais a adoptar uma posição firme contra o discurso anti-europeu. Exorto-os a não recorrerem a elementos ultra-nacionalistas e chauvinistas ou a "discursos combativos" só para ganhar alguns votos extra. Obrigado.

Iuliu Winkler (PPE-DE). – (HU) Segundo o discurso oficial gerado pela crise económica mundial, a confiança no sistema financeiro internacional precisa urgentemente de ser restabelecida. Neste momento, confiança é a palavra-chave, o que se reflecte também nos documentos da União Europeia.

Gostaria de sugerir uma outra palavra-chave, solidariedade, já que a solidariedade ou cooperação é um valor fundamental, frequentemente repetido, em que a União Europeia se baseia. No entanto, gostaria de perguntar se nós, aqueles que estamos fora da zona euro, poderemos falar de uma prática de solidariedade, quando somos aconselhados a aumentar impostos e contribuições, em vez de contarmos com os fundos de crise e os mecanismos da UE, visto que é precisamente com base no princípio da solidariedade que a UE gere este fundo.

Será que os cidadãos dos Estados-Membros da Europa Central e Oriental têm de renunciar à esperança de recuperar o atraso em relação ao nível de vida da UE, dentro de um prazo razoável? Não me parece. Estou certo de que o ponto de vista europeu, que a UE tem vindo a anunciar em antecipação da próxima cimeira do G20, constituirá um ponto de vista aceitável por todos nós.

Csaba Sógor (PPE-DE). – (HU) As comunidades húngaras de cinco Estados-Membros da UE comemoraram recentemente a Revolução Húngara e a Guerra da Independência de 1848-49. Os Húngaros lutaram então ombro a ombro com Polacos, Sérvios, Croatas, Suábios, Alemães, Austríacos, Arménios e Romenos pela sua própria liberdade e por um mundo livre, contra os dois maiores exércitos da Europa de então.

Comemoramos este acontecimento em Março de cada ano, e os Presidentes de dois outros países têm-no feito igualmente. As autoridades romenas procuraram de forma desonrosa, imprópria de um país da UE, impedir László Sólyom, o Presidente da República da Hungria, de viajar para a Roménia. O que teria acontecido se tivessem tentado fazer o mesmo com o Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, que também reconheceu e prestou homenagem à Guerra de Independência húngara de 1848, se acaso ele tivesse pretendido visitar a Roménia?

Seria bom se, finalmente, todos pudéssemos perceber que vivemos na Europa, onde podemos respeitar o passado e a história uns dos outros e também respeitar mutuamente os nossos feriados nacionais.

Călin Cătălin Chiriță (PPE-DE). – (RO) Sou a favor da integração e da adesão da Sérvia à União Europeia. Neste contexto, insto a Comissão Europeia a adoptar medidas específicas para garantir os direitos do povo que pertence à minoria étnica romena que vive no Vale Timoc.

A Convenção-Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais e a Carta Europeia para as Línguas Minoritárias e Regionais têm de ser efectivamente aplicadas no Vale Timoc, nos condados de Craina, Morava, Pojarevaț e Timoc, no Leste da Sérvia. Estamos em 2009 e creio que chegou a altura de a tradicional comunidade de etnia romena no Vale Timoc usufruir do direito a uma representação proporcional, assim como a igrejas e escolas na sua língua materna romena. Muito obrigado.

PRESIDÊNCIA: ONESTA*Vice-presidente*

Presidente. - Está encerrado o debate.

14. Acordo de Parceria Económica CE-CARIFORUM - Acordo de Parceria Económica de etapa CE - Costa do Marfim - Acordo de Parceria Cariforum - CE - Acordo de Parceria Económica provisório CE - Costa do Marfim - Acordo de Parceria Económica provisório CE - Gana - Acordo de Parceria Económica provisório CE - Estados do Pacífico - Acordo de Parceria Económica provisório CE - Estados da SADC partes do APE - Acordo de Parceria Económica Estados da África Oriental e Austral - CE - Acordo de Parceria Económica CE - Estados Parceiros da Comunidade da África Oriental - Acordo de Parceria Económica provisório CE - África Central (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta sobre os seguintes Acordos de Parceria:

- recomendação (A6-0117/2009) da Comissão do Comércio Internacional sobre uma proposta de decisão do Conselho relativa à conclusão de um Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e os Estados do CARIFORUM, por outro (05211/2009 - C6-0054/2009 - 2008/0061(AVC)) (relator: deputado David Martin),

- recomendação (A6-0144/2009) da Comissão do Comércio Internacional relativa à celebração do Acordo de Parceria Económica de etapa entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Costa do Marfim, por outro (05535/2009 - C6-0064/2009 - 2008/0136(AVC)) (relatora: deputada Erika Mann),

- pergunta oral (O-0033/2009) apresentada por Helmuth Markov e David Martin, em nome da Comissão do Comércio Internacional, ao Conselho, sobre o Acordo de Parceria Económica entre os Estados do CARIFORUM, por um lado, e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por outro (B6-0203/2009),

- pergunta oral (O-0034/2009) apresentada por Helmuth Markov e David Martin, em nome da Comissão do Comércio Internacional, à Comissão, sobre o Acordo de Parceria Económica entre os Estados do CARIFORUM, por um lado, e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por outro (B6-0204/2009),

- pergunta oral (O-0047/2009) apresentada por Helmuth Markov e David Martin, em nome da Comissão do Comércio Internacional, ao Conselho, sobre o Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Costa do Marfim, por outro (B6-0217/2009),

- pergunta oral (O-0048/2009) apresentada por Helmuth Markov e David Martin, em nome da Comissão do Comércio Internacional, à Comissão, sobre o Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Costa do Marfim, por outro (B6-0218/2009),

- pergunta oral (O-0035/2009) apresentada por Helmuth Markov e Christofer Fjellner, em nome da Comissão do Comércio Internacional, ao Conselho, sobre o Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Gana, por outro (B6-0205/2009),

- pergunta oral (O-0036/2009) apresentada por Helmuth Markov e Christofer Fjellner, em nome da Comissão do Comércio Internacional, à Comissão, sobre o Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Gana, por outro (B6-0206/2009),

- pergunta oral (O-0037/2009) apresentada por Helmuth Markov e Glyn Ford, em nome da Comissão do Comércio Internacional, ao Conselho, sobre o Acordo de Parceria Económica entre os Estados do Pacífico e a Comunidade Europeia (B6-0207/2009),

- pergunta oral (O-0038/2009) apresentada por Helmuth Markov e Glyn Ford, em nome da Comissão do Comércio Internacional, à Comissão, sobre o Acordo de Parceria Económica entre os Estados do Pacífico e a Comunidade Europeia (B6-0208/2009),

- pergunta oral (O-0039/2009) apresentada por Helmuth Markov e Robert Sturdy, em nome da Comissão do Comércio Internacional, ao Conselho, sobre o Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade

Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e os Estados da SADC partes do APE, por outro lado (B6-0209/2009),

- pergunta oral (O-0040/2009) apresentada por Helmuth Markov e Robert Sturdy, em nome da Comissão do Comércio Internacional, à Comissão, sobre o Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e os Estados da SADC partes do APE, por outro lado (B6-0210/2009),

- pergunta oral (O-0041/2009) apresentada por Helmuth Markov e Daniel Caspary, em nome da Comissão do Comércio Internacional, ao Conselho, sobre um acordo provisório que estabelece um quadro para um Acordo de Parceria Económica entre os Estados da África Oriental e Austral, por um lado, e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por outro (B6-0211/2009),

- pergunta oral (O-0042/2009) apresentada por Helmuth Markov e Daniel Caspary, em nome da Comissão do Comércio Internacional, à Comissão, sobre um acordo provisório que estabelece um quadro para um Acordo de Parceria Económica entre os Estados da África Oriental e Austral, por um lado, e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por outro (B6-0212/2009),

- pergunta oral (O-0043/2009) apresentada por Helmuth Markov, em nome da Comissão do Comércio Internacional, ao Conselho, sobre um acordo que estabelece um quadro para um Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e os Estados Parceiros da Comunidade da África Oriental, por outro (B6-0213/2009),

- pergunta oral (O-0044/2009) apresentada por Helmuth Markov, em nome da Comissão do Comércio Internacional, à Comissão, sobre um acordo que estabelece um quadro para um Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e os Estados Parceiros da Comunidade da África Oriental, por outro (B6-0214/2009),

- pergunta oral (O-0045/2009) apresentada por Helmuth Markov e Kader Arif, em nome da Comissão do Comércio Internacional, ao Conselho, sobre o Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a África Central, por outro (B6-0215/2009), e

- pergunta oral (O-0046/2009) apresentada por Helmuth Markov e Kader Arif, em nome da Comissão do Comércio Internacional, à Comissão, sobre o Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a África Central, por outro (B6-0216/2009).

David Martin, relator. – (EN) Senhor Presidente, quando estamos directamente envolvidos, temos sempre a tendência para exagerar a importância de um problema, mas, nesta questão em particular, penso que não podemos exagerar a sua importância. Esta noite, estamos em presença de uma série de acordos que têm a capacidade de afectar as vidas, a qualidade de vida e a saúde de literalmente milhões de pessoas no mundo em desenvolvimento.

Antes de passar ao conteúdo do meu relatório, gostaria de prestar homenagem à minha colega, Glenys Kinnock, que na qualidade de co-presidente da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, tem estado na vanguarda da chamada de atenção para as preocupações acerca de acordos de parceria económica (APE) e do impacto sobre o desenvolvimento dos APE, não apenas neste Parlamento, mas dando também voz às preocupações ACP em todo o mundo. Como muitos de vocês sabem, Glenys vai deixar o Parlamento, e acho que vamos sentir muito a falta do trabalho por ela produzido em relação aos países ACP, e aos APE, em particular.

Os APE têm uma história difícil neste Parlamento. Tem havido verdadeira tensão entre os objectivos do comércio e do desenvolvimento. Alguns dos quais poderiam ter sido evitados, mas alguns outros são, francamente, intrínsecos à natureza dos acordos.

Em primeiro lugar, foram-nos impostos por uma decisão arbitral da OMC, e uma liberalização de sentido único, essencialmente requerida pelos APE, não é fácil de negociar.

Em segundo lugar, o prazo artificial que foi fixado para a conclusão dos APE completos e intercalares significou que as negociações, que deveriam ter sido entre iguais, não foram, na realidade, de igual para igual, pois a parte ACP tinha algo a perder se os prazos não fossem cumpridos.

Por último – e isto não é uma crítica a ninguém, mas à realidade das negociações – as nossas negociações foram levadas a cabo por peritos em comércio. Os peritos em comércio pela sua natureza, têm por objectivo obter o melhor negócio possível para a União Europeia. Não tinham necessariamente como objectivo obter

o melhor resultado em termos de desenvolvimento. Repito: isto não é uma crítica, eles fizeram o que lhes ensinaram a fazer. Mas essa é a realidade das negociações.

Nós, enquanto Parlamento, temos, desde a conclusão das negociações, tentado obter a quadratura do círculo entre comércio e desenvolvimento.

Quero concentrar a minha intervenção como relator sobre o APE do CARIFORUM, o qual é, naturalmente, neste momento, o único Acordo de Parceria Económica completo. Como este APE foi assinado, não podemos alterar o texto, apenas temos uma oportunidade de dizer "sim" ou "não" a seu respeito. Creio que, se a Comissão e a Comissão forem capazes de nos dar algumas garantias e algumas interpretações do texto, poderíamos estar em posição, nesta semana, de dar o nosso parecer favorável ao APE CARIFORUM.

O escritor Lewis Carroll pôs um dos seus personagens a dizer de forma desdenhosa: "Quando escolho uma palavra, esta quer dizer exactamente aquilo que eu quis que dissesse, nem mais, nem menos". Francamente que, até há pouco tempo atrás, tentar perceber algumas das palavras do APE CARIFORUM era exactamente isso: tentar obter maior clareza quanto ao que realmente o texto quer dizer nem sempre tem sido fácil.

Gostaria de ouvir a Senhora Comissária tranquilizar-nos hoje sobre um certo número de pontos.

Em primeiro lugar, que a cláusula de revisão do acordo é uma verdadeira cláusula de revisão e será levada a sério pela Comissão: que vamos ter em conta as prioridades de desenvolvimento, tais como a redução da pobreza, o desenvolvimento sustentável, a diversificação económica e o contributo para a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, no prazo de cinco anos, para assegurar que os APE estão a funcionar no interesse de todos esses aspectos, não contra os seus interesses.

Em segundo lugar, gostaria de ouvir a Senhora Comissária tranquilizar-nos sobre o financiamento dos APE. Os cálculos sugerem que cerca de 580 milhões de euros estão disponíveis para os países CARIFORUM durante o actual FED e outros períodos do quadro financeiro até 2013. Na minha opinião – mas, obviamente, não um sou especialista – este valor deveria ser suficiente para satisfazer as exigências dos APE, se estes forem devidamente programados, se o dinheiro for todo gasto, se as prioridades dos países das Caraíbas forem satisfeitas em termos de onde o dinheiro deve ser gasto. Além disso, temos de ter a certeza de que os Estados-Membros entregam a sua parte dos 2 mil milhões de euros que foram prometidos como "ajuda ao comércio" em todo o mundo em desenvolvimento. Temos também de olhar para a situação pós-2013, não se podendo obter quaisquer garantias da Comissão sobre esta questão que se destina ao Parlamento Europeu e ao Conselho, mas temos de estar conscientes de que o dinheiro vai acabar, acabando os compromissos em 2013.

A terceira garantia que pretendo é sobre a cláusula da nação mais favorecida (NMF). Anteriormente, disse à Comissária que compreendo perfeitamente que a União Europeia deve insistir exactamente nos mesmos termos e condições que os países das Caraíbas dão aos Estados Unidos ou outra grande potência desenvolvida. Mas não devemos invocar a cláusula NMF se os países das Caraíbas fecham um negócio favorável, digamos, com um grupo de países africanos.

Em quarto lugar – estou a chegar a uma conclusão a este respeito – relativamente ao acesso aos medicamentos, temos de ter a garantia de que nada no Acordo CARIFORUM compromete a utilização do mecanismo TRIPS – este mecanismo não deve ser posto em dúvida.

Quero ouvir essas garantias da boca da Senhora Comissária, mas, mesmo antes de as ouvir, quero terminar dizendo que acredito firmemente que a Senhora Comissária mudou o tom e a natureza da discussão sobre os APE, e que lhe presto a minha homenagem pelo trabalho que já realizou neste domínio.

Erika Mann, relatora. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, o acordo com a Costa do Marfim é um acordo ao qual temos agora de dar a nossa aprovação. Apenas temos a possibilidade de dizer "sim" ou "não". Espero que, um dia, esta situação se altere e que o Parlamento também possa participar no mandato de negociações.

Assim, as coisas tornam-se um pouco mais difíceis. Há duas diferenças em relação ao acordo CARIFORUM. Em primeiro lugar, estamos perante um governo que não foi eleito democraticamente. Em segundo lugar, estamos perante um acordo provisório, que inicialmente apenas se destina a garantir a manutenção das antigas preferências. O acordo final só será negociado depois de decorrido algum tempo.

O que gostaria de ouvir da parte da Senhora Comissária Ashton é que existirão garantias sobre uma série de questões que sei serem extremamente importantes para a Costa do Marfim. No passado fim-de-semana,

participei uma vez mais em negociações nas quais ficou muito claro que é necessário haver garantias da parte da Comissão que, de resto, estejam em plena conformidade com as garantias dadas pela Senhora Comissária no caso da SADC. Permitam-me, assim, que mencione alguns dos pontos mais importantes.

O primeiro ponto diz respeito a uma flexibilidade significativa. Esta flexibilidade deve abranger os seguintes pontos. Em primeiro lugar, a inclusão de uma cláusula de revisão que também seja flexível, de modo a que se possa prever, não um período de cinco anos, mas um período que possa ser constantemente reavaliado num prazo relativamente curto. Em segundo lugar, os assuntos sensíveis devem ser discutidos apenas quando o país desejar expressamente fazê-lo. Isto refere-se em especial aos temas de Singapura, mas naturalmente também à questão de como integrar o Acordo TRIPS e outras questões análogas.

Em terceiro lugar, há a questão da aceitação das diferenças regionais quando tiverem lugar novas negociações com vista a um acordo regional. A Costa do Marfim defronta-se com um problema particular devido ao facto de o acordo estar actualmente a ser negociado e ir ser assinado isoladamente.

Em quarto lugar, seria importante que em qualquer momento das novas negociações seja possível colocar questões que ainda não tenham sido abordadas na fase actual, e que estes temas sejam depois aprovados pela Comissão.

Neste contexto, Senhora Comissária, na realidade só precisaria de alargar à Costa do Marfim as concessões que já fez no caso da SADC, pois fazê-lo aumentaria a probabilidade de uma correspondente resposta positiva por parte do Parlamento. Manifestamos simplesmente a nossa grande preocupação, preocupação que também foi formulada por muitas organizações não governamentais, com o facto de, especialmente no caso da Costa do Marfim, a Comissão ter parecido inicialmente mostrar pouca flexibilidade, sendo esta a razão por que as questões mencionadas não foram tidas em conta na transição do acordo provisório para o acordo global. Uma concessão da vossa parte seria, assim, extraordinariamente útil e permitir-nos-ia aprovar o acordo.

Além disso, durante as minhas discussões com os representantes da Costa do Marfim, ouvi as suas fortes preocupações de que a assistência técnica poderá não fluir com rapidez suficiente e de que também aqui nem todas as suas preocupações terão sido tomadas em consideração. Segundo entendi, eles têm especial interesse em que a Comissão e as organizações internacionais os ajudem a ter acesso ao mercado das PME, para que possam efectivamente fazer uso do acesso ao mercado europeu. São extraordinariamente cautelosos quando as negociações abordam estes temas de Singapura – inclusive quando os discutem –, e estão ansiosos por que os ajudemos a desenvolver uma compreensão de como os bens públicos podem ser utilizados em prol da sociedade. Além disso, têm especial interesse em que lhes proporcionemos ajuda em questões relacionadas com as normas técnicas, pois, frequentemente, estas constituem para eles verdadeiros obstáculos ao comércio.

A minha última observação diz respeito ao ponto relativo ao Parlamento. Como mencionei anteriormente, só temos a possibilidade de dizer "sim" ou "não", o que, obviamente, impõe limitações relativamente significativas quanto ao grau de participação que o Parlamento possa ter na definição da votação. Gostaria de lhe recordar com clareza – e também o encontrará nos nossos textos – que uma eventual aprovação do acordo provisório não significa necessariamente que também votaremos automaticamente a favor do acordo global. De facto, no âmbito do procedimento de controlo, desejamos expressamente ser incluídos nas futuras negociações, de modo a que, em certa medida, e dentro do que está ao nosso alcance, possamos acompanhar as questões que acabo de referir.

Por último, queria pedir-lhe que nos dissesse alguma coisa para nos esclarecer em que medida o fracassado Acordo Doha terá um impacto particularmente negativo sobre a Costa do Marfim, sobretudo no que se refere ao sector das bananas.

Helmuth Markov, autor. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, neste debate não estamos apenas a discutir um pacote de dezasseis perguntas orais ao Conselho e à Comissão, oito resoluções e dois relatórios no âmbito do processo de co-decisão, mas também a falar de 79 países em desenvolvimento com os quais a UE está a renovar as suas relações comerciais e de cooperação mútua. O comércio e a cooperação são instrumentos importantes não só na luta contra a pobreza, mas também para a criação de economias nacionais mais estáveis a nível económico e social. Este processo envolve, sobretudo, a prestação de apoio à criação de infra-estruturas, aos cuidados de saúde, à soberania alimentar, ao funcionamento do sistema social, à educação e ao intercâmbio cultural.

No passado, as nossas relações comerciais com os países ACP baseavam-se num sistema de preferências comerciais não recíprocas, o que permitiu à maioria dos produtos provenientes dos Estados ACP ter livre

acesso ao mercado comum. Em 2000, foi acordado elaborar um novo acordo de parceria até ao final de 2007. Nos termos deste novo acordo, as preferências comerciais unilaterais seriam substituídas por acordos compatíveis com as regras da OMC, com o objectivo de reduzir e, por fim, eliminar a pobreza, bem como promover o desenvolvimento sustentável, a integração regional, a cooperação económica e a boa governação, ajudando os países ACP a desenvolver o seu potencial económico e integrando-os progressivamente na economia mundial. Além disso, a capacidade de produção destes países seria ampliada e seriam tomadas medidas para facilitar a iniciativa privada e o investimento.

Os acordos económicos que temos diante de nós, em especial os denominados APE provisórios ou acordos relativos exclusivamente a mercadorias, são essencialmente acordos comerciais, já que 90% ou mais do seu conteúdo se refere a questões relacionadas com o acesso ao mercado e outros domínios do comércio. O objectivo é a liberalização progressiva do comércio entre a UE e as regiões parceiras ou os Estados individuais.

Que tipo de problemas chegaram ao nosso conhecimento no decurso das negociações?

Em primeiro lugar, parece bastante discutível que o prazo tenha sido suficiente. Naturalmente, a Comissão está numa boa posição. Pôde liderar as negociações, realizar a votação e envolver os Estados-Membros. Imaginem, porém, que eram um dos parceiros de negociação do outro lado. Foram as negociações efectivamente realizadas sempre em paralelo, de modo a que as respectivas consultas pudessem ter lugar entre a sociedade civil e os parlamentos nesses países?

Mesmo que os compromissos de liberalização sejam inicialmente assimétricos, no que se refere às medidas de liberalização tomadas, o resultado será a abertura dos mercados de ambos os lados, algo que a UE pode permitir-se sem quaisquer problemas. As exportações dos países ACP apenas representarão uma pequena percentagem das suas importações.

No entanto, para os Estados ACP, a supressão dos direitos aduaneiros resulta na perda de receitas decorrentes desses direitos e numa perda de fundos necessários para investimentos públicos urgentes em infra-estruturas, no domínio social, no apoio ao desenvolvimento económico e à melhoria da capacidade administrativa. Significa, além disso, o abrandamento do crescimento das economias nacionais e, conseqüentemente, a continuação da dependência das exportações de países industrializados. Isso afecta tanto os géneros alimentícios como os bens industriais, acabando por criar um círculo vicioso. O aumento dos preços alimentares nos países ACP é a prova inegável deste efeito. Fiz muitas vezes a seguinte pergunta: se 50 anos de relações comerciais não recíprocas não promoveram, nem sequer remotamente, um desenvolvimento suficiente, como poderá esse objectivo ser alcançado com a abertura recíproca dos mercados?

Um outro problema grave, que será agravado pelo acordo proposto, é a relação entre as regiões e os países parceiros. Na da Comunidade da África Oriental – e eu sou pessoalmente responsável pela respectiva proposta de resolução –, o problema das tarifas internas poderá ser menos significativo, pois existe uma união aduaneira, mas as relações comerciais entre os países vizinhos podem tornar-se mais difíceis em consequência dos diferentes graus de liberalização. Neste caso, há, naturalmente, muitos problemas que estão ligados às regulamentações do país de origem. Existem sérios receios em relação às negociações sobre APE globais, que também reflectem certos conflitos existentes no seio da ronda de negociações de Doha sobre o desenvolvimento, entretanto bloqueada. Muitos Estados não se consideram em condições de desregulamentar os seus mercados de serviços, de investimento e de contratação pública nem de os abrir à concorrência mundial. Isto nem sequer é totalmente viável, ou mesmo desejável, no seio da própria Comunidade Europeia. No que respeita à falta de mecanismos de controlo para os mercados financeiros, não precisamos de entrar aqui em maior detalhe.

Houve, e continua a haver, sérias críticas em relação à transparência das negociações propriamente ditas, ou seja, concretamente, em relação ao envolvimento dos parlamentos e da sociedade civil no processo. Finalmente, há também questões que se colocam em relação ao Modo 4. Se é suposto as mercadorias circularem livremente, não devem as pessoas ser autorizadas a fazê-lo também? Neste contexto, a nossa comissão formulou uma série de perguntas que, independentemente da área de onde provêm, abordam sempre as mesmas questões.

Que medidas de apoio financeiro, técnico e administrativo estão previstas no quadro do restabelecimento de parcerias comerciais e de desenvolvimento? Tenciona a Comissão, durante o prosseguimento das negociações, ser flexível e ter em conta as necessidades das regiões parceiras, nomeadamente no que respeita à facilitação de direitos de exportação para fins de desenvolvimento, à protecção de indústrias incipientes, à garantia da livre circulação de trabalhadores e à protecção especial do sistema de contratos públicos? Está a Comissão disposta, além disso, a reconsiderar a sua posição sobre a protecção dos direitos de propriedade

intelectual, de modo a garantir que a diversidade biológica e a transferência de conhecimentos sejam preservadas e que os cuidados médicos sejam garantidos, a um preço razoável, nos países mais pobres? Estão o Conselho e a Comissão dispostos a garantir ao Parlamento e à sociedade civil uma informação adequada sobre possibilidades de participação? Por último, existe disponibilidade para rever o acordo negociado caso se verifique que alguns pontos têm uma influência negativa no desenvolvimento dos países ACP?

Permitam-me, para concluir, um breve comentário pessoal. Fui presidente da Comissão de Comércio Internacional durante dois anos e meio. Dado que não vou candidatar-me novamente, queria aproveitar esta oportunidade para agradecer muito sinceramente ao meu secretariado, o Sr. Rodas e em especial a Sra. Pribaz, o seu grande apoio e, também, de agradecer aos meus colegas. A colaboração foi um êxito e creio que conseguimos muita coisa. Seria fantástico se conseguíssemos ter êxito também com os APE. Quero desejar a todos os que aqui continuarão muitas felicidades para a próxima legislatura. Estou, de facto, deveras esperançado em que o comércio comece a desempenhar um papel mais importante neste Parlamento. Muito obrigado.

Christofer Fjellner, autor. – (SV) Senhor Presidente, é para mim motivo de grande satisfação podermos travar aqui hoje este debate. Neste período de aumento do proteccionismo e com a pobreza a aumentar em vez de diminuir, é particularmente importante para nós manter abertas as relações comerciais entre a Europa e alguns dos países mais pobres do mundo. É disso que tratam, essencialmente, os acordos provisórios. Os Acordos de Parceria Económica procuram garantir a continuação do comércio e do desenvolvimento em alguns dos países mais pobres do mundo.

Esses países correm o risco de ser os mais afectados à medida que a recessão global avança de forma avassaladora e a corrida proteccionista aos armamentos parece decidida a intensificar-se. Não consigo, por isso, compreender algumas das críticas formuladas. Há quem afirme que estes acordos vão demasiado longe e são demasiado abrangentes. Alguns críticos preferem falar de receitas provenientes dos direitos aduaneiros perdidas a falar do potencial para novas trocas comerciais. Penso, pelo contrário, que devíamos estar satisfeitos pelo muito que conseguimos. Não creio que exista um conflito inerente, como afirmam alguns dos intervenientes no debate, entre comércio e desenvolvimento. Pelo contrário: o comércio conduz ao desenvolvimento, os direitos conduzem à pobreza.

Fui responsável pelo acordo provisório com o Ghana. Reconheço, em primeiro lugar, que ele contém alguns defeitos, como seja a imposição continuada de direitos comunitários sobre o arroz e o açúcar durante um período transitório, mas no essencial é um ótimo acordo. Por isso é importante assegurarmos que seja assinado o mais depressa possível. As eleições presidenciais no Ghana constituíram, anteriormente, um obstáculo, mas agora gostaria de exortar o novo Presidente do país, John Atta Mills, a assinar o acordo provisório. Faço igualmente votos de que nós, na UE, assinemos efectivamente o acordo que negociámos. É inaceitável esta longa demora, e é particularmente inaceitável que a mesma se fique a dever ao facto de os serviços de tradução do Conselho não funcionarem de forma adequada.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para exortar todos os presentes a apoiarem o acordo. Nestes tempos de incerteza, o mundo necessita de mais comércio e não de menos.

Daniel Caspary, autor. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, do meu ponto de vista, os acordos assinados entre os parceiros económicos são vitais para garantir a segurança das relações comerciais com os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico. A cooperação é do interesse tanto da União Europeia como destes países. Devemos urgentemente renunciar ao tipo de ajuda ao desenvolvimento que, nos últimos cinquenta ou sessenta anos, temos prestado aos países africanos. Temos finalmente de deixar livres estes países, também em termos de mentalidade, para que possam tomar o seu futuro nas suas próprias mãos e para que possam criar riqueza por si próprios, como outras regiões do mundo têm feito ao longo das últimas décadas.

O comércio pode proporcionar um excelente contributo neste caso. Estou a pensar, por um lado, no comércio entre a União Europeia e estes países, mas estou a pensar também, e sobretudo, no comércio entre estes mesmos países, ou seja, com outros países em desenvolvimento. Estou firmemente convicto de que devemos exercer alguma pressão sobre os governos e os Estados para que removam as suas elevadíssimas tarifas aduaneiras em muitos domínios, a fim de criar as condições necessárias para o crescimento económico nestas regiões.

Por que razão temos de o fazer? Estes países necessitam urgentemente de um quadro de condições que permita às pessoas criar a sua própria riqueza. Nas minhas conversações com representantes destes países, tive muitas vezes a impressão de que as pessoas estão gratas pelo facto de nós, como União Europeia,

exercermos pressão numa série de domínios e por também fazermos exigências em muitas frentes, além de forçarmos os governos nacionais a fazerem um certo número de progressos em termos de política económica.

Ficaria muito satisfeito se pudéssemos não perder de vista esta perspectiva nas próximas semanas e nos próximos meses, e especialmente durante as negociações, de modo a que não só os legítimos desejos dos governos sejam tidos em conta, mas também que, num ou noutro ponto, as nossas legítimas exigências sejam respeitadas e, também, como seus representantes, as legítimas exigências das populações destes países.

Neste sentido, espero que as nossas negociações sejam frutíferas.

Kader Arif, autor. - (FR) Senhor Presidente, neste longo debate que aqui realizamos hoje, gostaria, se me permitir, de reservar alguns instantes para reflectir sobre o caminho que percorremos até agora.

Recordemos as posições inicialmente adoptadas por alguns deputados deste Parlamento face à crescente preocupação nos Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), face às manifestações contra os Acordos de Parceria Económica (APE), face aos sinais de alerta emitidos pelas ONG tanto do Norte como do Sul, quando exigimos que a prioridade desses acordos fosse o desenvolvimento, algo que hoje parece óbvio, uma vez que a Comissão o repete constantemente. Nessa altura, porém, o Comissário Mandelson quase não se atreveu a responder-nos, pois, para ele, tratava-se principalmente de estimular o comércio, como se a simples abolição das barreiras alfandegárias pudesse milagrosamente gerar desenvolvimento.

Apelidavam-nos de idealistas, manipulados pelas ONG, e ficavam ofendidos com os nossos pedidos de instrumentos de protecção, de regulação e de intervenção por parte das autoridades públicas, mas o que aconteceu? Revelou-se que não estávamos a ser irresponsáveis. Não, os governos dos países ACP não aceitaram prosseguir as negociações sob pressão ou ameaças. Não, os riscos envolvidos na abertura do comércio não são mera imaginação, são reais e terão consequências concretas e imediatas: os orçamentos dos Estados irão sofrer uma redução devido à perda de receitas aduaneiras, as novas indústrias do sector agrícola serão fragilizadas e a segurança alimentar das suas populações ficará comprometida.

Há muito que exprimíamos esses receios, antes mesmo dos motins da fome ou da crise financeira. Assim, o que dizer da situação actual? O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e as Nações Unidas reconhecem que, contrariamente ao que foi dito no início, os países em desenvolvimento vão ser profundamente afectados pela recessão mundial.

Jacques Diouf, Director-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, assinalou isso recentemente este facto, perguntando se ousaríamos dizer àqueles a quem chamamos de parceiros que estamos dispostos a gastar milhares de milhões para salvar o sistema bancário mundial, mas não para salvar as suas populações que estão a morrer de fome.

Quero ser totalmente honesto, Senhora Comissária, e quero que deixar isto bem claro. Se V. Exa. não se comprometer firme e explicitamente, em nome da Comissão, a dar-nos a garantia de que os APE serão realmente a favor do desenvolvimento, não votarei pelo parecer favorável. Não nos contentaremos com palavras nem com declarações de intenções; já as ouvimos demasiadas vezes. Queremos compromissos explícitos, e gostaria de os enumerar um a um. Os APE só serão acordos satisfatórios se promoverem a integração regional e contribuírem para o desenvolvimento nos países ACP e para a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Quando apelamos à promoção da integração regional, isso tem de ter ser traduzido em termos práticos. Por exemplo, na África Central, os Camarões foram criticados, para não dizer duramente censurados, pelos seus vizinhos pelo facto de terem assinado este acordo provisório com a União Europeia. Faço notar que, de entre os oito países da região, cinco são Países Menos Desenvolvidos, isto é, países que, automaticamente e em plena conformidade com as regras da Organização Mundial do Comércio, têm livre acesso ao mercado europeu das exportações, sem qualquer espécie de contrapartidas comerciais. Compreendo muito bem as suas preocupações quando a Comissão lhes pede que abram os seus mercados a 80% das exportações europeias.

Por conseguinte, se a Comissária se compromete a promover a integração regional, se se compromete a aumentar a flexibilidade de modo a ter em conta os diferentes níveis de desenvolvimento dos nossos parceiros, será que pode dizer-nos por que motivo não aceita a oferta de 71% de liberalização proposta pela África Central?

O segundo tema fundamental para o qual esperamos uma resposta prende-se com as Questões de Singapura. Estas não podem ser impostas nas negociações contra a vontade dos países parceiros. Neste tocante, quero

realçar especialmente os contratos públicos. É evidente que tem de haver transparência – sempre o defenderei –, mas será que podemos privar os nossos parceiros ACP de um instrumento essencial da sua soberania no que respeita ao apoio à sua indústria e aos seus serviços locais impondo-lhes a liberalização dos contratos públicos?

O terceiro ponto é o dos serviços. Nos nossos debates sobre os APE com os Camarões, a Comissão salientou repetidamente que os nossos parceiros queriam negociar sobre os serviços. Isto pode ser verdade, mas, não obstante, é preciso ter cuidado com aqueles que utilizariam esse argumento para a impor a liberalização dos serviços a todas as regiões e a todos os países, e sobretudo para justificar a liberalização dos serviços públicos. Senhora Comissária, espero um compromisso firme da sua parte de que os serviços permanecerão fora do âmbito das negociações, em todas as regiões. Sabemos que a perda de receitas aduaneiras vai provocar uma redução dos orçamentos dos nossos parceiros. Se essa perda de rendimentos se verificar, os primeiros sectores a sofrer serão sectores como o da educação, o da saúde e o da investigação. Seria inaceitável, portanto, que neste contexto os governos ACP percam o controlo dos seus serviços públicos, e apelo à Senhora Comissária para que nos reitere o seu compromisso firme no que respeita a estas questões.

O quarto ponto – e isto já foi mencionado – é que a segurança alimentar tem de ser protegida. Isto implica não só a introdução de salvaguardas adequadas, mas também permitir que os nossos parceiros apoiem as suas exportações a fim de permanecerem competitivos nos mercados mundiais. Sei que na região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral houve alguns desenvolvimentos positivos neste sentido. Está a Comissão disposta a propor medidas semelhantes noutras regiões?

O último ponto é que sabemos que a modernização das economias dos Estados ACP exigirá um enorme compromisso financeiro por parte da União Europeia, tanto para proteger as empresas em início de actividade dos efeitos negativos da liberalização como para desenvolver a competitividade das economias dos nossos parceiros. Infelizmente, ao arrepio das reiteradas recomendações do nosso grupo político, é o Fundo Europeu de Desenvolvimento que vai ser utilizado como principal fonte de financiamento dos APE. Sabemos que, no passado, a Comissão não brilhou propriamente pela forma como utiliza estes fundos, pelo que tenho de salientar a enorme importância de utilizar rapidamente estes fundos e de acordo com as prioridades dos nossos parceiros.

Por último, Senhora Comissária, estes acordos são a imagem que a União Europeia transmitirá ao resto do mundo, a imagem que a União Europeia transmitirá aos países mais pobres do mundo.

PRESIDÊNCIA: ROURE

Vice-presidente

Glyn Ford, *autor*. – (EN) Senhora Presidente, permita que apresente as minhas desculpas à Senhora Comissária e aos meus colegas relatores por ter estado ausente do debate até há cerca de cinco minutos atrás. Tive diversos atrasos até chegar aqui e consegui estar presente no último minuto. Espero não repetir, pelo menos muito, o que outros já disseram, e peço que tenham em conta o meu pedido de desculpas por essa situação.

Vou, efectivamente, falar sobre duas questões: intervenho como relator sobre o Acordo Provisório de Parceria Económica com os Estados do Pacífico e, como relator-sombra, em nome do Grupo Socialista, sobre o Acordo Provisório de Parceria Económica com os Estados da África Oriental e Austral.

Todo o debate que estamos a ter esta noite não foi desencadeado por nenhuma decisão da Comissão Europeia ou da União Europeia de querermos uma nova relação comercial com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico, mas sim por uma decisão – mais ou menos de há uma década atrás – da Organização Mundial do Comércio de que estávamos injustamente a fazer discriminação a favor de alguns países em desenvolvimento em detrimento dos outros. Algumas pessoas disseram que deveria ser apenas uma questão sobre o desenvolvimento – sou bastante a favor disso – mas temos de ter em mente que um dos requisitos subjacentes é de que, na verdade, a questão é sobre fazer com que os nossos acordos com estes países sejam compatíveis com a OMC. Portanto, temos de fazer isso, é o primeiro aspecto.

Além da compatibilidade com a OMC, temos de fazer tudo o que pudermos para tentar melhorar a situação destes diversos blocos regionais e tentar enfrentar as situações específicas que realmente os atormentam. No que diz respeito aos países do Pacífico, tema de que sou relator, temos um lote de 14 – mais uma, se incluirmos Timor-Leste – pequeníssimas nações. Um é, na verdade, o país mais pequeno do mundo, com uma população que é exactamente um milhão de vezes menor do que a da China – o Nauru. Mas mesmo os maiores são, na realidade, comparativamente pequenos, e temos de ter esse aspecto em conta nos requisitos e exigências que

lhes colocamos. Precisamos de ter a certeza de que existem períodos de transição adequados para as pequenas e médias empresas, pois, digo-o francamente, para além de algumas empresas mineiras na Papuásia-Nova Guiné, todas as empresas são de pequena e média dimensão. Temos de fazer o que pudermos em relação ao comércio regional, tendo especialmente em conta a relação especial que os países do Pacífico têm com a Austrália e a Nova Zelândia.

Efectivamente, apenas dois desses 14, subscreveram o Acordo Provisório. No entanto, pela minha visita a Port Moresby aquando da última reunião ACP, sei que existem outros países do Pacífico que gostariam de assinar um acordo final, desde que satisfaça as suas necessidades, razão pela qual, no meu caso, sou na verdade a favor do acordo provisório. Foi essa a mensagem que recebi, tanto dos governos da Papuásia-Nova Guiné como das Ilhas Fiji. Não que estes estejam inteiramente satisfeitos – há questões que gostariam de renegociar – mas encaram a resposta como sendo a assinatura e a aceitação de um acordo provisório que levaria a um acordo final, mais favorável ao desenvolvimento e a permitir que mais países do Pacífico adiram realmente.

Temos também de ter em conta uma série de questões específicas que se aplicam, em particular, na Papuásia-Nova Guiné e nas Ilhas Fiji e noutras partes do Pacífico, mas podem aplicar-se a alguns outros destes acordos. Precisamos de atentar nas negociações dos direitos de propriedade intelectual que abrangem não só artefactos tecnológicos ocidentais, mas também o conhecimento tradicional, precisamos de ter a certeza de que existe transparência nas aquisições públicas com abertura aos contratos europeus desencadeada num ponto adequado às necessidades dos Estados do Pacífico; precisamos de analisar o caso do Pacífico particularmente na questão dos vistos de trabalho a serem disponibilizados pela União Europeia a nacionais de ilhas do Pacífico por períodos de pelo menos 24 meses, de modo que estes fiquem capazes de trabalhar – não nas profissões de maior relevo, mas provavelmente para trabalharem como prestadores de cuidados e em ocupações semelhantes.

Será preciso dizer que, em relação à África Oriental e Austral, muitos destes pontos se aplicam? Gostaria em particular de agradecer ao senhor deputado Caspary para ter trabalhado juntamente comigo este ponto e, relativamente ao Pacífico, permitam-me referir o trabalho do senhor deputado Audy.

Mas, no que diz respeito à África Oriental e Austral, precisamos de analisar em particular as questões de boa governação. Este ponto inclui o Zimbabué. Não tenho problemas com um acordo provisório, mas penso que um acordo final seria difícil de aceitar pelo Parlamento, a menos que houvesse um roteiro claro, o que, no caso do Zimbabué, seria o estabelecimento de um regime democrático e que conseguisse encontrar alguma saída para as dificuldades que o país sofre neste momento.

O último comentário que gostaria de fazer em relação à África Oriental e Austral, além de subscrever o relatório do senhor deputado Caspary – com algumas das alterações que foram apresentadas – é uma referência à situação do Arquipélago de Chagos. Foi incluído porque eu apresentei uma proposta de alteração, que foi aceite. Normalmente, neste tipo de acordos, consultamos na realidade os países vizinhos e os territórios vizinhos. O Arquipélago de Chagos está no meio de uma parte desta região: Seicheles-Maurícias-Madagáscar. Estas pessoas estão actualmente refugiadas nas Seicheles, e eu espero que possamos consultá-las entre a fase presente e a fase de qualquer acordo final a ser realizado quanto ao possível impacto sobre eles e sobre o seu território, no caso de virem a ter o direito de regresso.

Jan Kohout, *Presidente em exercício do Conselho*. – (CS) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de começar por agradecer ao Parlamento por, neste momento decisivo, me permitir falar nesta sessão sobre uma matéria tão sensível como o Acordo de Parceria Económica.

Gostaria ainda de manifestar o meu apreço pelo papel extremamente positivo que o Parlamento desempenhou ao longo destas negociações, através dos debates políticos. Gostaria de aplaudir em particular a Comissão do Comércio Internacional e a Comissão do Desenvolvimento pelo seu trabalho incansável e agradecer-lhes o seu constante interesse nos debates.

Os APE sempre constituíam uma prioridade importante para os ministros do desenvolvimento nas suas reuniões no âmbito do Conselho dos Assuntos Gerais e Relações Externas. Nos últimos anos, quase todas estas reuniões incluíram debates com a Comissão sobre a implementação do mandato do Conselho relativo aos APE os quais levaram, frequentemente, à adopção de conclusões. Quando a Presidência checa apresentou o seu programa a este Parlamento, em Janeiro, afirmámos que este era um período decisivo e prometemos fazer o máximo esforço para assegurar mais progressos. Aproveitámos a oportunidade para responder a uma diversidade de perguntas e dedicámos esforços consideráveis a uma série de tópicos. Continuamos a considerar a cooperação e o debate construtivo entre as instituições como o melhor caminho para criar e desenvolver políticas correctas.

Os países desenvolvidos e em desenvolvimento estão a passar por uma crise financeira e económica sem precedentes que atingiu todo o mundo. Quando se lhes pergunta como é que a crise está a afectar as suas economias, os países em desenvolvimento respondem que ela causou uma redução de comércio, o que levou a uma diminuição do crescimento económico, a restrições de produção e a níveis mais elevados de desemprego. A diminuição do comércio e a perda de mercados de exportação criados na sequência de um esforço de muitos anos são muito dolorosas para as economias em desenvolvimento e para as condições de vida e o bem-estar dos seus habitantes.

Nestas circunstâncias, temos de aproveitar todas as oportunidades no contexto da nossa resposta à crise económica global para transformar o comércio na força motriz de um desenvolvimento sustentável. Os APE servem este objectivo. Através de uma integração regional progressiva, eles oferecem uma oportunidade para o comércio regional e para uma expansão do acesso aos nossos extensos mercados que seja isento de direitos aduaneiros e de quotas, permitindo um maior volume de comércio com a UE. Sendo assim, os APE actuam em conformidade com as regras da OMC. Este factor constitui um aspecto jurídico importante que distingue os APE das anteriores preferências comerciais que foram implementadas no âmbito do Acordo de Cotonu e se revelaram prejudiciais para o comércio entre os países ACP e a UE, causando uma incerteza considerável.

A incerteza é o oposto da confiança. A incerteza dissuade o investimento, enquanto a confiança o atrai. Todos nós sabemos que os países em desenvolvimento registaram uma diminuição dramática do investimento desde o início da crise actual. Num mundo de incerteza como o de hoje, os APE podem oferecer uma certa segurança jurídica e confiança que contribuirá para a renovação económica. Estes acordos não constituem uma panaceia, antes representam um instrumento positivo que pode ser combinado com outros instrumentos.

Nos últimos meses, foi publicada uma série de relatórios significativos que descrevem como a crise económica pode bloquear o progresso no cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em muitas regiões. Este facto deveria preocupar-nos muito. Os APE utilizam toda a flexibilidade possível no quadro das regras da OMC para ajudar o desenvolvimento. Eles garantem aos nossos parceiros dos países ACP a abertura imediata e assimétrica dos mercados, com longos períodos de transição, excepções e uma monitorização regular, ao mesmo tempo que estabelecem compromissos de reformas políticas. A UE comprometeu-se simultaneamente a não deixar que os seus parceiros enfrentem este desafio sozinhos. Também oferecemos um apoio financeiro adaptado especialmente, em ordem a facilitar a implementação destes acordos.

Apraz-me que tenha havido recentemente um reavivar do interesse num diálogo mais intenso sobre os APE, tanto por parte da UE, como por parte dos países ACP. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer à senhora Comissária Ashton pelos seus esforços e pela importância que atribuiu a ouvir as opiniões dos nossos parceiros dos países ACP. Depois de a senhora Comissária ter delineado a sua abordagem dos APE perante o Parlamento, em Outubro do ano passado, e o Conselho, em Novembro, houve um reforço dos contactos com os nossos parceiros políticos em várias regiões ACP. Estão, agora, ser feitos progressos significativos nas negociações com as diversas regiões. Cada região tem as suas características próprias e está a avançar ao seu próprio ritmo. Nos próximos meses, deveremos ter uma imagem mais clara, com base em todas estas negociações.

Acredito que o Parlamento Europeu irá apoiar o APE com os Estados do CARIFORUM e o APE provisório com a Costa do Marfim. Tal enviará um sinal encorajador a todos os países ACP e provar-lhes-á que a paciência nas negociações traz resultados aceitáveis e benéficos para ambas as partes. Também demonstrará que a parceria ACP-UE tem capacidade de reagir a novos desafios, sejam estes de natureza jurídica, económica ou política. Neste tempo de intranquilidade, cada novo acordo internacional representa uma parceria mais forte e uma nova esperança para o futuro. A assinatura dos acordos enviaria uma mensagem política valiosa que talvez contribuisse um pouco para o próximo encontro dos dois organismos conjuntos ACP-UE: a Assembleia Parlamentar Paritária, que terá lugar no início de Abril, em Praga, e o Conselho de Ministros Conjunto, que se reunirá em Bruxelas, em finais de Maio.

A UE tem de continuar a apoiar os seus parceiros: não só a região CARIFORUM, que indicou o caminho a outros, assinando o primeiro APE abrangente, mas também outros países e regiões que deram os primeiros passos e têm de ser encorajados a ir mais longe. A Costa do Marfim encontra-se entre estes países, sendo que o APE com ela também aguarda aprovação deste Parlamento. Há outros APE em preparação. A Comissão está a trabalhar arduamente para criar condições para países parceiros que lhes permitam associar-se e definir um caminho para acordos regionais abrangentes. O Conselho enfatiza sempre à Comissão e aos parceiros que estes acordos constituem um instrumento de desenvolvimento e que as vantagens do desenvolvimento só podem ser exploradas plenamente através de acordos regionais abrangentes.

O contexto político e económico global no qual o Parlamento foi convidado a aprovar o APE com os Estados do CARIFORUM e o APE provisório com a Costa do Marfim é importante, mas, mesmo assim, o Parlamento pediu ao Conselho e à Comissão uma série de explicações concretas. Este passo constitui uma parte essencial e legítima do processo e eu estou a tentar dar uma resposta tão exaustiva quanto possível a questões que fazem parte da área da minha responsabilidade. Tenho consciência de que foram levantadas outras questões às quais a senhora Comissária Ashton está em condições de responder. Gostaria de começar por me debruçar sobre alguns dos tópicos já referidos.

Uma das questões que os senhores deputados levantaram diz respeito a saber se, quando e até que ponto se realizará uma revisão do APE com os Estados do CARIFORUM. Tanto o Conselho como o grupo ACP partilham plenamente as preocupações relacionadas com esta questão. Posso confirmar que haverá revisões gerais dos APE o mais tardar cinco anos após a data da assinatura dos mesmos, o que aconteceu em Outubro do ano passado. Como é óbvio, as revisões completarão a monitorização habitual do cumprimento destes acordos, como previsto no artigo 5.º. Estas revisões são obrigatórias nos termos dos acordos e constituem uma das tarefas dos organismos conjuntos, incluindo o Comité Parlamentar e o Comité Consultivo. As avaliações de impacto serão realizadas no âmbito das revisões e incluirão os custos e as consequências da implementação dos acordos. Caso um APE sofra qualquer alteração ou haja alterações na forma como são implementados, é garantido o envolvimento dos parlamentos, quer nos termos das leis dos signatários dos APE, quer no âmbito dos comités parlamentares estabelecidos com base no APE.

A segunda questão de interesse do Parlamento diz respeito às medidas financeiras de acompanhamento exigidas pelas regiões ACP e, em especial, aos nossos compromissos de apoio ao comércio. Como os senhores deputados sabem, em Outubro de 2007, tanto a Comunidade Europeia, como os seus Estados-Membros comprometeram-se a aumentar a ajuda na área do comércio para mil milhões de euros, até 2010, no quadro da estratégia de apoio ao comércio da UE. Cerca de 50% deste montante acrescido estará disponível para as necessidades que os próprios países ACP estabeleceram como prioridades, incluindo necessidades resultantes da implementação dos APE. Os compromissos dos Estados-Membros são todos complementares à ajuda do Fundo Europeu de Desenvolvimento e os nossos compromissos são todos firmes.

Em terceiro lugar, gostaria de voltar a dar garantias ao Parlamento no que diz respeito à importante matéria do acesso a medicamentos. Neste caso, posso anunciar muito claramente que nenhum dos artigos dos acordos pode enfraquecer a capacidade dos Estados do CARIFORUM de apoiar o acesso a medicamentos. Não podemos proceder aqui a uma análise jurídica pormenorizada, mas, do ponto de vista político, posso garantir-vos que estes acordos não incluem qualquer intenção deste tipo.

Era natural, tendo em conta o processo de integração avançado nos Estados do CARIFORUM, que os senhores deputados também chamassem a atenção para a compatibilidade destes acordos com outros programas regionais, como a Economia e Mercado Único da CARICOM. Para além do apoio ao desenvolvimento e da facilitação da integração progressiva dos países ACP na economia mundial, o objectivo principal dos APE consiste precisamente em apoiar a integração regional.

O artigo 4.º do APE afirma claramente que a sua implementação terá devidamente em conta o processo de integração nos Estados do CARIFORUM, incluindo a Economia e Mercado Único da CARICOM. Será dedicada uma atenção especial ao reforço dos programas de integração regional e à garantia de um futuro sustentável para os mesmos. Durante as negociações, os Estados do CARIFORUM já haviam garantido que todas as obrigações resultantes dos APE seriam totalmente compatíveis com as obrigações regionais assumidas pelos Estados das Caraíbas no quadro dos seus respectivos programas de integração regional.

No entanto, a compatibilidade do APE com os processos de integração regional também é importante para todas as outras regiões que estão actualmente a negociar APE abrangentes. Poderíamos referir aqui, a título de exemplo, o APE abrangente destinado às economias da África Ocidental. Um APE regional abrangente reforçaria a integração regional, aumentaria a competitividade e contribuiria para o desenvolvimento da região. O processo de negociações já contribuiu, ele próprio, para o aumento dos esforços de integração regional, visto que a criação de uma pauta exterior comum da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental é considerada uma condição prévia essencial para a conclusão das negociações sobre o APE. Também é possível dizer o mesmo sobre outras regiões, tendo devidamente em conta as suas necessidades específicas e processos de integração.

A integração regional será sem dúvida reforçada quando todas as regiões assinarem acordos abrangentes, adaptados às suas exigências específicas. O Parlamento apelou repetidamente a uma abordagem flexível na transição dos acordos provisórios para os abrangentes. Neste contexto, não posso senão confirmar que o Conselho partilha a mesma opinião e sublinha a necessidade de uma abordagem flexível. Quando ficaram

por resolver várias questões difíceis nas negociações, pedimos à Comissão, em Maio do ano passado, que explorasse toda a flexibilidade e assimetria compatíveis com as regras da OMC, a fim de atender às diferentes necessidades e níveis dos países e das regiões ACP. Para além disso, demos ainda outros passos. O Conselho declarou que os países e regiões ACP, se o desejassem, podiam partir das disposições acordadas por outros países ou regiões durante as negociações sobre os APE.

Existe uma necessidade óbvia de manter a coesão entre os APE, em especial, nos países africanos. No entanto, cada região tem as suas características específicas, às quais é necessário atender. O APE assinado com os Estados do CARIFORUM constitui um exemplo, mas não um padrão.

Espero que os meus comentários sobre estes pontos específicos tenham ajudado a esclarecê-los e tenham dado garantias no que diz respeito a algumas das questões levantadas aqui, no Parlamento. Estou firmemente convencido de que a senhora Comissária, que negociou estas matérias directamente com representantes políticos dos Estados do CARIFORUM e outras regiões ACP, juntamente com os seus colegas, vai desejar debucar-se mais detalhadamente sobre uma série de outros pontos.

Neste momento, em Março de 2009, estando nós a viver o pior terramoto económico da última geração, gostaria de sublinhar como é importante para nós todos apreciar resultados positivos na área política. Num momento de declínio do comércio e de um acréscimo da adopção de medidas proteccionistas nesta área, num momento em que existe a ameaça de retrocesso no progresso atingido no cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em algumas regiões, a aprovação por parte do Parlamento Europeu do APE com os Estados do CARIFORUM e o APE provisório com a Costa do Marfim constituirão um sinal positivo no apoio à integração regional e ao comércio que contribuirá para o desenvolvimento. Temos de responder à crise actual estabelecendo mais parcerias, e não restringindo-as. A confirmação por parte do Parlamento Europeu do APE com os Estados do CARIFORUM também vai trazer esperança e estímulo a outras regiões cujas negociações se encontram numa fase avançada e que também necessitam da sensação de confiança e de parceria forte que estes acordos podem proporcionar.

Catherine Ashton, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, é um enorme prazer dirigir-me ao plenário do Parlamento, abordando um tema que, tal como David Martin descreveu, é de fundamental importância para o relacionamento da União Europeia com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico (países ACP).

Antes do mais, gostaria de deixar um aspecto completamente claro: não tenho absolutamente nenhum interesse em qualquer negociação de acordos com países ACP em que estes países possam ficar mais pobres. Sei que é uma afirmação óbvia, mas a minha experiência diz-me que devo divulgá-la com firmeza, além de que não posso assumir que tenha sido amplamente entendida. Quando os senhores deputados votarem mais tarde, espero que o façam com base na discussão que tivemos hoje e nos argumentos que aqui foram expostas, e não em quaisquer ideias pré-concebidas que possam ter.

Creio que a sessão plenária de hoje constitui um importante passo em frente em acordos de parceria económica (APE). Será solicitado o parecer favorável de V. Exas. sobre o APE completo com as Caraíbas e sobre o APE provisório com a Costa do Marfim. V. Exas. apresentaram nada menos do que oito conjuntos de propostas de resoluções e perguntas orais, reflectindo, em minha opinião, a força da participação parlamentar e da opinião do Parlamento sobre os APE. Quero homenagear o enorme esforço da Comissão do Comércio Internacional e da Comissão do Desenvolvimento para colocar esta questão em debate, e quero deixar registada esta homenagem.

Ao longo dos meses, ouvi atentamente as opiniões expressas, e meu objectivo é resolver o caso dos APE e dissipar os mitos em torno deles, de modo que, na devida altura, cada deputado possa emitir um voto informado. Creio que temos perante nós bons acordos que apoiam o desenvolvimento económico e a integração dos países ACP e proporcionam estabilidade nestes tempos economicamente turbulentos. São acordos de parceria fundados sobre o objectivo comum de desenvolvimento, colocando o comércio ao serviço desse objectivo e não o inverso. Acima de tudo, são os acordos que prevêm a possibilidade de os Estados ACP ajudarem os seus cidadãos a sair da pobreza através da dignidade do seu próprio trabalho e da inteligência de suas próprias ideias.

Existe uma percepção de que, com os APE, a União Europeia está a romper com o passado e tentando redefinir unilateralmente a parceria UE-ACP. É verdade, claro, que os APE são diferentes das Convenções de Lomé e de Cotonu que consubstanciaram as relações da União com os países ACP durante 30 anos, mas as preferências unilaterais que caracterizam essas convenções tornaram-se passíveis de contestação na Organização Mundial de Comércio, por parte de outros países em desenvolvimento. O dilema que enfrentámos foi a forma de

salvaguardar as exigências do desenvolvimento dos países ACP, respeitando ao mesmo tempo as normas internacionais e, acrescento eu, as obrigações morais.

A resposta foi em duplicado: "Tudo Menos Armas" para os países menos desenvolvidos, e os acordos de parceria económica para os países ACP em desenvolvimento. O tema comum que remonta à primeira Convenção de Lomé foi o comércio. O comércio sempre foi o factor de definição das relações ACP-UE, e aquilo que, nos primeiros tempos de Lomé, estava confinado a preferências comerciais unilaterais para produtos de base e matérias-primas foi agora substituído por comércio mais diversificado de produtos manufacturados, serviços e ideias no século XXI.

Os APE oferecem aos países ACP o melhor acesso de sempre aos mercados da UE e prosseguem o nosso compromisso de oferecer oportunidades de desenvolvimento económico. A integração regional entre os mercados ACP e dentro deles foi também um objectivo-chave deste processo e um assunto que tem atraído – não surpreendentemente – muita atenção nas perguntas orais. A nossa economia mundial significa que a dimensão se tornou mais importante, uma lição que aprendemos na União Europeia. Ao simplificar as regras do comércio e ao substituir o complexo labirinto de acordos bilaterais por um pequeno número de relações comerciais "região-a-região", os países ACP podem criar maiores mercados regionais, que são mais atraentes para o investimento que os mercados em desenvolvimento necessitam para criar empregos e crescimento.

Os acordos são evidentemente um processo em duas fases: acordos provisórios para garantir que não surgem problemas com a OMC e para criar alguma margem de manobra para a segunda fase, a negociação dos APE completos. A fase preparatória para o prazo de Dezembro de 2007, para os APE provisórios deu origem a poderosíssimas preocupações nos países ACP, mas gostaria de tranquilizar o Parlamento relativamente ao facto de estes acordos provisórios serem apenas uma solução temporária para salvaguardar e melhorar o acesso dos países ACP aos mercados da União Europeia.

Recebi este dossiê numa avançada fase das negociações. Desde então, tenho-me encontrado com um grande número de ministros, representantes e outras partes interessadas dos países ACP no processo APE. Escutei-os e ouvi o que tinham para dizer. Uma coisa é clara: todos colocam o desenvolvimento dos países ACP no centro dos APE. Os APE são, por assim dizer, o ponto onde o comércio se encontra com o desenvolvimento. Significa isto que o desenvolvimento deve ser o fundamento da nossa relação comercial, baseada em diálogo franco e aberto.

Acredito firmemente que estas parcerias apenas terão êxito se forem ancoradas numa parceria duradoura baseada na confiança e no respeito mútuo. O teste-chave desta parceria é saber se nós e os nossos parceiros ACP temos uma visão partilhada do futuro. Na África Austral, temos uma região que teve conflitos relativamente aos APE e os transformou em diálogo, e onde conseguimos agora resolver importantes questões que nos preocupavam, tais como taxas de exportação, protecção de indústrias emergentes e segurança alimentar. Nas Caraíbas, temos uma região que tem claramente definidas as suas próprias ambições para uma economia baseada na inovação. Na África Ocidental, vejo uma posição de acesso ao mercado regional emergente que muitos pensavam ser impossível, e na África Oriental, vejo surgir uma união aduaneira emergente que não existia quando as negociações começaram e está agora a construir um APE em torno dos seus próprios planos de integração. Quer-me parecer que isto é o início de uma parceria bem-sucedida.

Prosseguindo, a minha visão para as negociações de APE completos é aquela em que cada negociação reflecte e respeita a especificidade regional das partes desse acordo – um processo flexível. Quer isto dizer que é preciso olhar para o conteúdo – pois o APE tem de trabalhar em prol dos seus signatários –, mas também para o ritmo das negociações. Significa também que os APE devem ser dinâmicos e não estáticos, capazes de reagir a acontecimentos futuros e de atender às diferentes necessidades e interesses regionais. Neste processo, a Comissão irá, de facto, continuar a informar e envolver o Parlamento Europeu de uma forma transparente.

Ao mesmo tempo que devemos ser ambiciosos, também não podemos impor diálogo, e é por isso que questões como contratos públicos já foram retiradas de algumas negociações, e os temas Singapura foram incluídos apenas quando são bem-vindos e desejados pelos países em causa. Também gastaremos o tempo que for preciso e ofereceremos apoio para consolidar regulamentação nacional e regional enquanto pré-requisito para novas negociações, sendo a "ajuda ao comércio" e a assistência técnica absolutamente fundamentais neste contexto. Posso garantir, não haverá abertura de serviços públicos, nem pressão para a privatização. O explícito direito de os países ACP regularem os seus próprios mercados será reconhecido, não havendo limitação do acesso a medicamentos essenciais ou à recolha de sementes. De facto, preferiremos reforçar os direitos e capacidades dos países ACP nestas áreas em vez de os limitarmos.

A tudo isto se sobrepõe o nosso compromisso de que regiões ACP possam inspirar-se nas disposições acordadas em outros APE, de modo que cada região possa avançar com a segurança e o conhecimento de que não será prejudicada. Portanto, a Costa do Marfim pode pedir directamente e obter algo de relevante que faça parte das negociações e debates SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) ou outras para qualquer outro lugar. Este é um aspecto-chave da flexibilidade que V. Exas. me pediram para providenciar e de permitirmos que os APE substituam um regime comercial totalmente ACP por uma solução regional que corresponda às necessidades regionais, sem comprometer a solidariedade ACP.

Os argumentos a favor de APE dinâmicos e não estáticos foram destacados pela crise actual. Iniciámos negociações APE durante um período de expansão sem precedentes do investimento, do comércio de bens e serviços e de subida de preços das mercadorias. Poucos iriam prever que, em poucos anos, a economia mundial iria cair em recessão, com dramáticas quedas dos preços, taxas de câmbio e volatilidade no mercado de crédito e uma seca de crédito que iria estrangular o financiamento ao comércio de que os exportadores e os importadores necessitam.

Não precisamos de um acordo fixo que se torna redundante ainda a tinta não teve tempo de secar no papel. Precisamos de um acordo que estabeleça uma relação em que as instituições e a sua supervisão possam ajudar a identificar e a solucionar os problemas à medida que vão surgindo.

O problema específico que a senhora deputada Erika Mann me colocou sobre as bananas está incluído na APE provisório – uma garantia de acesso isento de pagamento de direitos e de quotas nesse caso.

À medida que estes problemas surgem, precisamos de incluir salvaguardas e cláusulas que permitam aos países ACP fazer face a eventuais surtos de importação, pressões nos preços dos alimentos e crises fiscais: cláusulas de alteração posterior para questões específicas, cláusulas de revisão periódica e, como no APE para os países das Caraíbas, uma função para supervisão e acompanhamento parlamentares.

Voltando ao ponto em que comecei, o Parlamento tem, hoje, uma oportunidade histórica de dar o seu parecer favorável aos primeiros exemplos de uma nova geração de acordos que salvaguardam o nosso relacionamento especial com os países ACP; acordos baseados em verdadeira parceria, não em paternalismo; que aproveitam o comércio como o motor para o desenvolvimento; que promovem e incentivam a integração regional que irá ajudar os países ACP a prosperar num mundo globalizado, que são flexíveis em termos de conteúdo, que respeitam a tradição e que são a mais recente manifestação desta longa relação comercial construída com base numa relação de Estados soberanos. Em suma, estes acordos são o futuro e espero que, nessa base, os senhores deputados dêem o seu parecer favorável.

PRESIDÊNCIA: SIWIEC

Vice-presidente

Robert Sturdy, autor. – (EN) Senhor Presidente, peço desculpa pelo meu atraso e agradeço o facto de me terem colocado de novo na ordem do dia. Basicamente, a Senhora Comissária Ashton já aqui mencionou a maioria dos pontos que eu pretendia abordar, pelo que me limitarei a reiterar um ou dois deles perante esta Assembleia.

Os acordos provisórios são acordos relativos ao comércio de mercadorias que visam evitar uma ruptura das trocas comerciais com os países ACP e promover uma integração gradual. Oferecem aos países ACP uma oportunidade para saírem da pobreza através do comércio e, a meu ver, a aceitação destes acordos implica um conjunto de questões controversas para as quais tenho sido alertado em diversas ocasiões, como sejam os serviços, o princípio da Nação Mais Favorecida (NMF) e as regras de origem. Estes aspectos terão de ser corrigidos, e peço desculpa se, porventura, já falou nisto e eu não assisti.

O procedimento de parecer favorável para os acordos com os Estados do CARIFORUM e com a Costa do Marfim é fundamental para concretizar o potencial destas reformas. A aprovação da assinatura destes acordos permitirá o avanço das negociações formais, o que conferirá um grau de legitimidade ao processo que é essencial para proteger os mercados ACP e garantir um enquadramento mais estável. No que se refere às resoluções sobre o CARIFORUM – o único Acordo de Parceria Económica (APE) completo –, insto os senhores deputados a apoiarem o texto original da Comissão do Comércio Internacional, na medida em que este prevê uma abordagem mais equilibrada do comércio e do desenvolvimento e apoia um conjunto de compromissos propostos pelo relator. Creio que estas resoluções realçam simultaneamente as oportunidades e os desafios que se colocam aos parceiros de negociação neste passo fundamental para garantir o controlo parlamentar e aprovar as relações com os países ACP.

A Senhora Comissária iniciou o seu discurso frisando a importância primordial do comércio, e eu concordo plenamente consigo. Também aqui foi referida a situação financeira particularmente difícil em que nos encontramos. Julgo que este é um assunto que a Senhora Comissária levou muito a peito e no qual se tem empenhado de forma extraordinária. Felicito-a pela forma como tem lidado com esta questão e faço votos para que mantenha toda essa coragem e força.

Estamos a atravessar uma fase difícil e, se quisermos ultrapassá-la, o comércio será a única opção, não só para estes países como para o resto do mundo. A sua importância é capital. Obrigado pela forma como mudou o rumo deste processo, considerando que tomou posse a meio de um período tão difícil. Parabéns e, uma vez mais, votos de coragem e boa sorte.

Jürgen Schröder, *relator de parecer da Comissão do Desenvolvimento*. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, também eu desejo agradecer as suas palavras, Senhora Comissária Ashton, que sem dúvida devemos guardar na nossa memória durante muito tempo.

Há algumas semanas, assisti, na Guiana, à última cimeira regional ACP realizada até à data. A opinião predominante entre os meus colegas dos Estados das Caraíbas era a de que chegou o momento de olhar para o futuro, de parar com as lamentações e implementar de forma decidida os Acordos de Parceria Económica.

A fim de garantir a implementação eficaz desses acordos, é indispensável que os parlamentos controlem o processo por via do seu controlo parlamentar. De facto, só se os parlamentos puderem verificar se o novo sistema de regulamentações pode cumprir aquilo para que foi criado é que os acordos de Parceria Económica podem funcionar como motor para o desenvolvimento. E só quando os parlamentos assumirem esta função de supervisão é que podemos assegurar que a ajuda financeira chegue às zonas onde é necessária. Isto é tão válido para os parlamentos nacionais das Caraíbas como para o Parlamento Europeu.

Em todas as resoluções que temos diante de nós relativas aos Acordos de Parceria Económica há números que abordam a questão do controlo parlamentar. No entanto, estas referências não são uniformes. O texto contido na resolução SADC-APE apresenta um bom compromisso. Assegura que a Comissão do Comércio Internacional e a Comissão do Desenvolvimento do Parlamento Europeu, assim como a Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE sejam envolvidas no processo. Como considero este compromisso um êxito, apresentei, com conjunto com o meu colega, senhor deputado Sturdy, uma série de alterações que visam uniformizar estes números em todas as resoluções relativas aos APE. Gostaria de contar com o vosso apoio para esta iniciativa.

Johan Van Hecke, *relator de parecer da Comissão do Desenvolvimento*. – (EN) Senhor Presidente, na qualidade de relator de parecer da Comissão do Desenvolvimento para o Acordo de Parceria Económica Provisório com a Costa do Marfim, gostaria de agradecer à senhora deputada Erika Mann por ter levado em consideração algumas das preocupações suscitadas pela nossa comissão parlamentar, como sejam a necessidade urgente de se constituir um governo democraticamente eleito na Costa do Marfim e de este país receber uma justa parte da assistência da UE relacionada com o comércio.

De uma forma geral, apraz-me que a Comissão do Comércio Internacional e a Comissão do Desenvolvimento tenham chegado a um compromisso acerca do órgão de controlo, a fim de habilitar a Assembleia Parlamentar Paritária (APP) a desempenhar o papel que, em primeira linha, lhe compete.

Importa não esquecer que este APE é um acordo intercalar, o que significa que constitui apenas uma solução temporária.

Para que a liberalização do comércio possa ter um efeito positivo substancial em toda a região, é fundamental que a CEDEAO assine um APE completo.

Neste contexto, a Comissão do Desenvolvimento propõe que o Parlamento dê o seu parecer favorável, sujeito à ratificação pela Costa do Marfim do APE intercalar.

Alain Hutchinson, *em nome do Grupo PSE*. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, eu tinha preparado alguns apontamentos, mas, se me permitirem, pô-los-ei de lado, pois muitas coisas já foram ditas e não quero repetir as palavras dos meus colegas.

Estamos em vésperas de uma votação importante, uma votação importantíssima, uma votação quase histórica pois esta semana vamos votar os primeiros acordos de parceria económica neste Parlamento. Já há alguns

anos que os discutimos, e estas discussões têm sido objecto de debates muito acesos onde nem sempre o acordo e consenso estiveram na ordem do dia.

É evidente que hoje podemos congratular-nos pela forma como a situação evoluiu. Os relatos da Senhora Comissária, assim como os da Presidência, mostram que houve um desenvolvimento muito positivo neste dossiê, especialmente desde a sua chegada, Senhora Comissária, cumpre reconhecê-lo.

Infelizmente, para alguns de nós - e é por isso que tenho algumas reservas - subsistem algumas questões, interrogações e receios relativamente a este acordos de parceria económica.

Em primeiro lugar, temos de reconhecer que neste momento só existe um APE integral. Os outros ainda não o são, estamos ainda na fase de acordos provisórios, embora o objectivo fundamental fosse a integração regional. Só há um que preenche esse critério e, mesmo assim, um dos principais países desta região das Caraíbas, o Haiti, ainda não assinou o acordo, o que é realmente muito revelador.

Em segundo lugar, no plano comercial, como V. Exa. assinalou, nós temos laços históricos. Desde há muito que existem relações comerciais entre o Norte e o Sul, mas veja com elas se processam. Pilhamos tudo o que aí há, apropriamo-nos de todas as riquezas. É claro que vendemos o coltan que as nossas empresas extraíram no Kivu para o venderem no Norte, mas repare nas desastrosas consequências que daí resultam para as populações do Sul e na partilha desigual - para não dizer profundamente injusta - que aí observamos.

Para além disso, V. Exa. acrescenta uma política de desenvolvimento que já praticamos há 40 anos, dizendo que nós, Europeus, somos os maiores patrocinadores do mundo, mas essa é uma política que agora está a falhar e que tem de ser revista. A maioria dos países mais pobres do mundo estão a passar mal, tão mal como há 40 anos atrás, se não mesmo pior. É essa, portanto, a razão das nossas reservas e das nossas interrogações. Que garantias temos neste tocante? Não repetireis as palavras do meu colega Kader Arif, mas associo-me a ele quando diz que gostaríamos de ter uma declaração da sua parte, em nome da Comissão, relativamente uma série de pontos que ele enumerou claramente, e gostaria de terminar a minha intervenção falando dos parlamentos nacionais.

Pediram-nos que, enquanto eurodeputados, nos pronunciássemos a respeito dos acordos de parceria económica que, se forem mal negociados, terão consequências dramáticas para os povos do Sul, mas não para nós. Nenhum cidadão europeu ficará prejudicado se os acordos de parceria económica forem um fracasso. Por outro lado, poderá haver cidadãos no Sul que vão ficar ainda em pior situação. Terminarei, Senhora Comissária, dizendo-lhe muito simplesmente que gostaríamos que os parlamentos nacionais dos países parceiros pudessem ter uma palavra a dizer, uma vez que eles representam os povos do Sul neste domínio, e não apenas nós.

Ignasi Guardans Cambó, em nome do Grupo ALDE. – (ES) Senhor Presidente, como outros já referiram, este debate é indubitavelmente importante; com efeito, acaba de ser apelidado de histórico, entre outras razões, devido ao número de horas dedicado a este exercício e ao debate político que o precedeu.

Considero positivo e importante que, no meio de toda a agitação que precedeu este debate e que em grande medida ainda o envolve - e falo em agitação com todo o respeito pela contribuição da sociedade civil, as ONG e os parlamentos nacionais que também estão envolvidos - compreendamos de que forma e por que razão chegámos hoje até aqui.

É preciso que compreendamos que a negociação destes acordos de associação com os Estados ACP não é uma decisão política tomada livremente pela União Europeia, como se dispusesse de várias opções sobre a mesa e decidisse optar por uma em detrimento de outra qualquer. Trata-se essencialmente de uma exigência legal decorrente das próprias regras de legalidade estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio.

Trata-se de uma necessidade que deriva das circunstâncias que envolviam o anterior quadro jurídico respeitante ao comércio com os países ACP. Cumpre igualmente recordar, aqui e agora, que aqueles que condenaram as relações da União Europeia com os países ACP foram precisamente aqueles outros países em desenvolvimento que, com toda a legitimidade, exigiam acesso aos nossos mercados, mas tinham sido deixados de lado, pela simples razão de não serem antigas colónias dos actuais Estados-Membros da UE.

Assim, a União Europeia usava, e até certo ponto ainda usa, dois pesos e duas medidas: um para as suas antigas colónias e outro para outros países com um nível semelhante de desenvolvimento que não se inserem no primeiro grupo. Foi isso que se tornou insustentável e que levou estes últimos países a salientar esse facto no quadro da Organização Mundial do Comércio.

Para além de qualquer outra consideração, deveremos reconhecer outra verdade: o sistema que iremos substituir, primeiro, a Convenção de Lomé e, depois, o sistema decorrente dos Acordos de Cotonu, nunca deu os resultados esperados. Ninguém poderá afirmar que o sistema de Cotonu era totalmente satisfatório. Se assim fosse, os números – o volume das trocas comerciais da UE com esses países – seriam muito superiores aos que se registam actualmente. Por conseguinte, não devemos presumir que vamos substituir um sistema que deu resultados, porque não foi esse o caso.

Por todas estas razões, estes Acordos de Parceria Económica deverão ser vistos como uma enorme oportunidade, particularmente para aqueles de entre nós que acreditam que o desenvolvimento e o crescimento destes países não pode depender apenas da ajuda externa. Refiro-me claramente aos países que são partes nesses acordos mas que não se encontram entre os países menos avançados. A este respeito, é o conceito de apropriação, de controlo sobre o seu próprio destino, de não dependência exclusiva da ajuda externa, que subjaz, em termos políticos – e atrevo-me a dizer, em termos filosóficos – a estes acordos de parceria.

Em princípio, o meu Grupo apoiará, por conseguinte, totalmente a negociação pela Comissão Europeia desses acordos, bem como a ideia de que estes deverão ser abrangentes e completos, abarcando não só os bens, mas também os serviços e as regras da concorrência, devendo ser acordados como um todo.

Outro aspecto a considerar é, evidentemente, a forma como foram geridas estas negociações e os temas específicos colocados sobre a mesa. A este respeito, remeto-me ao que cada um dos relatores afirmou relativamente às diferentes áreas, porque efectivamente falamos de uma abordagem geral, quando cada uma das negociações está a ser tratada separadamente.

Existem alguns aspectos pendentes e algumas preocupações – para referir apenas um exemplo, a situação das regiões ultraperiféricas, que merece atenção específica no caso do Cariforum –, porém, na generalidade – politicamente –, apoiamos totalmente, quer estas negociações, quer a necessidade da sua prossecução e da sua monitorização pelo Parlamento.

Uma das várias alterações que apresentámos refere que o controlo parlamentar desta questão deverá ser levado a cabo de modo uniforme e não de diferentes formas consoante o país em questão.

Liam Aylward, *em nome do Grupo UEN.* – (EN) Senhor Presidente, congratulo-me com este debate, que constitui uma oportunidade para, uma vez mais, chamarmos a atenção para a necessidade de incluir e respeitar disposições em matéria de trabalho infantil em todos os acordos comerciais da UE.

Não me refiro, com isto, a meras afirmações hipócritas sobre o combate do trabalho infantil ou à criação de sistemas de supervisão rápida ou superficial. Todos os Estados-Membros da UE, a par de um conjunto de outros países, cujo número não cessa de aumentar de forma encorajadora, subscreveram as Convenções da OIT relativas à idade mínima de admissão ao emprego e à interdição das piores formas de trabalho das crianças.

Chegou a altura de assumirmos estes compromissos nos nossos acordos comerciais, nos nossos acordos ao abrigo do SPG e nas nossas políticas de contratos públicos. Isso implica assegurar que as empresas estabelecidas na UE não recorrem ao trabalho infantil.

Para tal não basta que a empresa-mãe ou mesmo os seus fornecedores directos abdicuem de recorrer ao trabalho infantil. Qualquer empresa no topo da cadeia de aprovisionamento tem de assumir a responsabilidade de garantir a ausência de trabalho infantil em todas as fases e níveis da cadeia de aprovisionamento.

Actualmente, haverá mais de 200 milhões de crianças em todo o mundo a trabalhar ilegalmente, sem acesso à educação e privadas da sua infância, o que coloca em risco a sua saúde física e mental.

A inclusão das preocupações relacionadas com o trabalho infantil em todos os nossos acordos comerciais tem de ser uma prioridade.

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Margrete Auken, *em nome do Grupo Verts/ALE.* – (DA) Senhor Presidente, o actual debate é ainda mais importante porque nos preparamos para uma longa pausa nos nossos trabalhos, devido às próximas eleições. Consequentemente, temos de nos assegurar de que a Direcção-Geral do Comércio regista a nossa atitude crítica relativamente ao conteúdo dos Acordos de Parceria Económica, em especial porque a Direcção deverá assiná-los dentro em breve. Convém, portanto, realçar a importância de os acordos voltarem ao Parlamento para aqui obterem a nossa aprovação.

Em nome do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia queria esclarecer que alimentamos grandes dúvidas quanto à forma como esses acordos foram conduzidos. Durante as negociações com os países ACP a questão do desenvolvimento não foi levada em consideração.

Por conseguinte, tenho algumas observações concretas a fazer relativamente aos dois acordos que o Parlamento vai apresentar na quarta-feira e aproveitarei para explicar as razões por que o Grupo dos Verdes não os apoia. No que se refere ao acordo com o CARIFORUM, estudos detalhados do *Overseas Development Institute* mostram que o Acordo de Parceria Económica com os países das Caraíbas é, porventura, de todos os acordos negociados até agora, aquele que menos incentiva o desenvolvimento. Será fraco modelo para outros acordos regionais a negociar, em particular no que respeita ao desenvolvimento propriamente dito. Obviamente, não nos compete decidir se as nossas preocupações se justificam, quando os próprios governos dos Estados do CARIFORUM apoiam os acordos, mas seria perfeitamente legítimo que os parlamentos dos Estados em causa pudessem votar sobre os acordos antes de o Parlamento Europeu os aprovar.

De qualquer forma, as dúvidas que agora expomos, na UE, relativamente ao acordo com o CARIFORUM, são justificadas. Numa altura em que é imperioso melhor controlar os movimentos de capitais nos mercados financeiros, é para nós absolutamente inaceitável que os acordos com o CARIFORUM permitam a plena liberalização dos serviços financeiros com os oito paraísos fiscais que, actualmente, fazem parte desse grupo. Se os colegas têm dificuldade em acreditar nas minhas palavras, façam o favor de olhar para os documentos antes da votação de quarta-feira. Neles poderão ler informação sobre a livre circulação de serviços financeiros transaccionados fora da bolsa, outra expressão para "derivados especulativos não contabilizados". Do mesmo modo, poderão encontrar referência ao direito de estabelecer fundos por conta de residentes individuais. Estes produtos entram na UE através dos nossos paraísos fiscais, por exemplo Malta e Chipre. Isto é possível enquanto não existir controlo ou regulação comum a toda a UE, pelo que não é a melhor altura para proteger essas estruturas, que detêm parte da responsabilidade pelo colapso das nossas economias.

Quanto ao acordo com a Costa do Marfim, visto actualmente o país viver conflitos internos, talvez não seja o momento mais adequado para o celebrar.

Madeleine Jouye de Grandmaison, em nome do Grupo GUE/NGL. – (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, sou oriundo de Martinica e sempre vivi nas Caraíbas.

Acreditem, Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras Senhores Deputados, que o Acordo de Parceria Económica entre o CARIFORUM e a União Europeia me causa sérias preocupações.

Martinica, Guadalupe e Guiana são regiões ultraperiféricas europeias e, por conseguinte, as Caraíbas não foram tidas em conta na sua globalidade. Em minha opinião, este acordo foi negociado mormente com fins comerciais e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio foram, uma vez mais, relegados para segundo plano. O desafio para os países das Caraíbas consistirá, pois, em compensar a perdas de receitas aduaneiras através do aumento de volume das trocas comerciais com a União Europeia.

Neste período de recessão mundial, isso poderá não ser fácil. Factos são factos, e estes acordos foram sobretudo negociados pela Direcção-Geral do Comércio e, no seio deste Parlamento, a Comissão do Desenvolvimento parece-me ter sido colocada um pouco à margem.

Neste acordo, os objectivos anunciados em matéria de desenvolvimento e integração a nível regional não são consentâneos com as medidas desenvolvidas para os atingir. Estas medidas incidem, na sua maioria, apenas no comércio e na competitividade. Também no que respeita à integração se regista uma incompatibilidade entre os objectivos visados e os meios utilizados.

Chego agora mais especificamente à integração regional das actuais regiões ultraperiféricas (RUP) das Caraíbas no seu contexto geográfico. As RUP estão no centro de uma "bacia de vida". A Guiana tem mesmo uma das suas principais fronteiras com o Suriname. As RUP contam com 35 milhões de habitantes espalhados por mais de 40 países e cobrem mais de dois milhões de quilómetros quadrados. Isto representa imenso mercado potencial.

Este acordo constituía uma oportunidade para reduzir o impacto de determinadas dificuldades ditas estruturais, como o afastamento, por exemplo, em favor da aproximação entre as nossas ilhas. Por que razão prescindimos da negociação de um mercado inter-regional específico entre as regiões ultraperiféricas da União Europeia e o CARIFORUM? Numa altura em que a Comissão Europeia está empenhada em abordar o subdesenvolvimento dos países das Caraíbas e em estabelecer Acordos de Parceria Económica com este grupo, tendo em vista a abertura dos mercados e a integração regional, a região ultraperiférica das Caraíbas é tida em conta apenas para se tornar parte do mercado aberto do CARIFORUM e a Comissão continua

agarrada aos mesmos princípios de mercado que foram negociados para toda a União Europeia. Estes princípios podem colocar-nos numa posição de desvantagem.

Esta era uma oportunidade para promover o diálogo entre culturas, o estabelecimento da cooperação, o intercâmbio de serviços e para colocar as regiões ultraperiféricas...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Syed Kamall (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, todos nós sabemos que os Acordos de Parceria Económica (APE) têm sido alvo de muitas críticas, algumas das quais eu partilho. Concordo que os APE não deveriam ser um método para abrir, de forma agressiva, os mercados exclusivamente às empresas da União Europeia. Deveriam também trazer vantagens aos empresários e consumidores nos países pobres. Partilho da preocupação manifestada pela deputada Erika Mann quanto à abordagem universal dos APE, que não leva em conta as diferenças existentes entre as regiões e entre os países de uma dada região. Congratulo-me por apenas termos efectivamente assinado acordos provisórios com os países que manifestaram algum interesse nesse sentido.

Outro aspecto que me preocupa prende-se com a opinião expressa há alguns meses por um funcionário da Comissão numa reunião da Comissão do Comércio Internacional, de que os APE abrangem outras questões para além do simples comércio e desenvolvimento, como por exemplo a integração política regional. Eu creio, como muitos dos meus colegas parlamentares, que esta é uma decisão que deve caber aos próprios países, especialmente àqueles que são democráticos e não querem sentar-se numa assembleia regional ao lado de ditadores da mesma região.

Não obstante estas preocupações, devemos regozijar-nos com o parecer favorável dado pela Comissão do Comércio Internacional a estes APE. Por momentos, fiquei preocupado com alguns discursos anti-comércio proferidos pelos Socialistas, quando votaram contra ou se abstiveram na comissão. Os APE podem não ser perfeitos, mas muitos dos meus amigos e familiares que vivem em países mais pobres estão cansados de não terem acesso a bens e serviços e de serem obrigados a depender de monopólios ou de empresas estatais com ligações a políticos corruptos. O facto de os Socialistas quererem manter este estado das coisas também deve constituir motivo de preocupação. Não nos esqueçamos de que os impostos sobre as importações implicam, frequentemente, que os cidadãos mais pobres tenham de pagar mais pelos alimentos e medicamentos importados.

Quero agradecer a determinação da Senhora Comissária em prosseguir as negociações sobre os acordos de parceria económica. Não são perfeitos, mas temos a obrigação de ajudar os empresários e consumidores nos países mais pobres a gozarem do acesso a bens e serviços de que nós desfrutamos actualmente na UE.

Glenys Kinnock (PSE). - (EN) Senhor Presidente, à semelhança de outros colegas, também eu confirmo que, desde a tomada de posse de Cathy Ashton como Comissária, temos assistido a uma mudança radical não apenas de estilo e de tom, mas também de vocabulário e, agora cada vez mais, de substância.

Tenho a certeza de que a Senhora Comissária concordará comigo e com muitos outros deputados presentes nesta Assembleia em como temos ainda pela frente uma missão tremenda à medida que agora vamos tentando conquistar e reconquistar a confiança após anos de negociações que deram origem a imensas tensões e acrimónias.

Volvidos quase exactamente 10 anos desde a assinatura do Acordo de Cotonu, é altura de nos lembrarmos do que realmente ficou escrito nos acordos em relação às perspectivas de comércio entre os Estados ACP e a UE. A formulação usada foi "um novo quadro comercial equivalente à situação existente e conforme às regras da OMC". Na verdade, ainda temos muito trabalho pela frente para cumprirmos estes objectivos.

A política de celebrar acordos individuais com certos países deu origem a graves incoerências, e a todos aqueles que não conhecem a Assembleia Parlamentar Paritária (APP) e não contactam tão amiúde com os parlamentares dos países ACP como eu e outros colegas aqui presentes posso confirmar que esta política gerou situações realmente muito difíceis e prejudicou gravemente a coesão entre os países ACP que eu pude observar no passado. Tive conhecimento de que, ainda há poucas semanas, o novo Presidente do Gana dirigiu à Presidência da UE uma carta em nome de todo o grupo ACP, na qual afirmava que o processo de negociações dos APE continuava a ameaçar a subsistência de alguns grupos de integração regional. Trata-se de um comentário recente formulado por um novo presidente.

Em todas as nossas reuniões, os parlamentares dos países ACP informam-nos de que não houve praticamente nenhum envolvimento da sua parte e muito pouca, ou nenhuma, consulta com eles. Gostaria que a Senhora Comissária nos dissesse que medidas considera adequadas para resolver este problema no futuro.

Fiquei satisfeita com o que aconteceu nas negociações com a SADC; os compromissos claros quanto à modificação dos textos, aos períodos de transição para a regularização das pautas aduaneiras, às medidas de salvaguarda, às regras de origem, etc., estão agora ao alcance de toda a SADC, e espero que confirme que estas opções existem para todos os países ACP que prosseguirão as negociações.

Senhora Comissária, peço-lhe que nos diga se irá insistir para que os APE incluam compromissos concretos com programas para o desenvolvimento e para que a liberalização do comércio seja sujeita a critérios de referência relacionados com o desenvolvimento. Se for essa a sua intenção, como irá proceder?

Irá providenciar para que os APE incluam obrigações legais vinculativas de disponibilizar financiamento programado e previsível?

Senhora Comissária, como já teve oportunidade de referir há pouco, os países ACP enfrentam um período de abrandamento do crescimento e, pela primeira vez em 25 anos, os esforços para reduzir a pobreza estão a ser gradualmente suspensos. Termino com dois breves comentários finais, um deles sobre o APE CARIFORUM: o resultado não é perfeito, mas ainda carece de salvaguardas.

No que diz respeito à Costa do Marfim, precisamos das garantias solicitadas pela deputada Erika Mann e pelo deputado Van Hecke. Isso é muito importante para nós.

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Fiona Hall (ALDE). - (EN) Senhor Presidente, se recuarmos um pouco até ao início do processo APE, constatamos que o Acordo de Cotonu de 2000 previa a obrigação legal de a UE tomar em consideração os interesses dos países em desenvolvimento em todos os domínios políticos que os afectam. Em 2005, a Comissão identificou esta coerência das políticas de desenvolvimento como sendo fundamental para a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Lamento a disputa que teve lugar entre a Comissão do Comércio Internacional e a Comissão do Desenvolvimento sobre qual delas teria o papel principal nos APE, já que o próprio Parlamento poderia ter reagido de forma mais coerente em relação a certos pontos enquanto decorriam as negociações sobre os APE, perdendo de vista o facto de se tratar de instrumentos ao serviço do desenvolvimento.

Por último, congratulo-me por a Senhora Comissária ter mencionado os serviços, pois estou preocupada com a liberalização do sector bancário em particular. Os países ocidentais falharam em assegurar uma regulamentação adequada para os grandes bancos internacionais que operam no seu território. Perante isto, deveríamos questionar se realmente fará sentido liberalizar o sector bancário em países onde ainda muito menos existe um regime regulamentar, sobretudo quando as regras da OMC não exigem essa liberalização. A liberalização do sector bancário poderá ajudar as grandes empresas, mas também pode levar os bancos locais a concentrarem-se apenas nos clientes de grande valor e a descurem as pequenas empresas, limitando ainda mais o já de si reduzido acesso que têm ao crédito.

Jean-Pierre Audy (PPE-DE). - (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Sr. Ministro Jan Kohout, Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, antes de mais, quero felicitar o meu colega, senhor deputado Ford, pela qualidade do seu relatório e pelo seu sentido de compromisso. Tivemos oportunidade de trabalhar neste assunto na Papuásia-Nova Guiné durante a Assembleia Parlamentar Paritária dos Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico e da União Europeia. Vi-o trabalhar com deputados dos parlamentos nacionais, e estou, portanto, satisfeito com isso.

Quero associar-me, Senhora Comissária, às felicitações que lhe foram dirigidas a respeito destes Acordos de Parceria Económica que foram negociados com o objectivo de evitar quaisquer perturbações no comércio entre os países ACP e a Comunidade Europeia. Estas negociações culminaram num Acordo de Parceria provisório entre a República Democrática de Fiji e a Papuásia-Nova Guiné, os únicos Estados do agrupamento regional do Pacífico que concordaram com um acordo provisório, e reconhecemos o trabalho que será necessário desenvolver para concluir acordos regionais integrais.

Este acordo integra todas as medidas necessárias ao estabelecimento de uma zona de comércio livre. A resolução realça que o Acordo de Parceria Económica deve contribuir para reforçar o crescimento económico, a integração regional, a diversificação económica e a redução da pobreza. Importa recordar que um verdadeiro

mercado regional constitui uma base fundamental para uma implementação bem sucedida do Acordo de Parceria Económica provisório e que a integração e a cooperação regionais constituem factores essenciais para o desenvolvimento social e económico dos Estados do Pacífico.

Este acordo constitui uma oportunidade para imprimir um novo impulso às relações comerciais, e garante acesso ao mercado europeu com isenção de direitos aduaneiros e sem quotas para a maior parte das mercadorias. Gostaria de insistir na ajuda no valor de 2 mil milhões de euros que deverá ser providenciada até 2010 e, para terminar, acrescentaria que é muito importante que não haja violações, inclusive a nível económico, dos direitos de patente ou de propriedade intelectual que afectam o comércio. No que respeita aos direitos humanos, surpreende-me o facto de negociarmos com a Papuásia-Nova Guiné, quando este país continua a penalizar orientações sexuais. Por último, na vertente política, é importante que tenhamos uma aliança com os países ACP no quadro da OMC.

Georgios Papastamkos (PPE-DE). - (EL) Senhor Presidente, a conclusão bem sucedida das negociações sobre a celebração de acordos de parceria económica entre a União Europeia e os países ACP constitui o desafio supremo à política comercial e de desenvolvimento europeia.

O que se pretende é celebrar acordos que sejam consentâneos com as obrigações internacionais da União Europeia, uma vez que, como sabem, se chegou à conclusão de que o tratamento preferencial unilateral que a União Europeia concede aos países ACP em detrimento de outros países em desenvolvimento é incompatível com as regras da OMC.

Todavia, para além da questão jurídica, o desafio consiste principalmente em concluir acordos que promovam o desenvolvimento dos países visados, através do reforço da sua capacidade comercial, da diversificação da sua base económica e da integração regional.

O novo regime comercial que irá reger as relações entre a União Europeia e os países ACP deverá garantir a integração de todos estes países no sistema de comércio internacional e na economia global, uma economia que está a atravessar uma crise sem precedentes que afecta tanto os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento e as economias emergentes.

Todos concordamos que a abertura dos países ACP à União Europeia deve ser assimétrica e gradual, com a devida flexibilidade em termos de quotas para os sectores sensíveis e cláusulas de salvaguarda efectivas. Como sabem, o objectivo das negociações é a cobertura de sectores como os serviços, os investimentos, os direitos de propriedade intelectual e o reforço do trabalho sobre questões comerciais, para além do acesso ao mercado de bens.

Apoiamos, portanto, o alargamento do âmbito de aplicação dos acordos na medida em que se considere que o mesmo é proveitoso para os países ACP. É absolutamente vital incluir disposições em matéria de desenvolvimento nos acordos de parceria económica e fornecer ajuda adequada ao comércio.

Glenys Kinnock (PSE). - (EN) Senhor Presidente, quero apenas abordar duas questões relacionadas com o parecer favorável. Há pouco, referia-me aos Estados do CARIFORUM. Todos estão muito confiantes e optimistas em relação ao Acordo CARIFORUM, mas é evidente que ele ainda requer algumas salvaguardas. Não há dúvidas disso e, na reunião que recentemente tivemos em Guiana, o Presidente e outras individualidades daquele país, assim como os eurodeputados, deixaram este ponto absolutamente claro.

Falou-se aqui da questão das bananas. A Senhora Baronesa Ashton disse que haverá acesso com isenção de direitos e sem contingentes, o que é óptimo, mas o problema é que os acordos assinados com a América Central e, posteriormente, com o Mercosul e os países do Pacto Andino concedem a estes países uma redução dos direitos aduaneiros, e nada do que possamos fazer permitirá aos produtores de bananas dos países ACP manterem a sua competitividade. Esse é que é o principal problema e os ditos acordos foram celebrados quando ainda nem sequer havia secado a tinta da assinatura do Acordo CARIFORUM.

Os países das Caraíbas estão também profundamente preocupados com as unidades de execução, que permanecem por criar. Continua a haver problemas por causa das tensões que surgiram entre os diversos países das Caraíbas. Além disso, existe também o problema do Haiti. Os resultados da Conferência de Doadores não foram tão satisfatórios como se esperava e teme-se que não seja possível concluir plenamente ou avançar com o APE enquanto o Haiti não participar.

No que diz respeito à Costa do Marfim, precisamos de garantias muito claras. Trata-se de um país que atravessou períodos de muita turbulência, incerteza e instabilidade ao longo dos últimos anos, e o nosso parecer favorável é muito importante. Mas também precisamos de garantias de que a Comissão transmitirá,

sob a forma de uma carta dirigida aos negociadores da Costa do Marfim e ao Governo daquele país, que a União Europeia continua empenhada em prosseguir as negociações em boa-fé, a fim de alcançar um resultado condigno para a população daquele país.

Marie Anne Isler Béguin (Verts/ALE). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Ministro Kohout, Senhora Comissária Ashton, ouvi bem as vossas palavras.

Senhor Ministro Kohout, o senhor falou-nos de sustentabilidade económica. A questão que hoje me colocou é a de saber o que é que isso significa, para além das palavras. Com efeito, o que significa isso num período de crise económica, financeira e ambiental? Que garantias pode dar-nos? A despeito das tranquilizadoras palavras da Senhora Comissária, pergunto se, uma vez que esses acordos foram discutidos numa conjuntura mundial diferente, este acordo que propomos aos nossos parceiros ACP será ainda verdadeiramente adequado na situação actual.

Pessoalmente, julgo que não. Encontramo-nos com as ONG, encontramos-nos com as PME. Estivemos recentemente na Guiana, onde o Presidente nos disse: vocês pedem-nos para diversificar, mas digam-nos, então, quais são os produtos que o nosso pequeno país pode produzir para poder competir com o Brasil ou a Venezuela?

Hoje, por conseguinte, penso que não podemos fechar os olhos. O senhor fala-nos, por um lado, de flexibilidade e, por outro, das regras da OMC. Lamento, mas esses dois elementos são totalmente contraditórios, porquanto requerem reestruturação, e nós sabemos muito bem que essa reestruturação implica um empobrecimento desses países.

Não creio, portanto, que aquilo que propomos hoje e aquilo que propusemos no passado seja de todo adequado. Será que olhámos para os resultados do modelo de desenvolvimento que aplicámos durante os últimos 40 anos? Esse modelo é um fracasso, e penso que isso já foi dito. É um fracasso que eu creio que vai continuar; a situação irá agravar-se com estes acordos de parceria, pois eles não são de forma alguma adequados à presente situação económica, social e ambiental.

Daniel Caspary (PPE-DE). - (DE) Senhora Comissária, na sequência das observações feitas pelas duas oradoras que me precederam, gostaria de fazer uma pergunta. Concorde a Senhora Comissária que existem países no mundo que, mesmo sem um Acordo de Parceria Económica, conseguiram melhorar significativamente o seu nível de prosperidade nos últimos vinte anos, e que os APE talvez pudessem representar uma oportunidade também para estes países?

Jan Kohout, Presidente em exercício do Conselho. – (CS) Obrigado, Senhor Presidente, e obrigado, antes de mais, ao senhores deputados do Parlamento Europeu, pelo debate construtivo e interessante. Permitam-me que responda a dois dos pontos que foram levantados. O primeiro diz respeito à flexibilidade. As intervenções de alguns dos senhores deputados revelaram-me que existe um desejo de garantir a flexibilidade necessária na negociação dos Acordos de Parceria Económica.

Gostaria de sublinhar que o Conselho está muito consciente da flexibilidade a dois níveis importantes. O primeiro é a flexibilidade no sentido do pleno aproveitamento das opções para disposições assimétricas, calendários e medidas de protecção de acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio. Por isso, não posso concordar nem com a opinião, nem com a conclusão generalizada de que os 40 anos de ajuda a países em desenvolvimento foram uma catástrofe. Penso que a situação teria sido muito pior sem a ajuda da UE e de outros países. Penso também que as regras que possuímos permitem um tal grau de flexibilidade que cada um destes países – e nisto confio na Comissão e na senhora Comissária – deveria ser capaz de encontrar uma solução que corresponda às suas necessidades e aos seus interesses.

O segundo tipo de flexibilidade é aquela que oferecemos na transição dos APE provisórios para acordos regionais completos, no interesse do apoio à cooperação regional. O segundo ponto do debate ao qual gostaria de responder diz respeito à questão da dimensão do desenvolvimento dos APE. Não tenho qualquer dúvida de que os acordos não são acordos comerciais convencionais, visto que possuem uma dimensão de desenvolvimento intrinsecamente forte. Os acordos estabelecem disposições temporárias prolongadas até 25 anos, além de incluírem excepções – até 20% das mercadorias provenientes dos países ACP podem ficar isentos da liberalização. Os acordos prevêm monitorização e revisões que envolverão o Parlamento. A sua implementação será apoiada pelo pacote financeiro da Ajuda ao Comércio. Considero tudo isto uma prova de que estes acordos são de natureza a favorecer o desenvolvimento.

Gostaria também de dizer, em nome da Presidência checa e do Conselho, que vamos acompanhar de perto o progresso das negociações sobre os APE e gostaria de manifestar o meu apoio à Comissão, bem como à senhora Comissária Ashton, pelos esforços que fez até à data para cumprir o mandato que o Conselho lhe deu. Durante a Presidência checa, debruçar-nos-emos sobre os APE no âmbito da reunião de Maio do Conselho dos Assuntos Gerais e das Relações Externas, na qual participarão os ministros da cooperação para o desenvolvimento. Caso cheguemos a um acordo entre nós e os nossos colegas ministros dos países ACP, esta questão também estará na agenda dos debates da reunião conjunta do Conselho de Ministros da ACP e da UE, em Maio. Durante a Presidência checa, o Conselho também acolherá a Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, que ocorrerá em Praga, no início de Abril, isto é, daqui a poucos dias. Tenho a certeza que os APE constituirão um dos tópicos principais dos debates e que estes últimos se revelarão muito importantes precisamente por se realizarem num contexto parlamentar.

Aguardo com interesse pessoal a vossa votação de amanhã. Penso que se trata de um momento decisivo no desenvolvimento dos APE. Como ouvimos, as negociações ainda estão em curso em muitas regiões, mas, na região das Caraíbas, já foram alcançados resultados importantes e positivos. No que diz respeito à Costa do Marfim, chegámos a um ponto decisivo para fazermos progressos no futuro. Muitos países aguardam a aprovação do Parlamento Europeu e, com ela, o ponto alto de negociações difíceis ao longo de vários anos e eu estou firmemente convencido de que o Parlamento enviará um sinal positivo ao mundo, mais que necessário neste momento. Acredito e tenho a certeza que, mesmo na actual crise, referida várias vezes aqui, este é um instrumento que ajudará realmente, mesmo nesta fase de grande incerteza sentida por todos nós. Todos nós sabemos que tal contribuirá para o desenvolvimento destes países.

Catherine Ashton, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, permita-me que responda a alguns dos comentários que aqui foram feitos.

Os senhores deputados Guardans Cambó e Hutchinson, assim como a senhora deputada Hall falaram, todos de maneiras diferentes, sobre o passado e sobre a necessidade de melhorarmos a nossa actuação. Eu concordo. Poderei não concordar inteiramente com a análise feita, mas concordo que esta é uma oportunidade para olharmos em frente, e isso inclui a expectativa de haver participação não só deste Parlamento, mas também dos parlamentos dos países ACP. Caberá, obviamente, a cada nação decidir como pretende envolver o seu parlamento. Devemos ter muito cuidado – e eu sei que os senhores deputados esperam de mim essa prudência – para não impormos as nossas próprias ideias aos outros países. Senhora Deputada Kinnock, deixe-me dizer-lhe que aguardo com expectativa a reunião com a Assembleia Parlamentar Paritária (APP).

O senhor deputado Martin, em particular, mas outros também referiram a necessidade de análise e, uma vez mais, eu concordo, pois sobretudo no actual clima económico, o controlo e a análise são absolutamente vitais. Tenho imenso interesse em continuar o diálogo com os senhores deputados sobre a melhor forma de envolvermos o Parlamento neste processo, assim como sobre as vossas ideias para conferirmos uma verdadeira eficácia a este controlo e análise e para criarmos um clima de confiança e optimismo a este respeito nos países com quem cooperamos.

Senhores Deputados Sturdy e Martin, o princípio da "nação mais favorecida", tal como já foi referido, destina-se de certa forma a atrair aqueles grandes países que não apoiaram este processo no qual temos estado envolvidos. Não se trata de prejudicar o comércio Sul-Sul nem de alguma forma afectar, moldar ou determinar as oportunidades e a soberania dos países que desejam liberalizar o comércio. É por isso que existe um limite máximo para o volume de trocas comerciais mundiais de cada país para que esta disposição específica se torne aplicável. Devo dizer que procuramos sempre alguma flexibilidade que possamos integrar também a este nível.

No que se refere às receitas aduaneiras, Senhor Deputado Arif e Senhora Deputada Jouye de Grandmaison, esta é uma matéria coberta pelo FED até 2013 e interessa-nos assegurar que o crescimento económico e a reforma fiscal possam também ajudar estas nações a não dependerem exclusivamente destas receitas e a conseguirem, de facto, encontrar novas formas de sustentar as suas economias.

Qualquer que seja o desfecho no caso das bananas, as preferências continuarão a ser mais favoráveis para aqueles países do que para qualquer outro. Estamos, porém, muito atentos à erosão das preferências e, tratando-se de acordos que demoraram tantos anos a concluir, este é um aspecto que importa ter em conta, e eu tenciono fazê-lo.

Senhor Deputado Van Hecke, Senhoras Deputadas Mann e Kinnock, aquilo que concedemos a um concedemos também aos outros. Quero deixar bem claro que tenho todo o gosto em escrever a qualquer pessoa em qualquer parte do mundo, e mais ainda à Costa do Marfim, para confirmar que as flexibilidades que temos

vindo a debater com a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) serão igualmente aplicáveis a esse país, havendo apenas um ou dois aspectos específicos daquela região que não serão pertinentes, mas todas as outras flexibilidades poderão tê-las, se assim o desejarem. É com o maior prazer que eu ponho esta afirmação por escrito onde, quando e para quem quiserem. Basta dizerem-me o que pretendem que eu faça.

Os senhores deputados Ford e Fjellner falaram da importância do comércio em geral, e eu concordo plenamente com essa análise. Penso que o senhor deputado Fjellner terá dito que, no actual contexto económico, precisamos de mais comércio e não de menos comércio, uma afirmação que eu subscrevo inteiramente.

O senhor deputado Caspary defendeu que estes países precisam da liberdade de tomarem o seu futuro nas suas próprias mãos – estou completamente de acordo. Podemos tomar a Índia e a China como dois exemplos de países que se desenvolveram do ponto de vista económico sem APE.

Também o senhor deputado Kamall retomou esta questão, que eu considero deveras importante, de permitirmos que as nações se desenvolvam e cresçam, nomeadamente promovendo as suas economias e apoiando-os através do desenvolvimento e do comércio.

Senhora Deputada Kinnock, a ligação com o desenvolvimento é muito importante, mas o compromisso vinculativo da ajuda já está consagrado no Acordo de Cotonu. Do que se trata agora é de usarmos os APE para que as preferências, as prioridades do desenvolvimento possam ser definidas numa base comum, o que é extremamente importante.

Por último, gostaria de fazer uma coisa que nem sempre tenho oportunidade de fazer, que é prestar homenagem à equipa com quem trabalho. Atrás de mim está sentado o nosso chefe de negociações, que tem realizado todo o trabalho com a SADC. Os meus colegas estão aqui presentes e só quero que reconheçam o seu apoio extraordinário e empenhamento absoluto no programa que aqui apresentei.

Pela minha parte, espero que votem com o mesmo espírito com que eu apresentei aqui as minhas intenções. Assumo perante vós todo o meu empenho em prosseguir este trabalho e espero sinceramente obter o vosso apoio para avançar com o programa tal como o descrevi. Este resultado seria da maior importância para mim e espero que consigam alcançá-lo esta noite.

David Martin, relator. – (EN) Senhor Presidente, antes de mais, permita-me referir que este tem sido um debate muito frutífero. Tanto o Conselho como a Comissão deram contribuições muito positivas.

Gostaria de retomar, em particular, a afirmação do Conselho de que o CARIFORUM constitui um exemplo, e não um modelo, para os outros APE. Estou inteiramente de acordo. Poderá servir de base para outros APE, mas cada acordo tem as suas próprias especificidades, e devemos aprender com as negociações do acordo CARIFORUM.

Em segundo lugar, fiquei muito satisfeito por o Conselho ter conseguido assumir um compromisso relativo à ajuda ao comércio, no sentido de os Estados-Membros tencionarem prestar essa ajuda.

Apraz-me que, tanto o Conselho como a Comissão, nos tenham dado garantias relativas ao acesso aos medicamentos e nos tenham assegurado que a revisão quinquenal será uma verdadeira revisão que analisará os objectivos do desenvolvimento para garantir o seu cumprimento.

Congratulo-me com o facto de a Senhora Comissária acreditar na necessidade de adoptar regulamentação antes de se proceder a qualquer tipo de liberalização e abertura dos serviços financeiros. Alguns membros desta Câmara também consideram este aspecto extremamente importante. A Senhora Comissária referiu que – tal como nós já sabíamos, mas é importante que conste da acta – nada nestes acordos obriga à privatização dos serviços em qualquer dos países das Caraíbas e que ninguém espera que, através deste acordo, venha a haver uma privatização dos serviços públicos. Foi também com grande satisfação que escutei os seus esclarecimentos sobre o estatuto da nação mais favorecida.

Assumindo que as declarações da Comissão e do Conselho constam agora da acta desta sessão parlamentar, é com grande prazer que, na qualidade de relator, recomendo ao Parlamento que dê o seu parecer favorável ao APE com as Caraíbas.

Passo agora a outro assunto, que é a resolução. Alguns dos meus colegas conservadores do PPE teceram comentários sobre esta resolução. Para os Socialistas, continuam a existir "linhas vermelhas" quanto ao estado actual da resolução, que é diferente da votação sobre o parecer favorável. Com efeito, todos os compromissos

assumidos pelo Conselho e pela Comissão são as nossas "linhas vermelhas". Assim sendo, se o Parlamento apoia o Conselho e a Comissão, não vejo qualquer razão para não apoiar também os nossos compromissos e o nosso texto de compromisso e integrá-los na resolução parlamentar.

Espero que, no final do dia, possamos votar simultaneamente a favor do parecer favorável e da resolução de compromisso que, no seu conjunto, liberalizam o comércio e assumem fortíssimos compromissos de desenvolvimento.

Erika Mann, relatora. – (EN) Senhor Presidente, quero agradecer à Senhora Comissária e ao Conselho por hoje terem chegado a acordo sobre algo que o Parlamento tem vindo a reclamar desde há muito para a Costa do Marfim e que julgo ser motivo de enorme satisfação para aquele país. Senhora Comissária, peço-lhe que realmente envie alguém – ou que se desloque pessoalmente – à Costa do Marfim com a maior brevidade possível para transmitir esta mensagem muito positiva e que, logo que possível, a confirme também por escrito. Este é um acordo que efectivamente cumpre as nossas exigências.

Gostaria de comentar alguns aspectos relativamente aos quais a Senhora Comissária não entrou em grande pormenor. Muito apreciaríamos ver o mecanismo de controlo colocado em prática. Tenho consciência de que se trata de uma tarefa complicada que irá requerer a ajuda do Conselho. Gostaríamos que o controlo entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão funcionasse durante a fase de transição entre o acordo provisório e o acordo completo. Esta será a única forma de compreendermos o que irão negociar. Caso contrário, limitar-se-ão a enviar-nos uma proposta no final do período, com a qual teremos de concordar ou discordar. E não é isso que pretendemos.

Não queremos participar no processo de negociações, mas gostaríamos de controlar o que a Comissão faz. A Senhora Comissária não precisa de tratar deste assunto hoje – embora fosse útil podermos contar, desde já, com o seu consentimento –, mas terei muito prazer em, juntamente com o meu colega, negociar consigo este processo. Já o fizemos anteriormente com outros acordos e em circunstâncias diferentes, mas tenho a certeza de que chegaremos a acordo, desde que haja vontade por parte do Conselho.

O último pedido que gostaria de dirigir à Senhora Comissária – e também ao Conselho – é a garantia de que envidarão os melhores esforços para conseguirem obter o tipo de resultados positivos acordados durante a Ronda de Doha para o Desenvolvimento. Refiro-me, designadamente, aos sectores da banana e do algodão para outros países. Aqui há outros aspectos envolvidos que são importantes para os países em desenvolvimento. Eu sei que não nos pode dar uma resposta afirmativa hoje, mas pelo menos garanta-nos que fará o seu melhor para alcançar este tipo de acordos.

Os meus agradecimentos finais vão para dois colegas: em primeiro lugar, quero agradecer a enorme ajuda prestada pela senhora deputada Glenys Kinnock. Fico muitíssimo satisfeita por ouvir recomendá-la o parecer favorável ao acordo com a Costa do Marfim. Estou a par de todas as dificuldades e fico muito grata por me ajudar neste assunto. Quero também agradecer ao meu colega Syed Kamall, porque me ajudou o máximo que pôde relativamente à resolução. Eu sei que, em certos pontos, ela vai contra as suas convicções em matéria de comércio. Sendo um defensor do livre comércio, não é fácil para ele chegar a um compromisso. É com grande satisfação que agradeço, pois, a ambos os colegas e que expresso, uma vez mais, os meus agradecimentos à Comissão e ao Conselho.

Presidente. - Declaro que recebi nove propostas de resolução⁽¹⁾, apresentadas nos termos do n.º 5 do artigo 108.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quarta-feira, dia 25 de Março de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Mary Lou McDonald (GUE/NGL), por escrito. – (EN) A crise económica internacional deveria levar-nos a rever e mudar a política da UE em matéria de liberalização e desregulamentação, não apenas no interior da UE, mas também em relação aos países em desenvolvimento.

Em vez disso, os Acordos de Parceria Económica submetidos à apreciação do Parlamento propõem uma intensificação desta abordagem fracassada.

⁽¹⁾ Ver Acta.

A UE negociou estes acordos exercendo fortes pressões sobre os governos dos países em desenvolvimento e sem levar em devida conta a opinião das populações dos países que mais irão sofrer com a sua aplicação.

Promessas vagas de flexibilidade na aplicação dos acordos não podem substituir os compromissos efectivos.

15. Produtos cosméticos (reformulação) (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0484/2008) da deputada Dagmar Roth-Behrendt, em nome da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, sobre uma proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos produtos cosméticos (reformulação) (COM(2008)0049 - C6-0053/2008 - 2008/0035(COD)).

Dagmar Roth-Behrendt, relatora. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, provavelmente não necessitarei dos quatro minutos que me são atribuídos no início do debate, pois é, de facto, uma questão muito simples e muito agradável que estamos a discutir hoje. Estamos a discutir uma nova versão da directiva relativa aos cosméticos, que é agora um regulamento. Este regulamento será de facto modernizado – e nós queremos modernizá-lo, melhorá-lo e torná-lo mais coerente.

Temos em mente três pequenas melhorias. Por um lado, o regulamento garante que a utilização de substâncias cancerígenas nos cosméticos seja, de facto, proibida, mas é preciso que mantenhamos o sentido das proporções, de modo a que as substâncias que são autorizadas para utilização nos géneros alimentícios não sejam proibidas para utilização nos produtos cosméticos, como, por exemplo, a vitamina A ou o álcool. Isto é algo que a Comissão correctamente reconheceu e tomou em consideração na sua proposta.

Também muito justamente, a Comissão reconheceu o facto de que as novas tecnologias, como a nanotecnologia, requerem uma atenção especial, sobretudo quando estamos a falar de partículas microscópicas que podem atravessar as camadas da pele. Queremos apenas garantir que estas partículas não representam qualquer perigo. Também aqui, regozijo-me por termos alcançado um compromisso que posso apoiar plenamente.

Por último, Senhor Presidente, há outro ponto que temos de abordar, a saber, as alegações relativas aos produtos. Também devemos analisá-las e modernizá-las. Se, por exemplo, hoje corremos para chegar aqui, e se o nosso desodorizante nos prometeu esta manhã 14 horas livres de transpiração e, no entanto, chegamos ao fim do dia todos transpirados, então é provável que fiquemos muito surpreendidos e digamos que não existe nada de verdadeiro na alegação do produto. Alegações que cumprem o que prometem são uma componente importante de um produto honesto e credível. Possuímos legislação para garantir produtos seguros e, ao mesmo tempo, produtos genuínos e claros.

Estou muito grata pela excelente cooperação com a Presidência Checa. Quero agradecer muito especialmente à Senhora Ministra Popadičová, que não pode estar hoje aqui presente, mas que fez realmente o seu melhor, algo que nem sempre tem sido fácil neste Conselho.

Quero igualmente manifestar o meu especial agradecimento à Comissão, cuja colaboração foi extremamente construtiva e bem sucedida. Também esse nem sempre é o caso nesta Assembleia. Quero agradecer também a cooperação das minhas colegas que desde há muito tempo se têm ocupado desta questão: Françoise Grossetête, Margret Auken, Hiltrud Breyer e também Frédérique Ries, que não pode estar hoje presente. Nem sempre estivemos de acordo em questões como a forma de abordar a notificação relativamente à nanotecnologia, ou quanto ao que deve ser feito em matéria de rotulagem, mas conseguimos chegar a um excelente compromisso. Estou muito satisfeita por este facto.

Gostaria ainda de dizer algumas palavras sobre a questão da rotulagem. Penso que algumas delegações, talvez até a minha própria delegação e o meu próprio Estado-Membro, devem tomar nota de alguns aspectos. A rotulagem não tem nada a ver com sinais de advertência. Os rótulos permitem que os consumidores façam escolhas livres e informadas. Os consumidores têm o direito de ser informados sobre as nanotecnologias e de saber que uma determinada substância contém partículas extremamente pequenas, e mesmo microscópicas. Têm o direito de decidir se querem utilizar loção solar e, também, se querem que os seus filhos utilizem loção solar. Os consumidores têm o direito de decidir. Pessoalmente, fá-lo-ei de bom grado, utilizarei os produtos de bom grado. Outros não o farão. No entanto, é importante garantirmos que todas as pessoas estejam em condições de fazer estas escolhas livremente.

Sei, Senhor Comissário Verheugen, que vai fazer hoje uma declaração sobre toda a questão da prevenção contra a falsificação de medicamentos. Estou muito grata por esse facto e espero que aborde igualmente a

questão da ameaça, ou das possibilidades, que o comércio via Internet representa. Se o fizer, então o dia de amanhã, quando votarmos a versão do compromisso que o Conselho já votou na semana passada, será um dia melhor para alguns dos meus colegas, que apoiam globalmente este compromisso, mas que gostariam de ter algumas garantias adicionais. Muito obrigada.

Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de agradecer muito sinceramente à relatora, senhora deputada Roth-Behrendt, e às suas duas reladoras-sombra, as senhoras deputadas Ries e Grossetête, a sua construtiva e intensa colaboração, que nos ajudou a alcançar um consenso em primeira leitura.

Este é um regulamento que tem três consequências importantes, que faz três progressos importantes. Garantimos uma maior segurança e uma maior transparência para os consumidores e conseguimos uma simplificação considerável da legislação em vigor. A questão da segurança, em especial, constituiu o cerne do nosso trabalho.

Queria apenas abordar alguns pontos. Estamos agora, pela primeira vez, a criar realmente um mecanismo que gostaria de denominar de "vigilância cosmética", ou seja, uma monitorização permanente dos produtos cosméticos – algo que já temos para os produtos farmacêuticos. Estamos a aumentar o nível de vigilância do mercado pelos Estados-Membros e a criar um sistema que assegure a rastreabilidade obrigatória dos produtos cosméticos. Tudo isto se aplica a todos os fabricantes, desde o amador aos grossistas e retalhistas, ou seja, a todos os intervenientes em toda a cadeia de distribuição.

A senhora deputada Roth-Behrendt já falou sobre o tema da nanotecnologia. Encontrámos uma solução neste caso, que gostaria de descrever como modelar, já que esta mesma solução será novamente utilizada mais tarde, esta semana, em relação a outra importante legislação. As disposições específicas relativas aos nanomateriais utilizados nos produtos cosméticos introduzirão um mecanismo que permitirá proporcionar as informações necessárias antes de os materiais serem disponibilizados ao público no mercado. Isso garante que os dados relevantes em matéria de segurança sejam apresentados e que as autoridades disponham de tempo suficiente para tomar as necessárias precauções de segurança.

Tem havido um longo, intenso e frutífero debate sobre a questão de saber se as substâncias classificadas como cancerígenas, mutagénicas ou reprotóxicas podem ser utilizadas em casos excepcionais. Estou muito satisfeito pelo facto de o Conselho e o Parlamento terem concordado com a Comissão, corroborando a opinião de que devemos manter a proibição geral destas substâncias nos produtos cosméticos. As excepções mínimas que a Comissão propôs destinam-se apenas a evitar discrepâncias em relação à legislação relativa aos géneros alimentícios, já que não é imediatamente compreensível que se possa beber álcool, mas não se possa utilizá-lo nos produtos cosméticos.

Além de se garantir a segurança dos produtos, a proposta melhora o nível de informação prestada aos consumidores. Um exemplo é o aditamento à lista de ingredientes de informações sobre as substâncias que aparecem na forma nano. Além disso, a legislação prevê um controlo específico das informações fornecidas pelos fabricantes. Estou muito satisfeito por confirmar que os Estados-Membros e a Comissão, através de uma estreita cooperação nesta matéria, querem impedir a possibilidade de os consumidores serem induzidos em erro.

Como já referi, esta regulamentação também se inscreve no nosso programa de simplificação. Serão, assim, eliminadas ambiguidades e contradições de uma directiva que já tem 33 anos e que, durante esse período de tempo, foi alterada 55 vezes. Haverá provavelmente poucas pessoas que consigam realmente entendê-la. Razão por que avançamos com uma importante simplificação da legislação da UE.

Gostaria também de salientar que a criação de um sistema central para a comunicação de produtos cosméticos antes de serem colocados no mercado na União Europeia resultará numa economia para a indústria.

Já tinha assinalado que o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão trabalharam em estreita colaboração e de forma construtiva. Em nome da Comissão, informo que posso aceitar todas as alterações apresentadas pela relatora, senhora deputada Roth-Behrendt.

A fim de poupar tempo, gostaria de ter o vosso consentimento para que todas as explicações sejam transmitidas aos serviços da sessão, dado vez que os conteúdos já são conhecidos do Parlamento.

Declarações da Comissão

A Comissão regista as preocupações dos Estados-Membros quanto à conversão de directivas em regulamentos.

A Comissão considera que, se as disposições de uma directiva forem suficientemente claras, precisas e detalhadas, poderão ser convertidas em disposições directamente aplicáveis ao abrigo de um regulamento através de reformulação. É este o caso, mais concretamente, quando as disposições em causa forem de ordem técnica e já tenham sido integralmente transpostas para o direito nacional por todos os Estados-Membros.

A Comissão reconhece, à luz das diferentes opiniões manifestadas, que o caso específico do regulamento sobre cosméticos não será usado como precedente para a interpretação do Acordo Interinstitucional sobre esta questão.

A Comissão compromete-se a clarificar a situação relativa à venda de produtos cosméticos na Internet antes da data de entrada em vigor do regulamento.

À semelhança do Parlamento Europeu, a Comissão está preocupada com o facto de o sector dos cosméticos poder ser afectado pela contrafacção, o que poderá aumentar os riscos para a saúde humana. Por conseguinte, a Comissão tomará medidas para reforçar a cooperação entre as autoridades nacionais competentes com vista a combater a contrafacção.

A Comissão elaborará uma nota explicativa sobre as disposições transitórias e as datas de aplicação do regulamento (tendo em consideração, em especial, os artigos 7.º, 8.º, 10.º e 12.º-A).

No que diz respeito à definição de nanomateriais, a Comissão nota que estão a ser envidados esforços para obter uma definição comum de nanomateriais. Por conseguinte, a Comissão confirma que, de futuro, devem ser tidos em conta os progressos efectuados pela legislação comunitária quanto à definição comum, e regista que os procedimentos de comitologia incluídos nesta proposta permitem igualmente a actualização da definição no âmbito da proposta.

Françoise Grossetête, em nome do Grupo PPE-DE. – (FR) Senhor Presidente, permita-me, antes de mais, expressar as minhas calorosas felicitações não só ao Conselho, mas também, naturalmente, à relatora, senhora deputada Roth-Behrendt, à Comissão Europeia, aos meus colegas relatores-sombra e, em especial, à senhora deputada Ries, por este trabalho que realizámos. Tivemos, por vezes, discussões acaloradas, mas acabámos por chegar a um resultado que é muito satisfatório e que, por um lado, reforça a segurança dos produtos cosméticos em benefício dos consumidores e, por outro lado, reduz a carga administrativa que se havia tornado inútil para a nossa indústria europeia.

Este regulamento era necessário pois havia que repor a clareza da legislação, que foi alterada quase 50 vezes ao longo dos últimos 30 anos. A transposição da directiva estava a causar problemas nos 27 Estados-Membros. Havia algumas incertezas jurídicas e o texto tinha-se tornado muito pesado e demasiado dispendioso para as nossas empresas em termos de aplicação. Relembro, além disso, que as empresas de cosméticos da União Europeia são líderes mundiais neste sector com mais de 3 000 fabricantes de cosméticos. Trata-se de uma indústria altamente inovadora que representa um mercado de 65 mil milhões de euros e que gera directa ou indirectamente mais 350 000 postos de trabalho. Por conseguinte, é importante que nos preocupemos com os cosméticos.

Este regulamento reforça a segurança, como já disse, e também a responsabilidade do fabricante através da vigilância do mercado, reduzindo simultaneamente a burocracia. Garante uma melhor rastreabilidade dos produtos cosméticos, a identificação da pessoa responsável, um registo de informação com a descrição do produto cosmético e do método de fabrico.

Tivemos, de facto, muitas discussões sobre nanomateriais, que são utilizados nos cosméticos, especialmente nos produtos de protecção solar, e que têm de ser sujeitos a requisitos muito estritos em termos de segurança, sem contudo impedir a inovação. Um produto que contenha nanomateriais terá, pois, ser notificado pela pessoa responsável, mas não o nanomaterial em si.

Para terminar, gostaria de chamar a vossa atenção para o facto de termos realmente de combater a contrafacção de produtos cosméticos, pois isso continua a ser um perigo real. Temos ainda muito trabalho a fazer nessa área.

Daciana Octavia Sârbu, em nome do Grupo PSE. – (RO) Os produtos cosméticos seguros são particularmente importantes para os consumidores europeus, razão por que lhes devemos dedicar uma atenção à altura.

Vejo com bons olhos a iniciativa oportuna de reformular a directiva, bem como a sua substituição por uma proposta de regulamento da Comissão. Isto permitirá eliminar as imprecisões e incoerências de natureza jurídica e evitar as discrepâncias entre as transposições para a legislação nacional.

Em circunstâncias em que a experiência a nível europeu demonstrou que a abordagem do tipo "ingrediente por ingrediente" não é nem válida nem adequada, na minha opinião, as nossas prioridades são exigir dos fabricantes uma maior responsabilidade e efectuar um controlo apertado no mercado interno.

A utilização de nanomateriais é uma solução promissora nesta área, mas a verdade é que terão de ser avaliados e declarados seguros pelo Comité Científico dos Produtos de Consumo, embora a utilização de métodos alternativos seja uma iniciativa que tem de continuar a ser apoiada.

Creio que o envolvimento do Comité a que fiz referência é crucial no que respeita à utilização de substâncias classificadas como cancerígenas, mutagénicas ou tóxicas a fim de verificar a sua utilização no fabrico de produtos cosméticos.

Para uma implementação eficaz desta regulamentação, creio que os Estados-Membros devem efectuar controlos adequados e, em caso de incumprimento, apresentar um relatório, numa base regular, à Comissão.

Chris Davies, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhor Presidente, o Parlamento está a chegar ao final da legislatura e alguns de nós começam já a preparar-se para as eleições. No Reino Unido, pelo menos, prevejo que iremos enfrentar um mar de eurocépticos e de eurofóbicos que não perdem uma oportunidade para criticar tudo aquilo que nós fazemos. E a história deste acto legislativo servir-lhes-á de arma de arremesso: 55 alterações significativas ao longo dos últimos 30 anos, que o tornaram mais complicado e confuso e dificilmente útil para a indústria ou para os consumidores.

A meu ver, os críticos pecam, com frequência, por não irem ao fundo da questão. Não olham realmente para aquilo que a União Europeia está a tentar fazer para melhorar a situação actual e para colocar as vantagens em prática. Assumem que a nossa actuação é sempre estática. Mas eis aqui um acto legislativo que, na prática, assegurou a simplificação das disposições existentes, reduziu a burocracia e clarificou a legislação para todos. Temos uma directiva convertida em regulamento. Ora, para o meu país, isto é horrível, porque priva os Estados-Membros de alguma da sua margem de manobra. Mas a realidade é que, tal como aconteceu com o REACH e agora neste caso, a indústria não quer 27 interpretações diferentes do direito comunitário. Muito pelo contrário, quer saber exactamente com o que pode contar neste mercado, que é o maior mercado deste tipo em todo o mundo.

Será que os críticos irão levantar-se e dizer que fizemos mal em insistir na proibição de substâncias CMR, que estávamos enganados? Dirão eles que *deveríamos* introduzir nos cosméticos substâncias que não colocaríamos nos alimentos, ainda que alguns destes cosméticos se destinam a ser aplicados na nossa pele, nos nossos olhos ou até mesmo nas nossas bocas? Serão eles contra uma avaliação adequada dos cosméticos ou contra o serviço de informação centralizada que, como o Senhor Comissário afirmou, e bem, irá efectivamente poupar dinheiro à indústria? Não creio que eles façam nada disto.

A minha colega Frédérique Ries, que não pôde estar presente esta noite, queria garantir que fossem tomadas medidas para tentar impedir a comercialização de produtos contrafeitos, para reforçar a rastreabilidade dos produtos e aumentar as restrições relativamente às falsas alegações sobre os efeitos benéficos destes produtos. Queria promover uma rotulagem clara dos produtos que contêm nanomateriais. Realizámos progressos em todas estas áreas. Assim, gostaria de agradecer, em seu nome, à relatora, aos relatores-sombra e ao Senhor Comissário Verheugen. Este é, em meu entender, um bom acto legislativo e, na campanha eleitoral que se avizinha, terei o maior gosto em citá-lo como exemplo daquilo que a União Europeia pode fazer bem.

Roberta Angelilli, *em nome do Grupo UEN*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a indústria de cosméticos europeia é um sector muito importante para a economia e o emprego. Como já foi referido, esta indústria representa um volume de negócios superior a 35 mil milhões de euros e mais de 350 000 de postos de trabalho nas vendas, na distribuição e no transporte. Trata-se de um sector com elevado nível de inovação, mas eu também gostaria de frisar a necessidade de garantir um elevado nível de protecção da saúde humana e de informação dos consumidores.

Justamente por estes motivos, felicito a relatora pelo excelente trabalho que realizou, e gostaria de destacar alguns pontos que a meu ver se revestem de especial importância. É correcto submeter os produtos a uma avaliação da segurança que também confere aos distribuidores a responsabilidade de realizarem os controlos necessários antes de procederem à colocação dos seus produtos no mercado. A proibição imposta pelo novo regulamento à utilização de mais de 1 000 substâncias classificadas como cancerígenas ou tóxicas no fabrico de cosméticos constitui igualmente uma medida positiva.

Outro aspecto importante tem a ver com a lista de corantes, conservantes e protectores solares autorizados. Além disso, é fundamental tornar a rotulagem mais clara no que respeita à função do cosmético, ao seu prazo de validade, às advertências específicas sobre o seu uso, e incluir no rótulo uma lista dos ingredientes por ordem decrescente de peso. Acima de tudo, o rótulo deve conter palavras, sinais ou imagens que atribuam características e funções realistas ao produto e não características ou funções que este não possui.

Será, portanto, necessário garantir a rastreabilidade do produto, sobretudo porque temos de prevenir o fenómeno preocupante da contrafacção de cosméticos e das chamadas "importações paralelas". Para finalizar, Senhor Presidente, gostaria de assinalar que, só em Itália, 120 milhões de euros em produtos cosméticos, incluindo perfumes e pastas de dentes, provêm de facto do mercado paralelo, com potenciais efeitos nocivos para a saúde.

Hiltrud Breyer, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, proteger a saúde humana é também o objectivo primordial quando se trata dos produtos cosméticos. Estamos a fazer história com esta votação. Esta é a primeira vez que foi elaborada regulamentação específica para a utilização de nanomateriais nos produtos cosméticos, pelo que estamos a desbravar novos caminhos. Como é natural, estou particularmente satisfeita por poder dizer que foi uma iniciativa do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia que levou a este acontecimento pioneiro. Nós, os Verdes, fomos a força motriz que colocou o tema na ordem do dia, e gostaria de agradecer muito sinceramente à relatora, senhora deputada Roth-Behrendt, o seu apoio firme e inequívoco. Apraz-me também poder elogiar a Comissão por ter mudado de opinião. Até agora, sempre afirmara que a legislação existente era suficiente para garantir a segurança dos nanomateriais. Agora, afirmou claramente que precisamos efectivamente de regulamentação específica.

Isto não se aplica apenas ao regulamento relativo aos cosméticos, mas também ao regulamento que ainda iremos discutir esta semana sobre os novos alimentos, pois a nanotecnologia tem sido, até agora, uma espécie de buraco negro. Foi trazida para o mercado sem uma explicação suficiente dos riscos. Este é, portanto, um bom dia para a saúde e protecção dos consumidores, embora considere lamentável que a definição de nanomateriais não seja suficientemente abrangente, tendo-se limitado apenas aos materiais insolúveis e biopersistentes. No entanto, é importante e, para nós, fundamental que tenha sido possível adoptar regulamentação específica relativa aos nanomateriais.

Espero também – e peço desde já o vosso apoio nesta questão – que o novo regulamento relativo aos novos alimentos também seja coroado de êxito esta semana, pois este caso não goza de um apoio tão amplo por parte da Comissão. Precisamos de coerência – e não apenas em relação à questão do álcool – no que se refere aos cosméticos e aos alimentos. O mesmo também se aplica, em geral, no domínio da nanotecnologia. Também aí precisamos de coerência entre cosméticos e alimentos. Espero também, sinceramente, que tenhamos finalmente um debate aberto sobre a finalidade e os usos da nanotecnologia. Apraz-me igualmente que não tenhamos flexibilizado a proibição das substâncias CMR, acordada em 2008, que foi uma iniciativa proposta pelos Verdes.

Eva-Britt Svensson, em nome do Grupo GUE/NGL. – (SV) Senhor Presidente, eu e o meu grupo congratulamo-nos com o compromisso que o Conselho e o Parlamento lograram alcançar nesta reformulação da Directiva "Cosméticos".

O maior obstáculo nas negociações com o Conselho foi precisamente a questão dos nanomateriais. Esta questão tem a ver com a utilização de estruturas extremamente pequenas para fazer novos materiais, que adquirem novas propriedades ou novas funções precisamente porque as partículas são tão pequenas. Por exemplo, o material pode tornar-se mais duro, mais firme, mais fino, hidrófugo, reter o calor ou adquirir qualquer outra característica. De facto, ainda não sabemos muito sobre o assunto. Alguns produtos de maquilhagem e cremes contêm nanopartículas e é possível que essas partículas penetrem na pele danificada e entrem no corpo, onde definitivamente não deviam estar.

Devemos, então, permitir a presença, em produtos cosméticos, de uma substância activa para a qual não existem, em absoluto, quaisquer meios de controlo? A resposta, obviamente, é não. Há que adquirir mais conhecimentos e obter mais informação sobre nanomateriais. Por isso me apraz este acordo que vamos votar amanhã. É um passo na direcção certa.

O acordo implica melhor protecção para os consumidores europeus quando são utilizados nanomateriais em tintas para o cabelo, filtros ultravioletas, etc. Os nanomateriais serão submetidos a uma avaliação de segurança antes de os produtos serem autorizados a entrar no mercado e a indústria de cosméticos terá também de notificar a Comissão acerca da utilização de nanomateriais em quaisquer dos seus outros produtos,

podendo a Comissão, por sua vez, consultar a Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores sobre a existência de quaisquer suspeitas de que os nanomateriais representem um risco para a saúde.

Gostaria de dirigir um profundo agradecimento à relatora responsável e à Comissão por apresentarem uma reformulação de excelente qualidade.

Irena Belohorská (NI). – (SK) Gostaria de agradecer à relatora. Parabéns, Dagmar, pelo teu trabalho sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, apresentada pela Comissão. Trata-se de um documento muito importante para a protecção da saúde dos consumidores. Todos nós utilizamos, certamente, produtos cosméticos, visto que nestes se incluem não só produtos de beleza, mas também os chamados cosméticos para uso quotidiano, como pasta dentífrica, desodorizantes, champôs, produtos para o cabelo e unhas, batons, etc.

Passaram 33 anos desde a adopção da última directiva, o que é muito tempo, apesar das alterações introduzidas. Afinal, a evolução na química e nos próprios cosméticos implicou mudanças enormes e fundamentais. Refiro-me aqui à utilização de nanomateriais, tantas vezes referidos aqui. Estes podem ter tanto efeitos positivos, como negativos para a saúde humana. Por isso, concordo com a opinião segundo a qual todos os materiais utilizados em produtos cosméticos que têm um efeito cancerígeno deveriam ser proibidos. Também deveríamos pensar muito bem sobre a utilização de materiais cujos efeitos mutagénicos e tóxicos não podem ser excluídos.

Os consumidores compram frequentemente produtos cosméticos com base numa publicidade enganosa ou numa informação incompleta, portanto, deveríamos procurar elaborar as directivas e as orientações para a fiscalização, através das nossas agências europeias, incluindo, agora, a Agência Europeia dos Produtos Químicos e a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos. Não podemos esquecer-nos que os produtos cosméticos se encontram entre aqueles que são mais frequentemente contrafeitos e isto só aumenta a probabilidade de presença de substâncias nocivas. Além destes avisos, deveríamos tentar informar os consumidores dos potenciais riscos para a saúde, mesmo dos produtos fabricados por empresas famosas.

Horst Schnellhardt (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em minha opinião, o ponto decisivo no presente relatório é a alteração da base jurídica. Embora os Estados-Membros da União Europeia se tenham desenvolvido a ritmos diferentes e ainda existam grandes diferenças entre eles a este nível, só conseguiremos uma maior segurança jurídica se o regulamento for o método de eleição e assim continuar a ser no futuro.

Há directivas que causaram mais danos à concorrência e mais injustiça do que a que existia anteriormente, em resultado das diferentes formas como foram aplicadas nos Estados-Membros. É correcto, portanto, que neste relatório a directiva e aplicação a nível nacional tenham sido concentradas numa regulamentação abrangente. Produz-se assim, naturalmente, um aumento do nível de segurança jurídica, o que é extraordinariamente importante sobretudo para as empresas deste sector que também se dedicam à investigação. Também é muito bem-vindo, evidentemente, o compromisso da Comissão de reduzir em breve 25% dos registos obrigatórios. Demos o primeiro passo com este regulamento. Parabéns, Senhor Comissário!

O presente relatório também deixa claro quão rapidamente podem aparecer novos produtos no mercado e forçar as autoridades legislativas a agir. Foi há poucos anos que nos ocupámos da alteração da directiva relativa aos cosméticos. A utilização dos nanomateriais obrigou-nos a abordar novamente a questão. No âmbito da protecção preventiva dos consumidores, as decisões em matéria de rotulagem são bem-vindas, embora a possibilidade de uma autorização provisória, tendo em conta o estado das descobertas científicas, também seja aceitável. Neste ponto, gostaria também de advertir contra o alarmismo, como sucedeu em muitos outros desenvolvimentos e, em vez disso, aconselharia uma análise científica de toda a questão.

Com as exigências que estabelecemos, a saber, que as alegações publicitárias e os rótulos apenas podem reflectir as verdadeiras características do produto, estamos a agir como defensores dos consumidores. No entanto, no caso do desodorizante mencionado pela senhora deputada Roth-Behrendt, a situação é outra. Funciona numa pessoa, mas noutra não. Às vezes, a mesma substância funciona em mim num dia, mas não no dia seguinte. Portanto, não devemos levar o assunto assim tão a sério.

Só espero que a abordagem jurídica não seja diluída pela Comissão em consequência de um número elevadíssimo de medidas no âmbito do procedimento de comitologia. Peço-lhes, por isso, que não prolonguem demasiado este procedimento.

Margrete Auken (Verts/ALE). - (DA) Senhor Presidente, todos nós utilizamos produtos cosméticos. Os cosméticos não são produtos de luxo que apenas interessam a um dos sexos ou a adultos. O sabonete, o champô, a pasta de dentes, as loções, os desodorizantes, os cremes solares inundam a nossa vida e dizem respeito a todos. Convém que sejam seguros e que todos os países disponham de normas claras e rigorosas que os regulem, e foi isso que conseguimos com a presente proposta. Tal como os outros oradores, também eu aproveitaria para agradecer à senhora deputada Dagmar Roth-Behrendt o seu excelente trabalho.

Apraz-nos que a proibição, por nós proposta, de substâncias CMR tenha sido aceite, embora com redacção melhorada. A eventual proibição de etanol nos produtos cosméticos teria, provavelmente, criado problemas e, ao mesmo tempo, poderia parecer algo bizarra, já que o bebemos em quantidades relativamente elevadas. Mas é bom que o Conselho não tenha conseguido tornar mais fracas as disposições relativas ao etanol. As derrogações serão agora limitadas às substâncias aprovadas para alimentos e das quais, até agora, não foi demonstrado causarem problemas, para além de serem toleradas pelos grupos vulneráveis, como crianças de tenra idade e mulheres grávidas. O mais importante, todavia, reside na inclusão de nanomateriais, ao fim de uma dura luta. Pareceria que a indústria tentou calar o debate sobre os nanomateriais. Os industriais gostariam que aceitássemos essas substâncias como sendo óptimas, sem conterem quaisquer riscos potenciais. Não houve nem um milésimo da preocupação pública que rodeou, por exemplo, os OGM.

Nós, Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, estamos orgulhosos por os nanomateriais terem, finalmente, sido incluídos. Têm de ser sujeitos a testes, rotulados e, no que respeita a uma série de produtos - filtros ultravioleta, corantes e conservantes - caberá ao fabricante garantir a segurança e à Comissão fornecer informação pormenorizada e arranjar tempo para controlar o restante processo. Por fim, conseguimos incluir também a rotulagem, de modo a que os consumidores saibam o que comprem e aplicam na pele. Acrescentámos, ainda, uma disposição sobre a revisão, que exige que a Comissão garanta que tanto a definição do nanomaterial como os procedimentos de segurança são satisfatórios. Finalmente, é muito positivo que seja proibido publicitar, para determinado produto, propriedades que, claramente, ele não pode apresentar. Será curioso ver como é que os cremes anti-rugas que usamos e que, obviamente, não resultam, serão vendidos de futuro.

Péter Olajos (PPE-DE). - (HU) Actualmente, na indústria cosmética, como em muitos outros sectores, está em curso uma revolução. Há alguns anos, a nanotecnologia começou a conquistar também este ramo da indústria e, como consequência, surgiram novas oportunidades e perspectivas sem precedentes. Evidentemente, a nanotecnologia está longe de ser uma invenção nova: os seres humanos utilizam esta tecnologia há já quatro mil anos, embora só nos últimos vinte anos estejamos conscientes disso.

Ao mesmo tempo, é importante que abordemos este assunto com a devida cautela. Sem provocar atrasos nas novas descobertas e na sua aplicação, devemos, no entanto, prestar também atenção aos riscos para a saúde. Temos de proteger os nossos cidadãos desses perigos potenciais, nomeadamente através de uma abordagem diferenciada e baseada na avaliação de risco.

Existem nanoaplicações e produtos destinados ao consumo directo, como vestuário e alimentos, incluindo produtos cosméticos. Neste último caso, uma abordagem insuficientemente prudente poderá resultar em consequências potencialmente prejudiciais para as pessoas, que as sentirão literalmente na pele.

É precisamente por esta razão que é importante para as pessoas saberem que tipo de preparações estão a utilizar. Por consequência, uma rotulagem adequada e pormenorizada é indispensável e a responsabilidade do fabricante é essencial. Estamos a falar de um sector colossal e em constante crescimento: a indústria cosmética da UE gera receitas anuais da ordem dos 65 mil milhões de euros. Uma das mais importantes empresas cosméticas europeias - uma entre 3 000 - gasta 450 milhões de euros por ano só em investigação e desenvolvimento e emprega cerca de 3 000 cientistas e investigadores.

Segundo a estimativa da Comissão Europeia, em 2006, 5% dos produtos cosméticos continha nanomateriais, um valor que poderá ter já duplicado neste momento. Para podermos ultrapassar alguns dos problemas globais que provocámos, precisamos da nanotecnologia e, por essa razão, vou votar em boa consciência a favor da presente resolução legislativa, mas não nos podemos esquecer que todas as moedas têm duas faces.

Felicitó as senhoras deputadas Roth-Behrendt, Grossetête e Wallis, que apresentaram a proposta de resolução: elas efectuaram um excelente trabalho.

Zuzana Roithová (PPE-DE). - (CS) Senhor Presidente, a introdução de requisitos mínimos para a segurança dos produtos cosméticos constitui um passo importante para garantir níveis substancialmente mais elevados de segurança para os consumidores europeus. Este regulamento moderno reduz, simultaneamente, a carga

administrativa para produtores europeus que empregam mais de 350 000 pessoas. O extenso debate aqui ocorrido concentrou-se principalmente na rotulagem, porque esta induz frequentemente em erro os consumidores e, por isso, congratulo-me muito sinceramente com o facto de as novas alegações relativas aos efeitos dos produtos terem de estar documentadas. Também houve aqui – e não só aqui – um debate muito animado sobre a aprovação de nanomateriais e, obviamente, sobre a eliminação de substâncias cancerígenas dos produtos cosméticos. Não concordo que as mensagens que referem que os produtos contêm nanomateriais devam assumir a forma de advertências. É importante para nós termos uma lista de nanomateriais aprovados que não são prejudiciais, mas melhoram a qualidade do produto. Não existe, obviamente, qualquer razão para assustar os consumidores. Os requisitos mínimos deveriam garantir a segurança dos consumidores. Considero, sem dúvida, a contrafacção um problema sério e gostaria igualmente de chamar a atenção para o facto de os organismos de fiscalização a nível nacional terem capacidades limitadas para fiscalizar, realmente, tudo.

Apraz-me que o texto inclua uma definição uniforme de nanomateriais e também me congratulo com o facto de podermos alterá-la no futuro, de modo a que ela corresponda aos conhecimentos científicos mais avançados. Congratulo-me, igualmente, pelo facto de a directiva se ir transformar na realidade num regulamento, adquirindo maior peso jurídico. Por isso, congratulo-me com este trabalho e felicito todos os relatores por terem conseguido chegar a um consenso sobre uma questão tão sensível como é a introdução de produtos cosméticos no mercado europeu com base em conhecimentos científicos.

Eija-Riitta Korhola (PPE-DE). - (FI) Senhor Presidente, durante o último ano legislativo, os compromissos assumidos em primeira leitura tornaram-se muito rapidamente banais, devido a pressões de tempo. Além disso, este procedimento adequa-se aos grupos pequenos, já que os acordos realizados na mesa das negociações os tornam mais poderosos do que a sua dimensão lhes permitiria. Se esta prática se disseminar, todavia, ela irá desgastar a credibilidade da democracia parlamentar nesta Assembleia.

Desta vez, porém, a democracia venceu, porque os grandes grupos conseguiram chegar a acordo e o resultado obtido tem o apoio genuíno da maioria.

Era óbvio que a Directiva Cosméticos precisava de ser reformulada. Era necessário clarificar e actualizar as suas disposições e a directiva de orientação tinha de se tornar nada menos do que um regulamento, para poder garantir elevados níveis de protecção da saúde humana em toda a UE, bem como o funcionamento do mercado interno. Estes princípios são uma sequência lógica do trabalho que foi iniciado quando o regulamento REACH foi debatido.

Uma legislação obsoleta na indústria cosmética representa uma ameaça particular para a saúde e para a nossa confiança na lei. As pretensões acerca de nanopartículas e produtos cosméticos são um bom exemplo disto. Enquanto as características positivas dos nanomateriais são mais ou menos conhecidas, os riscos inerentes estão, em grande medida, por identificar. Do mesmo modo, tem sido impossível verificar com algum grau de certeza as características especiais dos produtos cosméticos, as quais têm um efeito directo sobre a decisão de os adquirir.

Esta é a razão pela qual foi importante estabelecer uma política comum entre os três maiores grupos políticos, para podermos ter em conta considerações de saúde, ambiente, comércio e sociedade, de modo a possibilitar o acordo com o Conselho. Por conseguinte, valorizo muito o trabalho que a minha colega, a senhora deputada Grossetête, efectuou como relatora-sombra. Em colaboração com a relatora do Parlamento, a senhora deputada Roth-Behrendt, e os seus colegas liberais, ela garantiu uma posição maioritária, o que tornou possível este resultado final. A verdadeira democracia presta atenção a todos, mas reflecte a opinião maioritária.

Presidente. – Ninguém expressou a vontade de usar da palavra. Assim sendo, antes de dar a palavra à relatora, gostaria de vos informar que, até agora, catorze membros intervieram, onze dos quais eram mulheres.

Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão. – (DE) Senhor Presidente, ia tecer um breve comentário sobre a sua última observação, mas decidi não o fazer. Os homens também se interessam por produtos cosméticos – cada vez mais, aliás. De qualquer modo, estão interessados em garantir que os nossos produtos cosméticos sejam seguros.

Apenas me resta fazer uma coisa neste momento. Gostaria de vos agradecer sinceramente o vosso acordo e apoio. Como o senhor deputado Davies referiu, demos realmente um bom exemplo do que a legislação europeia pode alcançar.

Se me permite dar-lhe pessoalmente um conselho, Senhor Deputado Davies, é o seguinte: talvez seja também interessante fazer notar no seu país que, na Europa, temos regulamentações sobre produtos cosméticos que não existem em nenhuma outra parte do mundo, nomeadamente, a proibição dos ensaios de produtos cosméticos em animais. Isso não é permitido na Europa. Além disso, há poucos dias, entrou em vigor uma regulamentação nos termos da qual os produtos testados em animais não podem ser colocados no mercado europeu. Atendendo a que os Britânicos são bem conhecidos pelo seu afecto pelos animais, este é um argumento que também o senhor poderá utilizar.

Dagmar Roth-Behrendt, relatora. – (DE) Senhor Presidente, muito obrigada, Senhor Comissário, muito obrigada, Senhoras e Senhores Deputados. Estou particularmente grata ao Senhor Comissário Verheugen por, uma vez mais, chamar a atenção para a proibição dos ensaios em animais, pois fez-me recordar que esta é já a terceira revisão da legislação relativa aos produtos cosméticos em que tive o privilégio de participar: a sexta alteração, a sétima alteração e, agora, a mudança para um regulamento.

Conseguimos, de facto, proibir os ensaios em animais. Conseguimos, por exemplo, garantir que os consumidores saibam qual é a vida útil de um produto, por intermédio de uma pequena caixa que contém um número que lhes diz durante quanto tempo um produto pode ser utilizado. Também dirijo estas observações a alguns colegas, como a senhora deputada Roithová, que infelizmente não puderam estar presentes no início deste debate. Os rótulos nunca foram, em momento algum, advertências. Se um produto não é seguro, não deve ser introduzido no mercado, não deve ser comercializado. Todos os produtos colocados no mercado europeu têm de ser seguros e inócuos. No entanto, a rotulagem dá aos consumidores a possibilidade de escolherem. Isto é democracia, isto é liberdade de escolha.

Temos um excelente acto legislativo. Tentei tornar o processo muito transparente. Tentei, como disse a senhora deputada Grossetête, reunir diferentes opiniões. Isto porque queria garantir que elaborássemos uma legislação que fosse boa para todos: para os consumidores na União Europeia, para a indústria, que terá de trabalhar com esta legislação, e, finalmente, para todos os que beneficiam com ela.

Gostaria apenas de dizer uma vez mais ao senhor deputado Schnellhardt que, sim, os desodorizantes funcionam de forma diferente em pessoas diferentes, mas, no entanto, existe a alegação de que nos mantêm "livres de transpiração". Por isso é importante que as alegações relativas às profundas olheiras que circundam os meus olhos depois de uma semana em Estrasburgo, sejam, em certa medida, verdadeiras e fiáveis.

Quero, uma vez mais, agradecer ao Senhor Comissário, sobretudo os esclarecimentos que deu, assim como aos meus colegas e aos meus colaboradores, que realizaram a maior parte do trabalho. Muito obrigada!

Presidente. - Foi um debate extremamente frutuoso e interessante.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã, terça-feira, dia 24 de Março de 2009.

16. Colocação no mercado de produtos biocidas - Nova proposta de revisão sobre os biocidas (debate)

Presidente. Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta de:

- Relatório (A6-0076/2009) da deputada Daciana Octavia Sârbu, em nome da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, sobre uma proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 98/8/CE relativa à colocação de produtos biocidas no mercado, no que diz respeito à prorrogação de determinados prazos (COM(2008)0618 - C6-0346/2008 - 2008/0188(COD)), e

- Declaração da Comissão sobre a nova proposta de revisão sobre os biocidas.

Daciana Octavia Sârbu, relatora. – (RO) Gostaria de sublinhar que encaro como um sucesso o acordo alcançado em conjunto com a Comissão e o Conselho sobre o alargamento do período para avaliar substâncias activas até 2014 a fim de criar, em tempo útil, um mercado regulado para os produtos biocidas.

Isto também se reflectiu no resultado da votação em sede da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar. Razão por que gostaria de agradecer aos meus colegas que apoiaram este compromisso entre as três Instituições.

O alargamento do período transitório é extremamente importante para garantir que todos os produtos biocidas contendo substâncias activas sejam colocados no mercado legalmente.

Considerarei que era essencial chegar a um acordo em primeira leitura sobre a revisão desta directiva, de modo a não arriscar a possibilidade de ir além do período de 10 anos para a avaliação sistemática dos produtos biocidas e, consequentemente, evitar o risco da sua retirada do mercado a partir de 2010.

A prorrogação do período garantirá aos Estados-Membros tempo suficiente para avaliar estas substâncias até 2014, altura em que a revisão substantiva da Directiva "Biocidas" estará muito provavelmente a entrar em vigor.

Uma outra proposta apresentada no projecto de relatório é limitar, a um máximo de dois anos, a possibilidade de alargar os prazos para os processos pendentes através da comitologia, no intuito de evitar a possibilidade de adiar indefinidamente todo o processo. Esta medida é essencial se a revisão da directiva não estiver completa em 2014.

Esperamos que os aspectos ligados à protecção de dados e à prática dos "operadores desonestos", por meio da qual as empresas utilizam a informação registada por outras empresas no quadro de uma legislação nacional, será abordada durante a revisão substantiva da Directiva "Biocidas".

Gostaria de mencionar que as alterações aprovadas na Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar fazem parte de um acordo com a Comissão e Conselho na medida em que retratam o projecto final que deverá ser votado no plenário amanhã. Uma vez completa a votação em plenário, teremos o apoio do Conselho para alcançar um acordo em primeira leitura.

Stavros Dimas, *Membro da Comissão*. – (EL) Senhor Presidente, gostaria de agradecer à relatora, senhora deputada Sârbu, a sua diligência e os esforços que desenvolveu para conseguir um acordo em primeira leitura sobre a proposta de alteração da Directiva 98/8 relativa à colocação de produtos biocidas no mercado.

Gostaria de dizer que a Comissão Europeia está preparada para aceitar o pacote de compromisso, especialmente o ponto que refere a necessidade de alargar o período transitório em quatro anos em vez de três, bem como o ponto que limita a dois anos eventuais alargamentos subsequentes a fim de facilitar o programa de análise.

Christa Klauß, *em nome do Grupo PPE-DE*. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário Dimas, Senhoras e Senhores Deputados, podemos orgulhar-nos do facto de termos alcançado normas tão elevadas em matéria de saúde e higiene na União Europeia. A utilização de biocidas deu um contributo importante para estas conquistas. Quando utilizados como desinfectantes e pesticidas, protegem-nos de doenças perigosas, ou, eventualmente, dos seus portadores. Os biocidas são indispensáveis. Têm de ser inofensivos para os seres humanos e o ambiente, razão por que precisamos agora de uma revisão de todos os agentes biocidas.

A segurança requer tempo, e a revisão está a levar mais tempo do que inicialmente previsto. Não podemos correr o risco de perder produtos importantes, porque o seu registo não foi concluído. Razão por que me congratulo com o facto de o Parlamento, o Conselho e a Comissão terem, na primeira leitura, acordado um rápido alargamento dos prazos para a directiva relativa aos biocidas, até – segundo creio, Senhor Comissário – 2014.

No entanto, por que surgiu esta proposta tão tarde? O perigo de as substâncias poderem ser postas de lado devido à expiração de prazos foi algo que podíamos antecipar há muito e, agora, os nossos debates no Parlamento têm de ter lugar sob uma maior pressão de tempo.

Senhor Comissário, esperamos há já algum tempo uma proposta da Comissão sobre a revisão da directiva relativa aos biocidas. Há domínios importantes que têm agora de ser harmonizados e regulamentados com urgência. Refiro, a título de exemplo, a definição dos critérios de autorização, a duração da autorização e, sobretudo, a protecção de dados. Os fabricantes precisam de uma regulamentação clara e de certeza. A utilização e o manuseamento dos produtos também requerem regras. O ensaio de um agente activo custa vários milhares de euros e este investimento só pode ser recuperado se os resultados, pelo menos durante um certo período de tempo, não estiverem acessíveis a outros candidatos. Ninguém quer perder as nossas elevadas normas de higiene. Temos de as manter, a fim de enfrentar os novos desafios.

Espero que a Comissão apresente um relatório claro e bem fundamentado que satisfaça todos estes requisitos, e espero que o faça o mais rapidamente possível.

Vittorio Prodi, *em nome do Grupo ALDE*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, agradeço ao Senhor Comissário Verheugen a sua presença e a oportunidade que nos dá de discutirmos em conjunto este documento. No que respeita à proposta de alteração da directiva relativa à colocação de produtos biocidas no mercado, o Parlamento concordou com a necessidade de conceder algumas prorrogações do período de análise necessário para uma avaliação correcta das principais substâncias activas de determinados produtos biocidas, tendo em conta a especificidade dos ensaios necessários e as exigências do mercado. No entanto, deve ficar claro que estamos à espera da revisão mais substancial da Directiva 98/8/CE relativa aos produtos biocidas para expressarmos as nossas opiniões sobre o conteúdo. Gostaria, portanto, de sugerir algumas ideias para a Comissão reflectir.

Primeiro que tudo, seria proveitoso passar de uma directiva para um regulamento, um instrumento legislativo que permite a entrada em vigor das mesmas disposições em simultâneo em todos os Estados-Membros, regulando assim de maneira uniforme todo o sector. Um ponto fundamental será a partilha de dados, em sintonia com as directrizes da UE, e, como já sucede ao abrigo do REACH, a realização de ensaios em vertebrados seria evitada ou consideravelmente reduzida também para os produtos biocidas, graças à partilha obrigatória dos dados obtidos com a realização de tais ensaios entre os operadores que registam a mesma substância activa. Deste modo, evitar-se-ia também a duplicação de estudos.

A partilha de dados também conferiria maior eficácia ao sistema de avaliação dos processos e reduziria os custos da sua preparação, com um impacto considerável tanto nas pequenas e médias empresas como nas autoridades nacionais responsáveis pela apreciação dos pedidos.

É preciso pôr a tónica na simplificação dos procedimentos e na aplicação do reconhecimento mútuo da autorização de um dado produto e do seu uso entre os diferentes Estados-Membros, por forma a agilizar tanto os procedimentos como a colocação do produto biocida no mercado nos referidos Estados. Subsequentemente, deveriam harmonizar-se o tarifário e os prazos comuns para apreciação dos pedidos nos diferentes países, e deveria simplificar-se o processo de autorização para fórmulas que apresentem diferenças ou variações mínimas de cor, por exemplo, evitando assim testes específicos adicionais que exijam uma nova avaliação por parte de cada Estado-Membro.

Por último, cumpre evitar a discriminação entre produtores europeus de produtos tratados com biocidas e produtores extracomunitários de produtos que contêm essas substâncias. Deixo à Comissão o cuidado de pensar numa solução capaz de obter, assim o esperamos, o apoio do novo Parlamento.

Urszula Krupa, *em nome do Grupo IND/DEM*. – (PL) Senhor Presidente, harmonizar a legislação sobre os produtos biocidas na União Europeia parece ser absolutamente necessário dado que a regulamentação em determinados países é muito diferente. A falta de disposições legislativas comuns representa um perigo para a vida e saúde das pessoas, assim como constitui uma ameaça ambiental, em especial num mercado liberalizado.

Contudo, a proposta contida na versão inicial do texto, a saber, um período de implementação de dez anos para a legislação, parece ser irrealista tendo em conta os processos de registo extremamente complicados e dispendiosos para as substâncias químicas utilizadas nestes produtos. Estes processos, cujo objectivo era assegurar um elevado nível de segurança, poderão, paradoxalmente, contribuir para reduzir o nível de controlo, o que é sobretudo problemático se considerarmos o facto de que, nalguns casos, era com base na regulamentação nacional que se controlava os produtos biocidas introduzidos no mercado.

Contudo, a eliminação destes mecanismos e a introdução de processos de avaliação menos eficazes e dispendiosos poderão restringir as vendas de produtos biocidas. Um registo central, europeu, de substâncias activas utilizadas em produtos biocidas também não garantirá segurança, especialmente tendo em conta que os agentes biológicos são extremamente variáveis e resistentes a agentes activos. Dispor de uma escolha limitada de compostos eficazes só servirá para aumentar os níveis de resistência. Além disso, os elevados custos e a complexidade dos procedimentos implicados empurrarão as pequenas empresas para fora do mercado, levando à monopolização do mercado por parte das grandes empresas que trabalham neste sector.

A proposta no sentido de dispormos de um período transitório alargado de 14 anos, que poderá ser prorrogado por mais dois anos, passou sobretudo a não ter valor dado que não será possível registar substâncias activas ou transpor esta regulamentação para a legislação nacional antes de 2014.

Zuzana Roithová (PPE-DE). – (CS) Senhor Presidente, gostaria de colocar uma questão ao senhor Comissário, visto que tenho uma opinião um pouco diferente. Considero lamentável que a UE em dez anos, por outras palavras, até 2010, não consiga concluir uma revisão e o registo dos cerca de 900 desinfectantes, conservantes

e pesticidas à venda no mercado europeu. Surpreende-me que necessitemos de mais três anos para tal e a relatora ainda acrescentou mais um ano. Isto significa adiamento da harmonização e, portanto, de maior protecção para o mercado em relação a estas substâncias nocivas. Ao que parece, não nos resta senão anunciar um adiamento porque, de outra maneira, muitos produtos teriam de desaparecer do mercado. Mas permitam-me apresentar uma reflexão. Poderia ser benéfico se alguns dos produtos importados de mercados asiáticos não controlados tivessem de sair do nosso mercado. Tal aceleraria o desenvolvimento de substâncias alternativas mais seguras. Gostaria de saber se a Comissão tentou cooperar com centros de ensaios e instituições nos Estados-Membros, utilizando os recursos dos mesmos para conseguir cumprir o prazo original mais reduzido. Pode a Comissão ou a relatora responder-me a esta questão?

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). – (PL) Senhor Presidente, dada a natureza específica desta legislação e o potencial perigo de qualquer interpretação incorrecta da mesma, cumpre-nos dar uma atenção especial à questão dos agentes biocidas.

Concordo com a relatora, que referiu a necessidade vital de alargar o período transitório até 2014, com a intenção de avaliar as substâncias activas utilizadas nos produtos biocidas, e permitindo assim utilizar a legislação europeia para regular o mercado. Se não quiséssemos tomar esta medida, as disposições nacionais – que expiram em 2010 – não resultariam na venda de um número significativo de produtos biocidas que passariam a ser ilegais, o que conduziria a várias situações paradoxais?

Durante o período transitório, a legislação nacional deverá ser utilizada para monitorizar rigorosamente esta secção específica do mercado. Vale a pena acrescentar que nesta matéria, devemos ser particularmente cuidadosos no tratamento de qualquer legislação que diga respeito a agentes biocidas e termos presente que estes produtos se destinam a destruir e a repelir organismos prejudiciais que contêm agentes químicos activos. Qualquer descumprimento da nossa parte poderá ter consequências irremediáveis.

Stavros Dimas, Membro da Comissão. – (EL) Senhor Presidente, gostaria de agradecer aos oradores as suas observações muito construtivas, e queria dizer que, de facto, a avaliação das substâncias activas acabará por exigir mais tempo do que aquele que com algum optimismo foi inicialmente previsto. Em 2000, quando a legislação foi adoptada, os programas de avaliação não começaram a ser executado de imediato; gastaram-se quase quatro anos em diversos preparativos, e os procedimentos de avaliação que as autoridades competentes nacionais estão a utilizar, sem qualquer dúvida, apenas começaram em 2004. Apesar do trabalho muito meritório e importante realizado até esta data, será impossível submeter a uma avaliação, até Maio de 2010, muitas das substâncias activas.

Atendendo a que a directiva estipula que os produtos biocidas que contêm substâncias activas não incluídas no anexo I ou IA da directiva devem ser retirados do mercado o mais tardar até 14 de Maio de 2010, considerou-se necessário prolongar o prazo para a conclusão do processo de avaliação; caso contrário, se retirarmos algumas dessas substâncias pelo facto de não terem sido submetidas ao processo de avaliação, tanto a saúde como o ambiente na União Europeia poderão ficar comprometidos e criar-se-ão seguramente obstáculos ao comércio.

Quanto à questão referida pela senhora deputada Klač, gostaria de dizer que a mesma diz respeito à protecção dos dados apresentados para efeitos de avaliação da substância activa. Trata-se mais especificamente dos casos em que empresas que não estiveram envolvidas nos esforços para produzir os referidos dados ("free riders") podem ainda assim manter os seus produtos no mercado até ao fim do período transitório.

A Comissão está na fase final do processamento da proposta de revisão substancial da directiva relativa aos produtos biocidas e esta questão foi claramente assinalada durante as consultas realizadas na altura em que a referida proposta estava a ser formulada e elaborada. Muitos dos comentários feitos pelo senhor deputado Prodi e por outros oradores serão sem dúvida levados em consideração.

A Comissão abordará a supramencionada questão no âmbito da revisão substantiva da directiva. A declaração da Comissão sobre esta matéria será transmitida ao Secretariado do Parlamento Europeu para que seja incluída na acta da sessão de hoje.

Muitas outras questões assinaladas pelo Parlamento serão também abordadas na referida proposta, nomeadamente o alargamento do campo de aplicação a produtos e materiais processados que utilizam biocidas, a melhoria dos procedimentos de aprovação de produtos biocidas, a introdução da obrigatoriedade da partilha de dados durante o processo de licenciamento do produto e durante a aprovação da substância activa em conformidade com os princípios do regulamento REACH, e o alinhamento com as melhores práticas de outros actos legislativos como o que foi aprovado recentemente para os produtos fitossanitários.

Para concluir, a Comissão manifesta a sua satisfação com o resultado das negociações. A Comissão está em condições de aceitar as alterações de compromisso na sua totalidade e promete ter em consideração, durante a principal revisão da directiva, as preocupações relacionadas com a protecção dos dados que hoje foram aqui expressas tanto pelo Conselho como pelo Parlamento.

(EN) A Comissão toma nota das questões relacionadas com a protecção de dados, a partilha de dados e os alegados operadores desonestos que foram suscitadas durante o debate sobre a proposta de prorrogação de determinados prazos ao abrigo da directiva relativa à colocação de produtos biocidas no mercado. A Comissão procurará soluções adequadas para os problemas identificados no quadro da revisão de fundo da Directiva "Biocidas".

PRESIDÊNCIA: COCILOVO

Vice-presidente

Daciana Octavia Sârbu, relatora. – (RO) Gostaria de agradecer mais uma vez aos meus colegas, aos relatores sombra, com quem estabelecemos uma excelente cooperação. Fomos muito eficazes na conclusão deste relatório, embora este não seja tão importante como será a revisão da directiva.

Como puderam ver, todos os meus colegas falaram mais sobre a revisão e menos sobre o relatório que hoje debatemos, porque na verdade se trata de uma revisão há muito esperada.

Na realidade, ouvimos dizer neste hemisfério que este alargamento do período transitório de três para quatro anos não é desejável, mas creio que é muito mais importante para nós garantir que todos os produtos serão colocados no mercado legalmente e que serão objecto de uma avaliação adequada.

Mais uma vez obrigada e, como dizia, aguardamos a revisão da Directiva "Biocidas" para o mais breve possível.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na terça-feira, dia 24 de Março de 2009.

17. Um ano após Lisboa: a parceria UE-África em acção (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0079/2009) da deputada Maria Martens, em nome da Comissão do Desenvolvimento, sobre um ano após Lisboa: a parceria UE-África em acção (2008/2318(INI)).

Louis Michel, Membro da Comissão. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, antes de mais, gostaria de agradecer à Comissão do Desenvolvimento e à sua relatora, a senhora deputada Martens, por este relatório que faz uma primeira avaliação da Parceria Estratégica UE-África, um ano depois da Cimeira de Lisboa.

É com grande satisfação, obviamente, que constato o número de elementos positivos salientados por este relatório e os progressos que foram realizados no espaço de um ano, um prazo relativamente curto para um exercício tão vasto e, acima de tudo, politicamente ambicioso. Para referir apenas um deles, esta tarde tivemos um encontro com a delegação *ad hoc* do Parlamento Europeu para as relações com o Parlamento Pan-Africano da União Africana e a comissão *ad hoc* do Parlamento Pan-Africano da União Africana para as relações com o Parlamento Europeu sobre o papel dos parlamentos na implementação e acompanhamento da Estratégia Conjunta UE-África.

Isto constitui em si mesmo um resultado concreto. Está a ser criada uma nova arquitectura institucional entre os dois continentes, e quero felicitar os dois presidentes pelo trabalho que realizaram.

Em vez de me alargar sobre os aspectos positivos do relatório Martens, gostaria de focar três pontos-chave que o relatório salienta para melhorar a Parceria UE-União Africana. O primeiro prende-se com o papel dos parlamentos. Sabem que sou um grande defensor do papel dos parlamentos, tanto enquanto actores como enquanto escrutinadores do processo democrático, e é nessa dupla capacidade que o Parlamento Europeu e o Parlamento Pan-Africano são convidados a participar na Parceria Estratégica UE-África.

Posso, pois, garantir-vos o meu inteiro apoio às propostas formuladas na proposta conjunta do Parlamento Europeu e do Parlamento Pan-Africano e que são repetidas no presente relatório. Estas consistem, em primeiro lugar, numa participação, a nível apropriado, nos grupos conjuntos de peritos relacionados com as quatro parcerias temáticas que vos interessam; em segundo lugar, na participação na elaboração dos relatórios

anuais sobre os progressos; terceiro lugar, na participação no grupo de acção comum, e, em quarto lugar, na participação dos Presidentes na Cimeira UE-África.

Aliás, algumas destas propostas já foram concretizadas ou estão em vias de o ser. No que respeita à sociedade civil e aos intervenientes não estatais, estou mais do que ninguém convencido de que o principal desafio para 2009 consiste em acelerar a consecução de resultados tangíveis antes da avaliação intercalar, prevista para o Outono de 2009, e em realizar a ambição de uma parceria centrada nas pessoas e para além das instituições.

Neste contexto, os intervenientes não estatais são chamados a desempenhar um papel importante antes de se envolverem nos grupos conjuntos de peritos para cada uma das oito parcerias temáticas. Do lado europeu, na passada Primavera já foi constituído um grupo director da sociedade civil para monitorizar e participar na implementação da parceria. Do lado africano, foi também criado recentemente um grupo director da sociedade civil, sob a égide do Conselho Económico, Social e Cultural da União Africana.

A sociedade civil europeia e africana deverá reunir-se num fórum em finais de Abril de 2009 a fim de formular propostas de compromisso concretas na Tróica Ministerial conjunta UE-África.

No que se refere às parcerias estratégicas e, em particular, à relacionada com a governação e os direitos humanos, saúdo o facto de o Parlamento estar a adoptar um conceito de governação que eu muito prezo: a boa execução das funções e prerrogativas de direito público por um Estado imparcial e apto a satisfazer as necessidades e as aspirações dos cidadãos.

Foi nesse sentido, portanto, que há dois anos definimos a fracção de governação num montante de 2,7 mil milhões de euros para todos os países ACP. Esta abordagem assenta em três princípios: o diálogo, o incentivo às reformas e a apropriação das mesmas pelo país parceiro. No entanto, o relatório exprime dúvidas e preocupações, especialmente no que se refere aos perfis de governação: o modo como são delineados, o modo como são utilizados e o seu possível impacto negativo no Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares.

Gostaria de vos recordar que os perfis de governação que cobrem todas as suas dimensões – isto é, a dimensão política, económica, social, institucional, ambiental, etc. – foram apenas o ponto de partida e não orientaram de modo algum a programação desta fracção.

Além disso, os resultados e as conclusões desta análise foram discutidos com o Governo do país parceiro durante o diálogo de programação. Com base nisso, o Governo foi encorajado a explicar o seu próprio plano de reforma ou, se necessário, a completá-lo ou desenvolvê-lo, assim como a demonstrar a pertinência, a ambição e a credibilidade destas reformas com base em três critérios de avaliação, que permitiram, seguidamente, determinar o nível do incentivo financeiro para cada país. Neste contexto, foi dada especial atenção aos países que estão empenhados no Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares e que completaram a avaliação, mostrando assim a sua vontade de progredir nesta via. Este exercício pôr nitidamente em evidência as diferentes situações de cada país; as respectivas necessidades de reforma, assim como os diferentes níveis de capacidade para elaborar e propor um plano de governação. Os factores flexibilidade e pragmatismo foram por isso necessários para a atribuição do fundo de incentivo à governação. Em Janeiro de 2009, a Comissão publicou um relatório intercalar sobre o processo do fundo de incentivo e enviou-o a todas as Instituições da União Europeia, para quaisquer efeitos que o mesmo possa servir.

Maria Martens, relatora. – (NL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, estamos a proceder ao debate sobre o relatório "Um ano após Lisboa: parceria UE-África em acção", isto é, a implementação da Estratégia conjunta UE-África para o desenvolvimento de África, tal como estabelecida na Cimeira UE-África em Dezembro de 2007.

Essa Cimeira constituiu uma ocasião memorável. Na realidade, foi a primeira vez que a União Europeia e a União Africana estabeleceram conjuntamente uma estratégia com base nos valores e princípios partilhados e no respeito mútuo, que concluíram acordos destinados a concretizarem juntos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a encontrarem em conjunto soluções para os desafios comuns no domínio, por exemplo, da segurança, da migração e do clima.

Todos temos conhecimento das críticas que se erguem nos nossos próprios países, onde as pessoas se interrogam se faz realmente sentido continuar a investir dinheiro em África, particularmente neste tempo de crise económica. Gostaria de realçar uma vez mais a importância que os nossos esforços continuam a ter para o desenvolvimento de África, e isso aplica-se aos dois continentes. O Senhor Comissário Michel teve razão quando, ainda há pouco, afirmou, numa reunião sobre o assunto, que quanto maior for a pobreza

maior é a instabilidade, coisa que também é importante do ponto de vista das tendências demográficas. Não tardará muito que África represente 20% da população mundial, enquanto a Europa representará apenas 5%. Temos problemas comuns e estamos perante desafios comuns. Se as pessoas não têm oportunidades em África, é muito natural que as procurem na Europa. A África merece o nosso apoio, e não apenas por esse motivo.

Hoje estamos a proceder ao debate sobre a implementação da estratégia acordada e dispomos de um plano de acção. Temos de continuar a actuar conjuntamente a fim de concretizarmos tanto a estratégia, como o plano de acção. Estou satisfeita com os resultados que obtivemos até ao momento, relativamente à parceria. Nos meus relatórios anteriores, sempre manifestei a minha preocupação com a falta de um papel específico bem definido para os parlamentos, quando se trata da implementação de uma estratégia conjunta. Em 2007, o Parlamento Pan-Africano e o Parlamento Europeu emitiram uma declaração conjunta que, na realidade, resume bem o que está em causa. Vou lê-la em inglês.

(EN) "Como instituições que representam a vontade dos povos, os nossos parlamentos devem velar por que as necessidades destes sejam satisfeitas, as suas preocupações ouvidas pelos decisores e os seus desejos reflectidos nas políticas propostas pelas instituições que os governam. Os parlamentos têm um papel essencial a desempenhar no debate sobre as prioridades conjuntas para o futuro dos nossos continentes, reflectem as várias correntes de opinião nas nossas sociedades e são, consequentemente e por excelência, o lugar onde o debate deve ser conduzido, onde as divergências podem ser sanadas e os acordos encontrados."

(NL) Logo, regozijo-me com o facto de nesta reunião termos chegado a acordo sobre qual seria o papel dos parlamentos. Foi também graças ao senhor deputado Gahler, aos nossos colegas do Parlamento Pan-Africano e a todos os envolvidos que se chegou a acordo sobre o papel dos parlamentos. Em causa está a participação no grupo de peritos em relação com as oito parcerias e o grupo de acção coordenador. Os parlamentos terão de dar a sua contribuição sobre os relatórios intercalares, devendo, os Presidentes do Parlamento Europeu e do Parlamento Pan-Africano ser convidados a emitir as suas opiniões nas cimeiras a realizar em África. Este é um pormenor importante.

Vou concluir com mais uma pergunta ao Senhor Comissário. Sabemos que, em breve, em Abril, as definições da AOD irão estar de novo na agenda nas conversações UE-SEDAC e que a Comissão Europeia nelas irá estar envolvida. Será que a Comissão nos pode dizer qual é a sua opinião para estas conversações e qual irá ser a contribuição da Comissão Europeia?

Filip Kaczmarek, em nome do Grupo PPE-DE. – (PL) Senhor Presidente, a política de desenvolvimento, um dos domínios mais importantes da política europeia, visa resolver problemas de ordem global. Ainda bem, e aliás não foi de modo algum um acaso o facto de a primeira estratégia de parceria conjunta ter sido criada para África e envolvendo África.

Uma das razões para a grande importância da política de desenvolvimento é o facto de esta se ter tornado um instrumento de política orientado pela história. Neste contexto, o objectivo fundamental da cooperação em matéria de desenvolvimento é neutralizar mecanismos e processos do passado. Jomo Kenyatta, o pai da independência do Quénia, descreve-nos isto de maneira muito viva, apesar de simples. Sei que o senhor Comissário conhece bem esta citação. O Senhor Kenyatta disse uma vez: *"Quando os missionários chegaram, os africanos tinham a terra, e os missionários a Bíblia. Eles ensinaram-nos como rezar de olhos fechados. Quando os abrimos, eles tinham a terra e nós a Bíblia"*.

A política orientada com base na história não é, no entanto, a única razão para o envolvimento da Europa nos problemas relacionados com o desenvolvimento. Há também razões mais pragmáticas. África continua a ser o continente mais pobre do mundo. Porém, pela primeira vez em 30 anos, regista um período de crescimento económico. De toda a forma, podemos acrescentar que este crescimento económico é maior do que na Europa. É evidente que há países africanos que, em consequência do trabalho de governos ineptos, conseguiram na realidade destruir as suas próprias economias. Em termos gerais, podemos dizer que África é um continente com um potencial espantoso. Para mim é um motivo de satisfação ver a UE contribuir para fazer reviver e activar este potencial.

Motivo por que um dos objectivos da estratégia seja assegurar uma cooperação e diálogo mais alargado, em domínios que não os tradicionalmente ligados às questões de desenvolvimento. A estratégia abrange um vasto leque de políticas, incluindo segurança, energia e alterações climáticas. No entanto, é preocupante que tão poucos progressos se tenham registado nestas áreas. Temos também de admitir que alguns Estados-Membros da UE não se empenharam tanto na parceria com África como outros o fizeram. Estou

convencido de que o segundo ano de parceria será melhor e que seremos capazes de alcançar as nossas metas mais rapidamente.

Alain Hutchinson, *em nome do Grupo PSE.* – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, há um ano que celebramos o desenvolvimento deste novo processo, este novo acordo entre a União Europeia e a África. Assim sendo, permitir-me-á que eu seja um pouco menos reservado do que o habitual, Senhor Comissário. Creio que, por ocasião do seu primeiro aniversário, há que fazer um certo número de constatações.

Lá, em África, há falta de tudo: há falta de gestores, de médicos, de professores e de técnicos. Aqui, na UE, falamos de imigração gerida, mas ainda não tomámos as medidas necessárias para permitir, por exemplo, que os emigrantes se coloquem ao serviço dos seus Estados. Lá, não conseguem sequer alimentar as suas populações. Aqui, estamos a renovar as subvenções à exportação dos nossos produtos agrícolas e a promover os biocombustíveis, o que o que dá azo a gigantescas monoculturas lá.

Em África, tudo continua a desmoronar-se, a pobreza alastra-se, a doença mata e a água escasseia. Aqui, falamos muito, fazemos promessas, debatemos e votamos resoluções; mas o que é que se está a fazer em termos práticos em prol das pessoas em África? Eu penso - tal como V. Exa., aliás, e sei que está firmemente convencido disso - que já é tempo de congregar os parlamentos destes países, de congregar, portanto, as suas populações. Penso que nenhum processo entre a União Europeia e a África será bem sucedido enquanto permanecermos no nível dos políticos e dos técnicos. Os povos de África têm de ser congregados, e é através dos seus parlamentos que isso deve ser feito.

Apraz-me particularmente ouvir que existe uma vontade de desenvolver esta relação especial a nível parlamentar. No entanto, eu tenho as minhas dúvidas, Senhor Comissário, pois precisamente antes deste debate tivemos um longo debate com a sua colega, a Senhora Comissária Ashton, sobre os Acordos de Parceria Económica. Estranhamente, é quase impossível conseguir o envolvimento dos parlamentos dos países parceiros nesses acordos. Não estamos a conseguir convencer uma parte desta Câmara, nem tão-pouco a Comissão, de que seria realmente necessário que os parlamentos desses países pudessem primeiro pronunciar-se, antes de nos pedirem - ao Parlamento Europeu - a nossa opinião sobre questões que afectam directamente a vida dos seus cidadãos. Assim sendo, espero que as coisas mudem neste tocante.

Penso igualmente que é importante - e felizmente V. Exa. assinalou este aspecto - envolver muito mais e muito melhor as ONG e a sociedade civil africana neste processo; mencionei também a emigração, mas isso refere-se à UE. Não sei que acções concretas é que já foram desenvolvidas nesse domínio, mas penso, para todos os efeitos, que elas conferem uma hipótese de sucesso ao processo que o senhor pôs em marcha.

Toomas Savi, *em nome do Grupo ALDE.* – (EN) Senhor Presidente, o ano de 2007 foi, infelizmente, o segundo ano consecutivo em que diminuíram, no mundo desenvolvido, as contribuições para a ajuda pública ao desenvolvimento. Apraz-me, por isso, que a relatora tenha reiterada a necessidade de instar os Estados-Membros da União Europeia a honrarem os seus compromissos.

Considero que os Estados-Membros deveriam rever a ajuda que actualmente prestam aos países visados, na medida em que o quadro de monitorização do cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de 2008 identifica a África Subsariana como sendo a única região com um atraso substancial face ao progresso esperado. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para encorajar os Estados-Membros a aumentarem as suas contribuições para a África Subsariana, que é a região menos desenvolvida do mundo. Também nem sempre os países destinatários estão muito receptivos à natureza condicional da ajuda da UE. Devemos prosseguir os esforços para envolver de forma mais estreita esses países.

A crise económica global afecta-nos a todos, mas não podemos esquecer nem ignorar que os países menos desenvolvidos são também os mais vulneráveis neste momento. Além do mais, com a situação de estagnação em África, a Europa vê-se cada vez mais confrontada com vagas de imigração que poderão transformar-se numa ameaça para o Estado-Providência. É muito mais sensato resolver os problemas das populações dos países em desenvolvimento antes que se transformem em preocupações que tenhamos de encarar aqui na Europa.

Wiesław Stefan Kuc, *em nome do Grupo UEN.* – (PL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, uma vez mais debatemos sobre o continente africano no Parlamento Europeu. Hoje não estamos a falar de guerra, direitos humanos ou ajuda aos países em desenvolvimento. Ao invés, estamos a tentar analisar a actual situação no que se refere à parceria entre África e a União Europeia. Infelizmente, esta parceria é praticamente inexistente.

Para ser justo, temos aspirações elevadas para chegar a um entendimento e cooperação entre a União Africana, o Parlamento da União Africana e a Comissão da União Africana. Contudo, África continua a ser o continente mais pobre do nosso planeta, onde a esperança de vida é a mais reduzida no mundo, onde a fome e a doença atingem níveis nunca vistos, além de que o nível de educação e saúde, em especial nas zonas urbanas pobres, é praticamente zero.

O impacto positivo da União Africana na situação económica é tão diminuto que, na prática, não passa de uma mera organização fantoche, sem qualquer influência sobre a resolução dos problemas do dia-a-dia. Trata-se de uma organização de políticos, que costumam participar na vida política global. África é um continente com recursos naturais ricos, que são utilizados por todo o mundo. A verdade, no entanto, é que isto não teve qualquer impacto positivo no nível de vida da população ou em termos de redução da pobreza. Há várias organizações a tentar resolver o problema da pobreza, mas os progressos mal se fazem notar. A relatora, a senhora deputada Martens, afirmou-o claramente.

Não sabemos de facto como ajudar África e o certo é que o relatório também não oferece uma solução. Lembremo-nos como um Quênia pacífico foi palco de um banho de sangue num espaço de poucos dias. Como podemos assegurar que a ajuda financeira proveniente de vários países é devidamente distribuída? Esta é uma questão que discutimos há poucos meses atrás. Também falámos sobre a actuação da China. Será que há probabilidade de China ter encontrado o caminho certo? Devemos analisar toda esta questão com muita atenção.

Luisa Morgantini, em nome do Grupo GUE/NGL. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a estratégia conjunta UE-África constitui acima de tudo um grande desafio e uma oportunidade para mostrarmos que somos capazes de nos questionarmos a nós próprios e as nossas políticas. Penso que ainda precisamos de reflectir aprofundadamente sobre as relações entre os nossos dois continentes e sobre as nossas estratégias de desenvolvimento.

Este processo é moroso, pois não podemos esperar resolver tudo de uma só vez, e é também muito complicado, mas considero que, acima de tudo, tem de ser um processo inclusivo e participativo de construção a partir de baixo de uma parceria entre iguais.

A Cimeira de Lisboa não conseguiu concretizar plenamente esse objectivo, talvez devido à pressa com que foi concluída, e nem a União Europeia nem a União Africana quiseram ou foram capazes de atribuir um papel estrutural aos parlamentos e à sociedade civil, tanto em África como na Europa. A Cimeira realizou-se há um ano e, como se sublinha fortemente no relatório Martens, o nosso Parlamento, o Parlamento Pan-Africano e a sociedade civil continuam a não ter voz activa na definição da estratégia.

É, portanto, vital – sobretudo para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio relacionados com a erradicação da pobreza e das doenças e com o desenvolvimento da agricultura e da educação – que estes sejam incluídos, juntamente com todos os tópicos que foram referidos, desde a desertificação às alterações climáticas e à energia.

É essencial, portanto, uma posse plena e uma parceria democrática aberta ao público e não confinada unicamente aos governos ou às comissões. Nós, enquanto Parlamento Europeu, reforçámos as nossas relações com o Parlamento Pan-Africano e é indubitável que estes nossos passos em frente tiveram um impacto positivo na estratégia conjunta UE-África.

No entanto, há uma série de dúvidas relativamente ao financiamento que já em 2007 tinham sido formuladas. Será que vamos ter fundos para concretizar esta estratégia conjunta? Que futuro aguarda os Estado ACP e o Acordo de Cotonu? Como vai ser o nosso relacionamento com as organizações internacionais – o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a OMC? Vamos trabalhar em conjunto para tornar estas instituições mais democráticas.

Em conclusão, penso que devemos ganhar coragem e levar por diante este desafio, porque a África – como aprendemos nos últimos anos – é um continente rico em recursos humanos e económicos e é um verdadeiro parceiro. É fantástico ver – o Comissário Michel, que eu bem conheço, está ciente disso – que há ali uma grande riqueza e não há apenas morte, destruição e guerra, se bem que nós devamos, obviamente, trabalhar nessas áreas para que possa haver paz e democracia.

Bastiaan Belder, em nome do Grupo IND/DEM. – (NL) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer à relatora, senhora deputada Martens, este consistente relatório. É positivo o facto de o Parlamento não só aplaudir o anúncio de uma parceria, mas também controlar realmente os resultados tangíveis. É disso

que África tem necessidade. Os alicerces de uma parceria bem-sucedida com África exigem boa governação e observância dos direitos humanos. Isto é essencial num continente onde presidentes de câmara municipal podem destituir presidentes e onde outro presidente tem estado a prejudicar gravemente a sua própria população para levar a cabo caças às bruxas. O Conselho e a Comissão deviam fazer disto a sua principal prioridade.

Quando me refiro a boa governação estou a pensar no papel da China, que só de passagem é mencionada nesta proposta de resolução. Surpreende-me a ausência de uma nota crítica sobre as consequências, por vezes desastrosas, do envolvimento da China em África. Talvez a União Europeia possa retirar uma lição dos 2 mil milhões de EUR que o Fundo Sino-Africano de Desenvolvimento investe em África. O facto de Pequim também investir em países como o Zimbabwe já diz tudo a respeito da contribuição da China para a democracia e a boa governação em África, a longo prazo.

Tenho também um comentário a fazer à senhora relatora. No n.º 46, refere-se à segurança alimentar e à soberania alimentar em África. O que creio falta nesta proposta de resolução é um texto qualquer que trate de um problema já presente há alguns anos, isto é, o arrendamento, ou mesmo a aquisição, de grandes áreas de terrenos agrícolas por países ou companhias estrangeiras, com as colheitas a irem para investidores estrangeiros e não beneficiando, portanto, as populações locais subalimentadas. Tais situações são realmente muito preocupantes. Além disso, estes investimentos não criam quaisquer postos de trabalho. É lamentável que a proposta de resolução não aborde este problema específico, que actualmente, e uma vez mais, está a receber muita atenção dos meios de comunicação social.

Michael Gahler (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, na qualidade de presidente da delegação *ad hoc* para as relações com o Parlamento Pan-Africano, queria aproveitar hoje a ocasião para agradecer às muitas pessoas envolvidas. Em primeiro lugar, quero agradecer a Maria Martens, que elaborou um excelente relatório sobre os progressos realizados no quadro da estratégia UE-África acordada. Em segundo lugar, quero agradecer às instituições envolvidas. Conseguimos, no âmbito de um hexálogo – isto é, com seis interlocutores –, chegar a um entendimento entre os dois Parlamentos. As duas Comissões chegaram a acordo, assim como os dois Parlamentos e os dois Conselhos. No que se refere ao Conselho, gostaria de destacar especificamente o serviço jurídico, que é sempre particularmente importante quando se trata destas questões, pois é aqui que as posições comuns por vezes falham. No entanto, após a primeira reunião em Adis Abeba, conseguimos hoje, na nossa segunda reunião, implementar e finalmente aprovar aquilo que havíamos acordado em relação à participação dos dois Parlamentos.

Gostaria de comentar aquilo que o senhor deputado Hutchinson disse: o que está realmente a acontecer? Sim, muitas coisas más estão a acontecer em África. No entanto, a minha impressão – talvez seja coincidência – é que, desde a aprovação desta estratégia comum, a África tem reagido de modo diferente aos golpes de Estado. Na Mauritânia, na Guiné, na Guiné-Bissau, em Madagáscar, África reagiu suspendendo a filiação destes países. Tal não sucedia no passado. Nessa altura, ter-se-ia mantido o *status quo*.

A este respeito, gostaria de dizer que nós, os governos europeus, também devemos ter estes factos em consideração. Se essa parceria se baseia em valores comuns, então os Europeus também têm de reagir quando os Africanos reagem sempre que algo corre mal em África. Por isso, estou confiante em que nós, os Parlamentos, se estivermos mais envolvidos na implementação desta estratégia no futuro, seremos capazes de trazer valor acrescentado a esta parceria.

Ana Maria Gomes (PSE). - Quero saudar a colega Maria Martens pela importância deste seu relatório, e saliento como é fundamental o papel deste Parlamento no controlo do processo de implementação da estratégia conjunta UE-África e do respectivo plano de acção.

Alguns passos importantes foram dados relativamente a vários dos oito partenariados previstos na estratégia, nomeadamente o estabelecimento de grupos de peritos e grupos de implementação e o início do diálogo no contexto dos partenariados.

Lamento, contudo, que, ao fim de um ano, alguns dos partenariados estejam ainda em processo de definir métodos de trabalho, sem ainda ter metas concretas, calendários a cumprir ou planos orçamentais.

Espero que o próximo relatório anual conjunto de progresso seja bastante mais específico do que o primeiro na apresentação de resultados e na indicação dos envelopes financeiros. Vigilância nesta matéria é particularmente importante para honrarmos os compromissos assumidos pela União Europeia e pelos seus Estados-Membros com vista à eleição dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e também para

garantirmos que a recessão global, que a todos afecta, não penalize desproporcionadamente os países e povos de África, à partida já mais vulneráveis.

O desenvolvimento e a governação democrática em África têm de ser parte da saída da crise para todos nós. Nesse sentido, precisamos também de avanços mais significativos em todos os partenariados, incluindo aqueles que são politicamente mais sensíveis, como é o caso do sobre governação e direitos humanos.

É crucial reforçar o papel do Parlamento Europeu neste processo, atribuindo-lhe oficialmente funções de monitorização e envolvendo-o no trabalho dos grupos de implementação da estratégia, assim como é também crucial garantir o envolvimento de actores representativos das sociedades civis, tanto europeias como africanas, neste processo, em especial os parlamentos nacionais, as ONG e os *media*.

Zbigniew Krzysztof Kuźmiuk (UEN). - (PL) Senhor Presidente, gostaria de chamar a atenção para três questões neste debate. Em primeiro lugar, em Dezembro de 2007, o Parlamento Europeu adoptou uma nova Estratégia UE-África, que tinha como objectivo assegurar a igualdade entre as duas partes. A questão principal que ocupava o centro desta Estratégia era reduzir a pobreza nos países africanos. Porém, não se registaram grandes progressos neste domínio no último ano.

Em segundo lugar, a continuação da crise económica e financeira poderá, infelizmente, agravar a situação dos países africanos. As principais instituições financeiras a nível mundial fazem as seguintes estimativas para 2009: o FMI estima que o PIB sofrerá uma redução de 1%, enquanto o Banco Mundial estima uma queda de 2%; a OMC prevê uma descida no valor do comércio mundial que chega aos 9%. Será a primeira vez que isto acontece em 50 anos. A crise que os países mais desenvolvidos enfrentam, de acordo com o FMI, continuará a afectar os países em desenvolvimento, incluindo os de África, enquanto o aumento do desemprego e a pobreza poderão causar distúrbios civis e, nalguns casos, poderão mesmo levar à guerra.

Espero que, tendo em conta a crise e as suas repercussões que continuarão a fazer-se sentir nos próximos anos, a Estratégia de Cooperação UE-África seja alterada da forma adequada, de modo a impedir este tipo de distúrbios civis, ou até eventualmente um conflito armado, cuja causa estará na crise económica mundial.

Juan Fraile Cantón (PSE). - (ES) Senhor Presidente, os Chefes de Estado e de Governo da União Europeia aprovaram em Lisboa, em Dezembro de 2007, a Estratégia Conjunta UE-África e o primeiro Plano de Acção para a sua execução.

Na génese desta estratégia contam-se três factos. O primeiro é o facto de, no continente africano, os processos de paz e de consolidação gradual dos regimes democráticos co-existirem com conflitos persistentes, como o que se regista no Darfur, elevados níveis de pobreza e a emergência de fenómenos como os fluxos maciços de emigração ilegal.

O segundo é o facto de a África Subsariana ser a região mais pobre do planeta, a esperança de vida da sua população ser baixa, os níveis de educação e literacia serem reduzidos e o crescimento demográfico ser elevado. Trezentos milhões de pessoas sobrevivem com menos de 1 euro por dia.

O terceiro é o facto de África ser a localização física das grandes pandemias, o local onde mais de dois terços das pessoas infectadas com o vírus da SIDA vivem e onde ocorrem 90% das mortes provocadas pela malária.

No ano passado, realizámos escassos progressos na consecução das metas a que nos propusemos e, tendo em conta que o plano de acção abrange o período que medeia até 2010, é forçoso actuar com prontidão em dois domínios importantes. Em primeiro lugar, é necessária cooperação em matéria de governação democrática, reforço das instituições e valorização do papel da sociedade civil, prestando particular atenção às políticas de género. Em segundo lugar, é necessária cooperação com vista a dar resposta às necessidades sociais de base, à luta contra a fome e ao lançamento de políticas de desenvolvimento nas áreas da educação, saúde e acesso a recursos essenciais como a água.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). - (PL) Senhor Presidente, a parceria que debatemos hoje é a resposta às necessidades de África, na medida em que oferece apoio ao processo de democratização nos países africanos e ao exercício dos direitos humanos e, simultaneamente, assegura um forte envolvimento bilateral na luta contra as alterações climáticas e no domínio da segurança energética.

Actualmente, tendo em vista a crescente co-dependência global e responsabilidade comum, também precisamos do empenho dos países potencialmente mais frágeis. Tomemos a luta contra as alterações climáticas como um exemplo. Muito embora África seja o continente que menos tem contribuído para poluir a nossa atmosfera, é o que sentirá as consequências mais acentuadamente. Razão por que precisamos de

incluir os países africanos na luta contra as alterações climáticas, especialmente levando-os a recorrer o mais possível a fontes de energia renovável que estão à disposição destes países.

Alguns países têm intenção de atrair países africanos para a sua esfera de influência. Isto não deve acontecer. África não precisa de ser controlada, pelo contrário, precisa de ser ajudada e apoiada. Paralelamente, cumpre-nos também tratar África como um parceiro igual, e não simplesmente como um destinatário de ajuda financeira. O facto de se estar em pé de igualdade contribui grandemente para um maior nível de compromisso.

Louis Michel, *Membro da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, gostaria de agradecer aos diferentes oradores.

Apraz-me verificar a vossa satisfação com os primeiros resultados, mas claro está que isto ainda não é suficiente. Temos de compreender que as coisas só estão a funcionar há um ano e que o ritmo deverá acelerar em 2009.

Concordo com a essência das diferentes intervenções, e as questões levantadas correspondem perfeitamente às minhas convicções. É óbvio que não pode haver desenvolvimento se não houver apropriação, como diziam o senhor deputado Hutchinson e a senhora deputada Morgantini. É óbvio, também, que o papel dos parlamentos nacionais e o papel da sociedade civil se revestem da maior importância.

Por outro lado, lamento que não tenha sido possível operar uma reforma profunda nos mecanismos institucionais que regem a responsabilidade deste Parlamento pela política de desenvolvimento. Lembro-me que V. Exas. solicitaram que os documentos de estratégia por país não fossem debatidos apenas aqui, mas também nos parlamentos nacionais dos países parceiros. O Conselho Europeu não me autorizou a fazê-lo, e foi por isso que transmiti os documentos de estratégia por país à assembleia parlamentar paritária. Através desse canal, V. Exas. enviaram-nos aos diferentes parlamentos da Europa, mas tudo isso não conduziu a qualquer espécie de regra institucional, como eu esperava sinceramente que acontecesse. Relembraria ainda, neste contexto, que essa continuará a ser uma das minhas prioridades absolutas, pois poderíamos fazer enormes progressos se o Fundo Europeu de Desenvolvimento fosse incluído no orçamento. Enquanto tal não acontecer, continuaremos a ter escassas razões para não deixar o Parlamento Europeu desempenhar o papel que deveria desempenhar e, consequentemente, o Comissário responsável pelo Desenvolvimento ver-se-á por vezes numa situação de impotência. Seria muito mais simples se eu pudesse debater as prioridades, os programas e os projectos aqui, no Parlamento; isso permitir-me-ia avançar, reforçado por esse apoio. Infelizmente, ainda não é assim. Espero que lá cheguemos.

Também não quero deixar de focar algumas questões que não me parecem correctas. Recordar-vos-ia que, no ano passado, a nível europeu, gastámos a contribuição da Comissão e dos Estados-Membros, sabendo que cada uma das partes concorria com 46 mil milhões de euros. No entanto, temos um atraso de 1,7 mil milhões relativamente ao programa, ou, digamos assim, ao objectivo que havia sido estabelecido. Não estou de todo satisfeito com esta situação e julgo que vamos ter de lutar por isso no futuro. O Parlamento terá de ser um verdadeiro embaixador desta mensagem e terá de exercer pressão. Vamos precisar de toda a força de que dispomos a nível político para impelir simplesmente os Estados-Membros a honrarem os seus compromissos de 2005. Não será fácil. Lembro-me ainda da luta que travámos pelos mil milhões da "facilidade alimentar". Isso não foi fácil, mas obtivemos boas condições. Conseguimos uma verba adicional de mil milhões, mas esta foi repartida por três anos em vez de dois. Felizmente, porém, os projectos estão a avançar e a sua execução está a evoluir de forma positiva. Por conseguinte, estou inteiramente de acordo, naturalmente.

Membro da Comissão. – (EN) Não pretendemos reabrir o debate sobre o CAD. Alguns ajustamentos estão ser discutidos à margem, como, por exemplo, as missões de manutenção de paz.

(FR) Por conseguinte, não temos intenção de reabrir esse debate. Devo dizer, aliás, que sou muito prudente. Não sou particularmente favorável à reabertura deste debate, pois, se o fizéssemos, iríamos mesmo ver certos Estados-Membros participar no sentido de incluírem tudo e mais alguma coisa no orçamento para este efeito.

Devo dizer-lhe, Senhor Deputado Cook, que não concordo quando se diz que perdemos os nossos ideais. Penso que isso não é verdade. Acho que basta ouvir as vozes neste Parlamento para compreender que continuamos profundamente empenhados em defender os países em desenvolvimento. É incorrecto afirmar que não estamos a contribuir para a solução. É evidente que não se pode esperar que possamos resolver todos os problemas, mas não me atrevo a imaginar o que seria do mundo pobre sem a ajuda europeia.

Essa ajuda não é suficiente, concordo inteiramente, mas representa 57% da ajuda mundial. Infelizmente, penso que não podemos debater isso agora, mas a questão de saber se a ajuda europeia dos nossos Estados-Membros ou da Comissão continua a atingir os seus objectivos ou continua a ser eficaz – se continua

a ser forma correcta de trabalhar – é um aspecto diferente. Gostaria que neste debate voltássemos a debruçar-nos sobre a questão da introdução, ou não, do apoio orçamental e das condicionalidades, pois, tal como vós, estou muito reticente em relação a estas últimas.

Posto isto, resta-nos ainda de saber o que queremos. Se quisermos ter um Governo que se aproxime da sociedade civil ou que procure fazer com que a sua população – ou, em certos casos, o seu parlamento, – participe, todos teremos de reconhecer que é preciso impor condições, pois por vezes não basta dizermos simplesmente a um Governo que “esperamos que faça isto ou aquilo”, na basta fazermos apelos encarecidos ou simples sugestões amigáveis. Porém, a questão em torno das condicionalidades – não gosto do termo condicionalidade e prefiro falar de critérios – não deixa de ser importante. Quando falamos, por exemplo, de perfis de governação, penso que é bastante normal que se possa definir um. Esses perfis não foram utilizados para definir o orçamento da iniciativa. Continua a ser bastante normal que se faça uma análise dos perfis dos governos de cada país quando nos preparamos para lhes conceder 25 ou mesmo 30% de incentivos financeiros adicionais. Todos estes debates estão abertos. Não pretendo encerrá-los, mas espero realmente que a dado momento possamos fazê-lo.

Saltarei todas as considerações sobre a China. Penso, naturalmente, que essa é uma boa discussão. Claro está que eu acho que os países em desenvolvimento têm o direito de colocar na concorrência toda a cooperação que entenderem. A África já não é território exclusivo da Europa, e ainda bem. Este é um aspecto que considero importante.

É de facto conveniente questionar a qualidade das políticas de desenvolvimento que são desenvolvidas entre a China e África. Não podemos criticá-los por o fazerem, mas podemos interrogar-nos. Por exemplo, há alguns meses que recebo relatórios sobre contratos chineses na República Democrática do Congo. Não digo que estes sejam maus contratos, mas simplesmente que há toda uma série de questões que merecem respostas. Neste momento estamos a preparar essas respostas, especialmente no que respeita à questão da garantia de Estado, pois estamos perante um acordo feito com uma empresa privada, perante a percentagem dos empréstimos relativamente à das dádivas, perante o facto de isso não ter sido submetido a concurso público e o facto de se tratar praticamente do mesmo montante da dívida do país ao Fundo Monetário Europeu. Todas estas são questões para as quais é preciso encontrar uma solução, mas não através da denúncia deste tipo de relação. Os países africanos têm o direito de concluir também acordos de parceria com os chineses. Não voltarei a este ponto.

Eu penso, senhora deputada Morgantini, que V. Exa. pôs o dedo em certas questões que já tinham sido assinaladas pelo senhor deputado Hutchinson. É claro que o verdadeiro problema consistirá sempre em garantir que a relação entre nós e os países em desenvolvimento seja uma verdadeira parceria. Penso que a Cimeira de Lisboa representou um progresso significativo, pois pelo menos lavrámos nos textos os princípios de uma nova filosofia de parceiros iguais no que se refere a direitos e deveres.

No entanto, ainda não chegámos onde temos de chegar, e este é um dos elementos que está ligado à apropriação e, quando possível, ao apoio orçamental. Está ligado à apropriação pela sociedade civil e pelo debate ao nível dos parlamentos. Penso que a senhora deputada tem razão e que são certamente estas as áreas em que temos de trabalhar.

A senhora deputada colocou uma outra questão que realmente me interpela e que é, em minha opinião, um assunto de debate: “Como podemos chegar a uma melhor harmonização, a uma melhor cooperação, a uma melhor divisão do trabalho para melhor apoiar a política mundial de desenvolvimento entre os diferentes parceiros, o papel do Banco Mundial, da OMC, do Fundo Monetário, da Comissão e de todos os grandes dadores?”

É verdade que, neste momento – como já foi dito noutra reunião –, há sobreposições e duplicações. Há até competição, que nem sempre é uma competição útil. Posso dizer-lhe que nestes dois últimos anos foram realizados grandes progressos, especialmente com o Banco Mundial. Posso dizer-lhe que o facto de ver a nova mensagem, a nova estratégia e a nova filosofia que detecto no Banco Mundial me deixa bastante optimista. Por conseguinte, existe espaço para outro tipo de cooperação, outro tipo de colaboração entre os diferentes parceiros, e penso que a senhora deputada pôs realmente o dedo numa questão fundamental que vamos ter analisar mais a fundo.

Claro está que a boa governação é um elemento de suma importância, e foi por essa razão que previmos o pacote governação.

A senhora deputada Gomez focou a importante questão dos efeitos da crise financeira na situação económica e social dos países em desenvolvimento. Praticamente todos os especialistas estão hoje de acordo em dizer que haverá no mínimo uma redução de 2% do crescimento, o que representa mais 50 milhões de pobres. Temos de estar cientes disso.

Pela parte que nos toca, ficaria muito contente se os Estados-Membros honrassem as promessas que fizeram em 2005. Asseguro-vos que vamos ter de lutar duramente em conjunto para obrigar os Estados-Membros a fazê-lo.

Em segundo lugar, estou a preparar uma comunicação – o pacote de Abril, que prometi –, que vai para além da ajuda pública ao desenvolvimento e vai procurar mobilizar toda uma série de orçamentos sectoriais da Comissão a favor das políticas de desenvolvimento. Devo dizer-lhe que há algumas pistas realmente interessantes. Estou também a trabalhar nesse pacote com o Banco Europeu de Investimento, em especial no que se prende com as infra-estruturas de apoio, a fim de procurar desenvolvê-las mais rapidamente e ter um impacto muito rápido. Em Abril, virei apresentá-lo neste Parlamento. Gostaria de dizer apenas que há ainda um elemento que considero muito importante, designadamente o papel da sociedade civil e dos parlamentos nacionais.

Terminarei com isso. O senhor deputado Hutchinson sugeriu um dia que poderiam ser realizadas algumas experiências com membros desta Câmara, e talvez também membros dos parlamentos dos nossos Estados-Membros, quanto mais não fosse para realizar debates sobre os documentos de estratégia por país, onde tal fosse possível. Tive oportunidade de o fazer em três países diferentes. Isso funcionou muito bem, mas é óbvio que funcionou muito bem porque contámos com o apoio dos governos desses países, pois sem esse apoio essa é uma tarefa extremamente difícil. Penso, pois, que V. Exa. tem razão quando diz que mobilizar a acção dos parlamentos é certamente uma das prioridades. Em todo o caso, podem estar certos de que farei tudo o que estiver ao meu alcance para o assegurar.

Maria Martens, relatora. – (NL) Senhor Presidente, na realidade, não tenho muito mais a acrescentar. Este é o primeiro debate sobre a implementação da estratégia. Já principiámos, mas ainda estamos no início. Ainda há muitíssimo a fazer. África continua a ser o continente mais pobre. Todos os oradores chamaram a atenção para onde residem as nossas preocupações e os desafios com que nos defrontamos, quer em relação à paz e segurança, ao crescimento económico, à boa governação, à capacidade de estruturação, quer em relação ao papel dos parlamentos e da sociedade civil. O Senhor Comissário já fez os necessários comentários a este respeito.

Gostaria de lhes agradecer, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Comissário, e Colegas do Parlamento Pan-Africano. Iremos continuar a acompanhar este processo.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na terça-feira, dia 24 de Março de 2009.

18. Contratos ODM (breve apresentação)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia uma breve apresentação de um conjunto de oito relatórios, pelo que peço aos senhores deputados que respeitem escrupulosamente o tempo de uso da palavra que lhes foi atribuído para este procedimento específico, e pediria também à Comissão o favor de responder de forma sucinta e precisa, pois caso contrário teremos dificuldade em cumprir a ordem do dia. Isso também será útil para os intérpretes.

Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0085/2009) do deputado Alain Hutchinson, em nome da Comissão do Desenvolvimento, sobre os contratos ODM (2008/2128(INI)).

Alain Hutchinson, relator. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, minhas Senhoras e meus Senhores, há quase três anos que a União Europeia e os Estados-Membros se vêm empenhando em melhorar a eficácia da nossa cooperação com os países em desenvolvimento. Foram tomadas algumas iniciativas mas ainda existem fortes resistências, sobretudo no seio dos Estados-Membros. Por conseguinte, ainda há margem para grandes progressos.

O acesso a cuidados de saúde primários e a uma educação de base representa um verdadeiro sonho para milhões de pessoas, em particular para as mulheres. Todos os dias, há 72 milhões de crianças – essencialmente raparigas – que não vão à escola. A cada minuto que passa, uma mulher morre devido a complicações ligadas

à gravidez ou ao parto e, a cada três segundos, uma criança morre em virtude de uma doença que um médico poderia facilmente prevenir.

Em termos geográficos, como aliás acabámos de recordar, a África subsariana continua a ser a região do mundo a viver a situação mais catastrófica e, a manter-se a actual evolução, corre-se o risco de ser esse o caso ainda por muitos e bons anos.

Neste contexto, a ajuda orçamental – isto é, a ajuda financeira incluída directamente nos orçamentos dos países beneficiários – permite fornecer uma ajuda mais previsível e mais direccionada para sectores prioritários, o que por conseguinte a torna mais eficaz. Esta a razão por que a Comissão concebeu a ideia da celebração de "Contratos Objectivo do Milénio", que a Comissão prevê propor a um certo número de países e que têm como objectivos, nomeadamente, a aplicação dos fundos por um período de 6 anos e a realização de um acompanhamento anual que coloque a tónica nos resultados em matéria de saúde e educação.

O nosso relatório sublinha a importância de tal iniciativa, mas não deixa de suscitar uma série de questões que exigem respostas claras. Por exemplo, que critérios irá a Comissão propor que um país em desenvolvimento preencha para poder aspirar à celebração de um contrato deste tipo? Qual será a duração prevista para esta iniciativa e quais as condições para a pôr em execução? De salientar, também, que até à data a Comissão não emitiu qualquer comunicação oficial sobre esta iniciativa. Se se pretende saber um pouco mais sobre o assunto, não existem actualmente quaisquer documentos internos passíveis de consulta, para além de informação de base divulgada no sítio Internet da Comissão.

Embora a ajuda orçamental da Comissão apresente diversos aspectos positivos, como o facto de estar ligada à consecução de resultados em matéria de saúde e educação e o de, em geral, estar programada para três anos, cumpre salientar que ela está longe de ser perfeita. Para já, recorde-se que a Comissão, à semelhança da maioria dos outros dadores de ajuda, só concede ajuda orçamental aos países que estejam a aplicar um programa do Fundo Monetário Internacional. Esta situação é particularmente problemática, pois, como sabemos, estes programas podem limitar a capacidade do governo de investir no desenvolvimento devido à fixação de objectivos excessivamente ambiciosos, nomeadamente em matéria de inflação e défices orçamentais.

Mais, ainda que a Comissão opte por fornecer uma ajuda orçamental a longo prazo, nada garante que esta não se torne, ela própria, objecto de procedimentos burocráticos que, bem sabemos, implicam importantes atrasos nos desembolsos.

Por último, a ajuda orçamental enferma de uma séria falta de transparência e apropriação por parte dos países em causa e das respectivas populações. Os acordos de financiamento só raramente são tornados públicos e, já anteriormente o afirmámos, a Comissão também não inclui de forma sistemática as organizações da sociedade civil e os deputados nos seus diálogos com os governos dos países em desenvolvimento.

No entanto, é hoje amplamente reconhecido que, a bem da eficácia, o desenvolvimento deve estar totalmente nas mãos não só dos governos dos países em desenvolvimento, mas também dos seus cidadãos.

Em suma, o projecto "Contratos ODM" só poderá constituir uma oportunidade de melhoria da eficácia da nossa ajuda se for definido com toda a clareza, nomeadamente no que respeita às condições de elegibilidade, aplicação e avaliação. O nosso relatório sublinha, pois, a importância desta iniciativa, mas não deixa de exortar a Comissão a proceder com cautela, a definir muito mais claramente as suas intenções e a responder às questões concretas suscitadas no relatório.

Não quero terminar sem remeter por uns breves instantes para o relatório especial do Tribunal de Contas sobre "Ajuda ao desenvolvimento concedida pela CE aos serviços de saúde na África Subsariana", recentemente publicado e cujas conclusões são preocupantes. Nele se constata que as contribuições da ajuda pública para o sector da saúde não registaram, do ponto de vista financeiro, qualquer aumento desde 2000. Além disso, ao que parece, a ajuda orçamental foi muito pouco canalizada para o sector da saúde na África Subsariana. Compreenderá, pois, Senhor Comissário, a razão por que no nosso relatório insistimos em que é absolutamente essencial centrarmo-nos mais no sector da saúde, com a ressalva, porém, de que nada nos garante que serão os contratos ODM que nos farão alcançar tal objectivo.

Louis Michel, *Membro da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, antes de mais, os meus agradecimentos à Comissão do Desenvolvimento e ao seu relator, senhor deputado Hutchinson, por um relatório que retoma uma série de considerações e preocupações que partilhamos na íntegra.

Se queremos alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) até 2015, temos de assegurar uma maior e melhor ajuda ao desenvolvimento mas, também, uma ajuda que seja muito mais previsível e menos volátil, como o vosso relatório no-lo recorda, e bem.

Será obviamente através de uma combinação de múltiplos instrumentos que desenvolveremos os esforços nesse sentido mas sou de opinião que a ajuda orçamental, seja ela de carácter geral ou sectorial, continua a ser, nos países onde seja viável, o instrumento melhor adaptado e mais adequado.

A ajuda orçamental é a melhor forma de reforçar os sistemas e os processos nacionais, aumentando a apropriação pelos países, facilitando a harmonização, reduzindo os custos de transacção e melhorando, dessa forma, a gestão das despesas públicas, e ainda acelerando a consecução dos objectivos de desenvolvimento.

A Comissão já aumentou largamente a utilização da ajuda orçamental e voltará a fazê-lo ao longo dos próximos seis anos, no quadro do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). É no intuito de tornar este instrumento mais eficaz e mais previsível que a Comissão concebeu, após consulta dos Estados-Membros e outras partes interessadas, uma forma de apoio orçamental a mais longo prazo, que designámos por "Contrato ODM", para os países que preenchem determinados critérios: bom desempenho no passado, gestão fiável das finanças públicas, política sectorial adequada, entre outros. O Contrato ODM é a evolução natural das ajudas orçamentais de carácter geral, não apenas pela sua maior previsibilidade mas também, e sobretudo, por se focalizar nos resultados e poder dar uma resposta graduada em função do desempenho. Os países em questão são países nossos parceiros comprometidos em focalizar as suas políticas, e por conseguinte as suas despesas orçamentais, na consecução dos ODM.

O Contrato ODM oferece os seguintes elementos fundamentais: um compromisso de seis anos, isto é, seis anos completos contra uma duração normal de três anos para as ajudas orçamentais de carácter geral; um pagamento garantido fixo de pelo menos 70% do compromisso total, contanto que não haja rotura das condições de exigibilidade nem dos elementos essenciais e fundamentais da cooperação; uma componente variável de até 60%, destinada a recompensar o desempenho com vista à consecução dos ODM e associada a indicadores de resultados, sobretudo nos domínios da saúde e educação, bem como aos progressos na gestão das finanças públicas.

Os países elegíveis são os que já procederam de forma satisfatória à execução de ajudas orçamentais no âmbito do 9.º FED, bem como os que dão mostras de um forte empenho em assegurar o acompanhamento e a consecução dos ODM. Pretende-se assim melhorar a gestão dos recursos orçamentais de países onde existe uma boa coordenação entre os doadores.

Após a avaliação de dez países, a Comissão aprovou contratos ODM com sete de entre eles: o Burquina Faso, o Gana, o Mali, Moçambique, o Ruanda, o Uganda, a Tanzânia e a Zâmbia. Estes programas foram apresentados e aprovados pelos Estados-Membros em Dezembro último. Três dos contratos já foram assinados: com a Zâmbia e o Ruanda – que assinei pessoalmente – e com o Mali. Os restantes serão finalizados nas próximas semanas. Colectivamente, estes sete programas representam aproximadamente 1,8 mil milhões de euros, isto é, cerca de 50% do conjunto do apoio orçamental geral e cerca de 14% do total dos programas indicativos nacionais no âmbito do 10.º FED.

É claro que vamos procurar – como aliás o vosso relatório nos incentiva a fazer – alargar esta medida a outros países, incluindo Estados não ACP, a partir da experiência que adquiriremos nestes primeiros países. Naturalmente que haverá que conceber outras abordagens para países ainda não elegíveis para receber ajuda orçamental, mas o contrato ODM já constitui um contributo importante para melhorar a eficácia da ajuda e acelerar os progressos rumo à consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Presidente. - Está encerrada a apresentação.

A votação terá lugar na terça-feira, dia 24 de Março de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Toomas Savi (ALDE), por escrito. – (EN) Os contratos ODM prometem constituir uma mudança significativa rumo a um roteiro mais claro para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. É, naturalmente, importante que o potencial desses contratos não seja diminuído por procedimentos administrativos excessivos da Comissão, como a relatora salientou.

O carácter condicional da ajuda ao desenvolvimento da UE só poderia prevalecer se a UE operasse em monopólio, como o único prestador de ajuda ao desenvolvimento. Actualmente, os nossos esforços em África, por exemplo, são, em boa medida, em vão, uma vez que a República Popular da China está a praticar dumping político ao prestar ajuda sem impor quaisquer requisitos relativos à transição para a democracia, ao Estado de direito ou ao respeito dos direitos humanos.

Alguns governos em África poderão contornar os processos burocráticos da Comissão, rejeitando a nossa oferta de ajuda ao desenvolvimento, o que é extremamente perigoso, uma vez que assim perdemos a oportunidade de orientar esses países na direcção certa.

Peço à Comissão que responda a esta preocupação, simplificando os procedimentos ao mesmo tempo que mantém um controlo suficiente sobre o desembolso dos recursos disponibilizados.

19. Responsabilidade social das empresas subcontratantes nas cadeias de produção (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0065/2009) do deputado Lasse Lehtinen, em nome da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, sobre a responsabilidade social das empresas subcontratantes nas cadeias de produção (2008/2249(INI)).

Lasse Lehtinen, relator. – (FI) Senhor Presidente, Senhor Comissário, as cadeias de subcontratação são comuns nas empresas, ajudando a organizar o trabalho de forma eficiente e flexível. São também essenciais para que o mercado interno funcione correctamente e constituem uma rede económica e logística necessária.

No entanto, por uma questão de viabilidade dos mercados e de protecção do consumidor, é essencial utilizar a legislação para definir as principais responsabilidades de contratantes e subcontratantes. Neste relatório, a Comissão é exortada a criar um instrumento jurídico claro que introduza a responsabilidade do contratante a nível europeu, respeitando simultaneamente os diferentes sistemas jurídicos em vigor nos Estados-Membros e os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.

Oito Estados-Membros dispõem já de legislação nesse sentido, mas precisamos também de conseguir regular as relações entre cadeias de subcontratação a nível comunitário. Os problemas comuns europeus têm de ser resolvidos através de regras comuns. Caso contrário, os países que não regulamentaram esta área de negócio poderão distorcer a concorrência à custa dos outros.

Esta é, por conseguinte, não só uma questão de protecção dos trabalhadores, mas também de garantia da competitividade das empresas que respeitam as regras. Trata-se, em suma, de prevenção da economia paralela. Enquanto as cadeias de subcontratação constituírem uma forma sub-reptícia de manter os salários baixos e evitar pagar impostos e contribuições sociais, os encargos recairão sobre o contribuinte e as empresas concorrentes, a maioria das quais são pequenas e médias empresas. Também os subcontratantes, que são frequentemente pequenas empresas, precisam de regras claras quando trabalham para grandes contratantes.

Já vimos como os sistemas específicos de cada país agem também como forças preventivas. O limiar para os empregadores descurem as suas obrigações será mais elevado, se as pessoas souberem que serão punidas por actividade criminosa.

É do interesse de todos os Europeus a adopção de condições mínimas de emprego e de regras claras. A mão-de-obra poderá, então, deslocar-se com segurança de um país para outro, as empresas poderão confiar nos contratos e os consumidores poderão ter a certeza de que o custo de um produto ou serviço é justo e foi estabelecido de forma transparente. Não é por acaso que o relatório fala especificamente da responsabilidade social das empresas.

Louis Michel, Membro da Comissão. – (FR) Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, a Comissão acolhe muito favoravelmente este relatório.

Por maior que seja a importância da subcontratação para aumentar a produtividade e a competitividade, reconhecemos plenamente a necessidade de medidas eficazes para garantir que a subcontratação não encoraje nem facilite o desrespeito das condições de emprego, nomeadamente no caso de longas cadeias de subcontratação. Importa estabelecer sanções adequadas, eficazes e dissuasivas para assegurar que os subcontratantes cumpram cabalmente com as suas obrigações legais e contratuais, sobretudo no que respeita aos direitos dos trabalhadores. Uma maior transparência no processo de subcontratação conduzirá a uma

maior protecção geral dos direitos dos trabalhadores, um aspecto a que a Comissão atribui – e continuará a atribuir – uma importância especial.

Se por um lado concordo com o princípio geral, preconizado no vosso relatório, segundo o qual os problemas europeus necessitam de soluções europeias, por outro, no que respeita à conclusão enunciada no n.º 14 do relatório – segundo a qual o problema não pode ser resolvido senão através da instituição de um instrumento jurídico comunitário claramente definido, que introduza a responsabilidade solidária a nível europeu –, usaria de mais prudência.

O relatório parece igualmente apontar nesse sentido no n.º 15, onde solicita uma avaliação de impacto sobre a mais-valia e a viabilidade de um tal instrumento comunitário. No que se refere ao apelo dirigido à Comissão no n.º 25, visando assegurar o cumprimento eficaz da Directiva relativa ao destacamento de trabalhadores, gostaria de assinalar que criámos recentemente um grupo de trabalho de alto nível em matéria de destacamento de trabalhadores. Este grupo de trabalho é composto por representantes dos Estados-Membros e dos parceiros sociais e tem por objectivo melhorar a aplicação prática da directiva e, concretamente, a cooperação administrativa entre os Estados-Membros. O grupo terá a sua primeira reunião em 25 de Março.

A este respeito, gostaria de mencionar um estudo intitulado "*Liability in subcontracting processes in the European construction sector*" ("Responsabilidade nos processos de subcontratação no sector de construção europeu"), publicado em 2008 pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, que põe em evidência importantes diferenças quer entre os sistemas nacionais de responsabilidade solidária, quer em termos da sua eficácia. Este estudo assinala igualmente o facto de que parece não existir uma solução universal, e recomenda a prossecução dos debates e da investigação, nomeadamente no respeitante às questões transfronteiriças.

O problema que estamos a procurar resolver é de ordem social, mas a solução proposta tem claramente implicações que vão muito além do domínio social. Convém, pois, analisar em pormenor as suas repercussões económicas e jurídicas.

Estou inteiramente de acordo em que este problema merece uma investigação mais aprofundada e que, antes de apresentar uma proposta legislativa, devemos estudar com atenção diversos métodos não regulamentares para tratar um determinado número de aspectos focados no relatório, a saber: a melhoria da cooperação e da coordenação entre os organismos administrativos nacionais, as inspecções e outras agências executivas governamentais; a sensibilização para as boas práticas entre as empresas, bem como para as orientações e normas existentes; iniciativas em matéria de responsabilidade social; e acordos de empresa transnacionais que já contêm disposições inovadoras no tocante aos procedimentos de avaliação de riscos e à supervisão dos subcontratantes.

Presidente. - Está encerrada a apresentação.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 26 de Março de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Proinsias De Rossa (PSE), por escrito. – (EN) O aumento da subcontratação na Europa tem tido consequências profundas nas relações laborais. Não é apenas a mão-de-obra que é subcontratada. As obrigações legais e financeiras associadas, tais como o respeito das normas relativas a salários e condições de trabalho e o pagamento de impostos e contribuições para a segurança social são, deste modo, também externalizadas para subcontratantes e agências de emprego. A subcontratação pode servir cada vez mais como meio para reduzir a responsabilidade social directa, o que é preocupante.

Assim sendo, a ideia da responsabilidade solidária é crucial para assegurar que as empresas assumam a responsabilidade pelas práticas dos seus subcontratantes. Torna-se claramente mais difícil fazer cumprir as obrigações legais em cadeias longas e complexas de empresas interligadas. Isto é particularmente verdade num contexto transfronteiriço onde é possível estabelecer vários níveis de subcontratação, em diferentes Estados-Membros, e sujeita a diferentes regras. Neste momento, apenas oito Estados-Membros dispõem de legislação nacional que cobre a responsabilidade das empresas subcontratantes.

Apoio vivamente este relatório aprovado pela Confederação Europeia dos Sindicatos, que exorta a Comissão a instituir um instrumento jurídico comunitário claramente definido que introduza a responsabilidade solidária a nível europeu, e que solicita ainda à Comissão que dê início a uma avaliação da viabilidade de um instrumento relativo à responsabilidade da cadeia, como meio de aumentar a transparência nos processos de subcontratação.

20. Acordo de comércio livre UE - Índia (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0131/2009) do deputado Sajjad Karim, em nome da Comissão do Comércio Internacional, sobre um acordo de comércio livre entre a União Europeia e a Índia (2008/2135(INI)).

Syed Kamall (PPE-DE), em substituição do relator. – (EN) Senhor Presidente, passo o tempo a explicar às pessoas neste Parlamento que eu não sou o senhor Karim mas sim o senhor Kamall. Por isso, deve fazer confusão a muita gente ouvir o senhor Kamall pronunciar-se sobre o relatório Karim. Falo em seu nome porque, por motivos imprevistos, ele não pode estar aqui presente esta noite, facto pelo qual pede desculpas.

O seu relatório cobre, de maneira eficaz, o comércio de bens, serviços, investimentos e propriedade intelectual, bem como as questões ligadas ao desenvolvimento. Foi agora apresentada uma resolução comum alternativa dos grupos PPE-DE, ALDE e UEN, porque existia a percepção de que a decisão original da comissão parlamentar resultou de uma votação pouco representativa que manteve várias cláusulas proteccionistas intactas no relatório. A resolução alternativa realça melhor a importância que a Índia representa para a Europa, enquanto parceiro comercial, e as vantagens que a liberalização do comércio pode proporcionar a ambas as partes.

A UE e a Índia iniciaram, em Junho de 2007, as negociações sobre o que foi designado como um acordo de comércio livre, mas a que muitos provavelmente chamariam, de forma mais correcta, um acordo de comércio preferencial. O relatório apela à conclusão de um acordo de comércio livre abrangente, ambicioso e equilibrado entre a UE e a Índia, que melhore o acesso ao mercado para bens e serviços, cobrindo substancialmente muitas áreas do comércio e incluindo disposições sobre a transparência regulamentar em áreas relevantes para o investimento comercial mútuo, bem como aspectos como as normas sanitárias e fitossanitárias, a protecção da propriedade intelectual, a facilitação do comércio e as alfândegas.

Os pontos principais do relatório indicam que, considerando o comércio de bens, a média dos direitos aduaneiros aplicados pela Índia desceu para níveis semelhantes aos de outros países asiáticos, ascendendo actualmente a 14,5 %, ao passo que, na UE, é de 4,1 %. Observa também as preocupações da Índia relativamente às repercussões do REACH, ao custo dos certificados de exportação de frutas para a UE e aos custos dos procedimentos de conformidade para a marcação CE, e salienta que estas questões devem ser resolvidas no acordo de comércio preferencial.

O relatório salienta também que a liberalização dos serviços não deve, de modo algum, prejudicar o direito de regular o sector, incluindo os serviços públicos. Contudo, importa também reconhecer que, muito frequentemente, o Estado não é capaz de prestar os chamados serviços "públicos" e, por isso, os agentes não estatais – o sector privado – têm um papel a desempenhar na prestação de serviços essenciais aos pobres, sobretudo quando o próprio Estado não consegue fazê-lo por meios próprios, muitas vezes devido à falta de verbas.

O comércio de serviços entre a UE e a Índia é relativamente desequilibrado, uma vez que a UE exporta 1,5 % dos seus serviços para a Índia, mas é destinatária de 9,2 % das exportações de serviços da Índia. O relatório também incentiva a Índia a desenvolver legislação adequada de protecção de dados para assegurar que, no âmbito do comércio de serviços, possamos ter confiança na capacidade das empresas indianas em gerir grandes quantidades de dados, na medida em que existem preocupações quanto à protecção dos dados.

O relatório reconhece igualmente que os capítulos relativos ao investimento foram, muitas vezes, acompanhados de promessas de liberalização dos movimentos de capitais e de renúncia ao controlo de capitais. Solicitamos, por isso, à Comissão que evite incluir este tipo de cláusulas, dada a importância do controlo de capitais – em particular no caso de países em desenvolvimento – para a redução do impacto da crise financeira.

O relatório prossegue congratulando-se com o empenhamento da Índia num regime forte de protecção da propriedade intelectual e na utilização das flexibilidades existentes no Acordo TRIPS para satisfazer as suas obrigações em matéria de saúde pública. Devemos, uma vez mais, ter consciência de que o excesso de obrigações em matéria de saúde pública pode, por vezes, impedir o acesso aos medicamentos por parte dos cidadãos dos países mais pobres, por não existirem incentivos às empresas farmacêuticas para desenvolver medicamentos para esses países.

Finalmente, o relatório reconhece que um capítulo substancial sobre o desenvolvimento é uma parte fundamental de qualquer acordo comercial, e que devemos assegurar o comércio e o investimento directo estrangeiro. Reconhece também a existência de preocupações, designadamente neste Parlamento, no que

toca às normas ambientais e à legislação fundamental em matéria de trabalho e de saúde e segurança no trabalho. Importa igualmente reconhecer que, na busca de um certo equilíbrio entre as questões do comércio e a protecção ambiental, as normas da OIT, etc., o prato da balança pode, por vezes, pender demasiado para um lado, acabando por dar precedência a estes aspectos em detrimento do comércio e condenando os países pobres a uma pobreza ainda maior, ao dificultar o desenvolvimento das capacidades dos empreendedores nesses países.

Louis Michel, *Membro da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao Parlamento Europeu o vivo interesse manifestado em relação às nossas negociações com vista a um acordo de comércio livre entre a União Europeia e a Índia.

Estou particularmente reconhecido ao senhor deputado Kamal e à Comissão do Comércio Internacional pelo excelente trabalho que, juntamente com a Comissão dos Assuntos Externos e a Comissão do Desenvolvimento, realizaram na elaboração do relatório sobre o Acordo de Comércio Livre UE-Índia. As trocas de impressões com o Parlamento foram muito abrangentes e a proposta de resolução aborda praticamente todos os aspectos passíveis de negociação na perspectiva de um acordo de comércio livre entre a União Europeia e a Índia. As opiniões expressas constituem um útil instrumento para as nossas negociações de acordos de livre comércio.

Quando nos referimos ao Acordo de Comércio Livre UE-Índia, é importante ter em conta o contexto geral e a complexidade das nossas relações estratégicas com a Índia, incluindo o Acordo de Cooperação de 1994 e o Plano de Acção Conjunta, para citar apenas duas das principais iniciativas e dos diálogos que temos estabelecido com a Índia.

Estamos convictos de que é extremamente importante trabalharmos com a Índia para levarmos a bom termo as negociações de um acordo de comércio livre ambicioso, em que ambas as partes – União Europeia e Índia – serão ganhadoras.

Quanto mais ambicioso for o acordo de comércio livre, maiores os benefícios económicos que aproveitarão a cada uma das partes – a União Europeia e a Índia. Eis uma das principais conclusões do estudo de impacto e desenvolvimento sustentável realizado, a par das negociações, por um consultor independente.

O estudo de impacto e desenvolvimento sustentável teve por objectivo analisar o impacto social, económico e ambiental do futuro acordo de comércio livre e identificar medidas de acompanhamento eventualmente necessárias.

Esse estudo de impacto e desenvolvimento sustentável encontra-se actualmente na sua fase final e deverá estar disponível em Abril, ou seja, bem a tempo de acompanhar as negociações em curso.

Se me permitem, informar-vos-ei sucintamente do estado de adiantamento destas negociações. Desde o seu lançamento, em Junho de 2007, tiveram lugar seis sessões de negociação, a última das quais na última semana, em Deli, de 17 a 19 de Março. Contamos convocar duas sessões suplementares este ano, idealmente após as eleições indianas, em Abril, e antes da Cimeira UE-Índia, a realizar em Novembro.

Relativamente ao conteúdo destas negociações, têm sido realizados progressos em todas as questões abrangidas pelo acordo de comércio livre, mas ainda temos muito trabalho pela frente.

Mais concretamente, trocámos propostas de tarifação, travámos profícuos debates sobre vários sectores de serviços fundamentais e avançámos na discussão dos textos em quase todos os domínios do acordo. No entanto, ainda estamos longe de um acordo.

Antes de terminar, gostaria uma vez mais de manifestar a gratidão da Comissão ao Parlamento e ao relator. A Comissão aguarda com expectativa outras oportunidades de cooperação eficaz com o Parlamento.

Presidente. - Está encerrada a apresentação.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 26 de Março de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Kader Arif (PSE), *por escrito*. – (FR) Na passada quarta-feira, o nosso Parlamento expressou a sua opinião sobre o futuro acordo de comércio livre entre a União Europeia e a Índia. Graças ao trabalho dos socialistas, o texto aprovado em comissão chama a atenção para a fragilidade económica e social da Índia, um país em que 80% da população vive com menos de dois dólares por dia. Para fazer face a esta realidade, o Grupo

Socialista no Parlamento Europeu apresentou diversas alterações para lembrar que qualquer reforço das relações comerciais da UE com a Índia devem ser acompanhadas de um quadro rigoroso, a fim de impedir a liberalização dos serviços públicos, garantir o acesso à saúde pública e aos medicamentos essenciais e proteger os interesses das pessoas e sectores mais vulneráveis. Não é de estranhar que a direita neste Parlamento tenha formado uma aliança para propor em plenário um texto muito mais liberal, que preconiza, em particular, a liberalização dos serviços bancários, de seguros e postais, bem como dos contratos de direito público. Na votação de quarta-feira, defenderei a visão socialista de um comércio justo e equitativo e opor-me-ei a qualquer tentativa da direita de recuar em relação a estes princípios.

Rovana Plumb (PSE), por escrito. – (RO) O comércio de produtos da UE com a Índia mais do que duplicou em termos de valor entre 2000 e 2007. As exportações subiram de 13,7 mil milhões de euros para 29,5 mil milhões de euros, enquanto as importações subiram de 12,8 mil milhões de euros para 26,3 mil milhões de euros. Em 2007, a Índia respondeu por 2,4% das exportações da UE e 1,8% das importações da UE, e foi o nono parceiro comercial mais importante da UE.

Saúdo este relatório porque apela à conclusão de um ACL (Acordo de Comércio Livre) abrangente, ambicioso e equilibrado entre a UE e a Índia, que melhore o acesso ao mercado para bens e serviços, cobrindo substancialmente todo o comércio, incluindo disposições sobre a transparência regulamentar em áreas relevantes para o comércio e investimento mútuos, incluindo normas e avaliação de conformidade, MPS, DPI, incluindo aplicação, facilitação do comércio e alfândegas, contratos públicos, comércio e concorrência, para além de cláusulas em matéria de comércio e desenvolvimento e direitos humanos como elemento essencial do ACL.

Gostaria de salientar que o ACL deverá contribuir para:

- alcançar maiores benefícios bilaterais para um número de cidadãos sempre mais elevado
- alcançar os Objectivos do Milénio, incluindo os que visam impedir a degradação ambiental e observar as normas sociais.

Bogusław Rogalski (UEN), por escrito. – (PL) A Índia é um país de contrastes. A sua imagem no mundo tem sido influenciada pelo excesso de população, pobreza, (80% da população indiana vive com menos de 2 dólares americanos por dia) e pela doença. Ultimamente, o progresso no domínio da economia contribuiu para transformar a Índia numa das principais economias mundiais. Contudo, a contribuição da Índia para o progresso nos domínios da medicina, tecnologia e investigação espacial contrasta com as insuficiências ao nível de produtos alimentares e água limpa que afectam o país.

A UE é o maior investidor estrangeiro e parceiro comercial da Índia. Em 2007, o investimento da UE ascendeu aos 65% de todo o investimento na Índia. O investimento da Índia na UE também registou uma subida, muitas vezes superior, durante os últimos anos. A UE deverá centrar a sua atenção em garantir um regime comercial multilateral, baseado em certos princípios tal como definidos pela OMC, que oferece as melhores oportunidades para o estabelecimento de relações comerciais a nível internacional, justas e honestas.

Porém, temos de sublinhar a necessidade de a Índia combater o generalizado problema da fome; em termos dos indicadores mundiais sobre a fome, a Índia ocupa a 66.^a posição em 88 países. A Índia, que é uma potência nuclear internacional, também não assinou o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Outra questão importante é o problema do trabalho infantil, sendo que as crianças têm de trabalhar em condições de perigo e não saudáveis.

Cláusulas sobre os direitos humanos e democracia devem constituir uma parte fundamental de qualquer acordo de comércio livre assinado com a Índia. Cabe-nos garantir que as normas e os acordos sociais e ambientais são respeitados.

21. Preços dos géneros alimentícios na Europa (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0094/2009) da deputada Katerina Batzeli, em nome da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, sobre os preços dos géneros alimentícios na Europa (2008/2175(INI)).

Katerina Batzeli, relatora. – (EL) Senhor Presidente, gostaria de começar por agradecer aos relatores-sombra da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e aos quatro comités da Comissão Europeia conjuntamente competentes com os quais colaborámos substancialmente na elaboração deste relatório.

Senhor Comissário, gostaria de começar por fazer uma pergunta muito simples: quando os consumidores vão ao supermercado para comprar leite ou iogurte, por que é que os compram? Será por causa do leite e do iogurte ou será por causa da garrafa e do boião? Pergunto-lhe isto porque a percepção e a atitude que têm sido engenhosamente transmitidas aos consumidores é no sentido de que estão a comprar um produto alimentar em que pesa mais a indústria que o processa, comercializa e transporta do que o próprio produto agrícola, a matéria-prima em si. Há cerca de 15 anos, a produção agrícola representava aproximadamente 50% do valor final do produto; hoje em dia, não vai além dos 20%.

Os agricultores, tanto os que cultivam a terra como os que criam gado, são agora pessoas "anónimas" para os consumidores. O seu poder de negociação, não só sobre a questão do preço final mas também sobre a preservação dos componentes qualitativos e nutricionais do produto final, está muito aquém daquele que deveriam ter.

Não estamos a tentar traçar linhas divisórias nem classificar os sectores produtivos da cadeia de abastecimento, os agricultores, os fabricantes, os grossistas e os retalhistas, como "os bons", "os maus" e "os feios", porque penso que não estamos a viver numa sociedade e numa economia do "Far West"; penso, sim, que estamos a viver numa economia assente na regulamentação do mercado interno da União Europeia, de um mercado que oferece oportunidades de crescimento e competitividade quando funciona com transparência, mas que expulsa ou elimina produtores e actividades económicas quando nele se introduzem funções ilícitas e opacas.

Por consequência, a questão que hoje temos de tratar aqui e no futuro apresenta duas vertentes:

- em primeiro lugar, a aproximação entre consumidores e produtores através de uma política de qualidade no sector alimentar, bem como o reforço e a reformulação conjunta de maneiras de facultar aos consumidores um acesso mais directo às áreas agrícolas produtivas e aos produtores agrícolas;

- em segundo lugar, a salvaguarda – e não me refiro à fixação – do rendimento dos produtores e dos consumidores através de uma política de preços transparente que inclua disposições de aplicação obrigatória em matéria de controlo e supervisão de sectores produtivos intermédios no conjunto da cadeia de abastecimento.

Como é óbvio, referimo-nos aqui sobretudo às pequenas e médias empresas a nível local e nacional, bem como às grandes empresas – empresas-mãe e filiais estabelecidas na Europa -, e aos trabalhadores, que devem funcionar segundo as condições de transparência do mercado interno e não nos termos de ramificações económicas como as dos cartéis e oligopólios.

Hoje, portanto, em que (entre outras coisas):

- os preços reais no produtor estão a cair perigosamente;

- os preços no consumidor são quase o quádruplo dos preços no produtor e, não obstante a diminuição da inflação, permanecem em níveis muito elevados;

- o grau de concentração do comércio retalhista e das empresas transformadoras quadruplicou nos últimos cinco anos e vai aumentar ainda mais devido à crise económica e à falência de pequenas e médias empresas e de empresas locais, uma situação que vai dificultar ainda mais as negociações entre produtores, empresas e consumidores;

- as disfunções existentes na cadeia de abastecimento e as suas práticas estão obviamente a pôr em risco as condições de uma sã concorrência,

é absolutamente vital dispormos de um plano europeu coordenado e de intervenções integradas no sector alimentar, desde a exploração agrícola até à mesa do consumidor. Não seria excessivo se a próxima intervenção da Comissão após a regulação e a supervisão do sistema financeiro incidisse no sector alimentar que, além do mais, também está directamente ligado aos movimentos especulativos no referido sector.

Os cidadãos têm a impressão de que quem regula o cabaz de compras da dona de casa são as cadeias de abastecimento, a indústria transformadora e o comércio retalhista e não a política de rendimentos do Estado e da União Europeia.

Assim, considero que, votando a favor do relatório da Comissão da Agricultura e aguardando as propostas finais da União Europeia sobre esta matéria, estaremos a combater os eternos problemas do funcionamento do mercado alimentar, o qual por sua vez deve também funcionar imparcialmente em benefício dos cidadãos

europeus, dos agricultores europeus e dos países em desenvolvimento e gerar um sentimento de segurança face às leis do mercado e às instituições.

Louis Michel, *Membro da Comissão*. – (FR) Em primeiro lugar, os meus agradecimentos à senhora deputada Batzeli e aos membros da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, responsáveis pela elaboração deste relatório, que estamos a debater numa altura de grandes dificuldades e num momento crucial para a cadeia de abastecimento alimentar da União Europeia.

Como todos sabem, a recessão provocou um súbito abrandamento na actividade da maioria dos sectores económicos na União Europeia. O sector agrícola experimentou uma verdadeira queda dos preços de mercado, o que compromete seriamente os rendimentos agrícolas. A situação é particularmente grave em sectores de elevado valor acrescentado, como o da carne e o dos lacticínios.

Neste contexto, é essencial que a cadeia de abastecimento alimentar funcione eficazmente, se pretendemos atenuar os efeitos da crise nos rendimentos agrícolas e assegurar que os consumidores beneficiem de produtos alimentares a preços mais módicos. Esta é a razão por que a cadeia de abastecimento alimentar e a questão do preço dos géneros alimentícios permanecem na linha da frente das preocupações da Comissão.

Por outro lado, a análise dos factores estruturais faz-nos recear uma nova escalada dos preços das matérias-primas agrícolas, a médio e longo prazo. Com a melhoria do funcionamento da cadeia de abastecimento alimentar, deverá ser possível no futuro evitar aumentos tão acentuados dos preços dos produtos alimentares e conter a instabilidade dos preços no consumidor. Partilho a maior parte das preocupações expressas no relatório quanto à necessidade de melhorar, em geral, o funcionamento da cadeia de abastecimento alimentar. Importa, em especial, reforçar a transparência ao longo de toda a cadeia, de modo a prestar aos consumidores uma melhor informação e melhorar a forma como o valor acrescentado é repartido ao longo da cadeia.

Desde o ano passado que a Comissão vem introduzindo uma série de iniciativas destinadas a melhorar o funcionamento da cadeia de abastecimento alimentar. Como resultado, o Grupo de Alto Nível sobre a Capacidade Concorrencial da Indústria Agro-Alimentar formulou recentemente um conjunto de recomendações estratégicas. Além disso, foi apresentado, no ano transacto, um Livro Verde sobre a qualidade dos produtos agrícolas.

Na sua comunicação sobre os preços dos géneros alimentícios, adoptada em Dezembro, a Comissão também propôs, sob a forma de roteiro, diversas soluções visando melhorar o funcionamento da cadeia de abastecimento alimentar na Europa. É absolutamente essencial progredirmos na aplicação deste roteiro. Precisamos, em particular, de avançar na criação de um Observatório Europeu permanente da cadeia de abastecimento alimentar e dos preços dos alimentos. Ao fornecermos informação fiável sobre os preços de uma ponta à outra da cadeia de abastecimento alimentar, poderemos contribuir para combater a falta de transparência, melhorando em simultâneo o nosso conhecimento sobre o funcionamento da cadeia de abastecimento.

Devemos igualmente avançar na análise da repartição do valor acrescentado ao longo da cadeia de abastecimento alimentar. É uma questão a que atribuo particular importância. Tal como se reconhece na comunicação sobre os preços dos géneros alimentícios, a assimetria entre o poder de negociação dos produtores agrícolas e o do resto da cadeia de abastecimento está a ter graves consequências nas margens de lucro dos produtores do sector agrícola. Escusado será dizer que um esforço no sentido de dotar de maior clareza e compreensão a questão de saber como é repartido o valor acrescentado constituiria um primeiro passo para restabelecer o equilíbrio do poder de negociação ao longo de toda a cadeia de abastecimento. Convém sublinhar, a este propósito, que a competitividade da cadeia de abastecimento alimentar da União Europeia não pode ser conseguida à custa de alguns dos elementos que compõem essa cadeia. É essencial que os produtores e os retalhistas do sector agro-alimentar possam continuar a contar com uma plataforma de produção agrícola sustentável e competitiva no interior da União Europeia.

Estou convencido de que o roteiro proposto pela Comissão, depois de totalmente aplicado, nos permitirá responder à maioria das questões e preocupações expressas no relatório da senhora deputada Batzeli.

Presidente. - Está encerrada a apresentação.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 26 de Março de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Roselyne Lefrançois (PSE), *por escrito*. – (FR) O relatório sobre o qual nos teremos de pronunciar na quinta-feira procura dar resposta, em termos práticos, às dificuldades que milhões dos nossos cidadãos atravessam em consequência da subida dos preços dos produtos alimentares.

No actual contexto de diminuição do poder de compra, era importante o Parlamento pronunciar-se sobre um problema cujas soluções, no entanto, são conhecidas. Com efeito, a diferença de preço entre o início e o final da cadeia de abastecimento alimentar chega a ser de 1 para 5 e, ainda que os liberais continuem a recusar-se admiti-lo, impõe-se combater os desequilíbrios do mercado para garantir preços razoáveis aos consumidores e rendimentos decentes aos agricultores. Eu própria propus que seja reafirmada no texto a importância de instrumentos de regulação dos mercados, mais necessários do que nunca face à crise que atravessamos.

Todavia, para assegurar que "preço acessível" não passe a querer dizer "produto de má qualidade", solicitei também que fosse introduzida no relatório a noção de incentivo aos sectores de produção biológica. É desejável que os consumidores possam ter acesso a produtos de qualidade a preços razoáveis, e isto graças a uma política ambiciosa de incentivos financeiros destinada a este tipo de produção agrícola.

Maria Petre (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) Os preços dos géneros alimentícios sofreram um aumento vertiginoso nos últimos tempos. Há duas razões subjacentes ao fenómeno: em primeiro lugar, a agricultura mundial e a crise nos produtos alimentares e, em segundo lugar, a concentração de mercado, que aumentou de 21,7% em 1990 para mais de 70% nos dias de hoje.

Os preços pagos pelos consumidores são em média cinco vezes mais elevados do que os pagos aos produtores. As cadeias de supermercado impõem muito frequentemente condições injustas e dificultam aos agricultores e pequenos fornecedores o acesso ao mercado.

Apoio a ideia da Comissão Europeia de criar um sistema europeu eficiente de supervisão do mercado. Também apoio a ideia de uma Rede Europeia de Concorrência.

Os fundos do Programa de Desenvolvimento Rural devem afectar mais verbas a favor dos produtores.

A ideia de renovar o conceito dos "produtos locais" e de prestar um apoio mais efectivo aos mercados tradicionais de géneros alimentícios é uma solução que apoio vivamente.

Theodor Dumitru Stolojan (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) Saúdo o relatório Batzeli que salienta as grandes discrepâncias entre os preços dos géneros alimentícios nos supermercados e os preços pagos aos produtores. Esta é, infelizmente, a realidade também em países com um nível de vida bem inferior ao da média europeia, como a Roménia.

Se rejeitarmos qualquer proposta relativa ao controlo sobre os preços, não podemos depois deixar de constatar que o poder de negociação dos supermercados é excessivo face aos produtores. Esta é também uma área em que podemos tomar medidas mais firmes no quadro das políticas de concorrência e de protecção do consumidor.

22. Estudos artísticos na União Europeia (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0093/2009) da deputada Maria Badia i Cutchet, em nome da Comissão da Cultura e da Educação, sobre os estudos artísticos na União Europeia (2008/2226(INI)).

Maria Badia i Cutchet, *relatora*. – (ES) Senhor Presidente, embora o ensino das artes seja hoje uma disciplina obrigatória praticamente em todos os Estados-Membros, existem diferenças substanciais na forma como é ministrado.

Historicamente, os estudos artísticos estavam vinculados aos currículos do ensino infantil e juvenil. Hoje, no entanto, a abordagem assente na aprendizagem ao longo da vida e o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) alargaram o espaço tradicionalmente dedicado à arte e à cultura e geraram novas formas de acesso e manifestação neste sector.

O avanço constante das TIC favoreceu igualmente a promoção de uma economia baseada no conhecimento, na qual as capacidades intelectuais e a criatividade ocupam um lugar proeminente.

A proposta de resolução, que será votada amanhã, assenta na ideia de que a educação artística constitui a base para a formação vocacional no domínio das artes e promove a criatividade, bem como o desenvolvimento

físico e intelectual nessa esfera; considera a educação artística como uma componente essencial da aprendizagem na infância e na adolescência e defende que o seu ensino nas escolas lançará as fundações para a verdadeira democratização do acesso à cultura.

Para além disso, valoriza a formação como factor de extrema importância para o êxito dos profissionais do sector artístico e criativo, uma vez que os estudos artísticos centrados no desenvolvimento de uma carreira e de uma profissão exigem dos estudantes, para além do talento, uma sólida base cultural que apenas poderá ser adquirida através de um sistema de formação multidisciplinar e sistemático. Este aumenta as oportunidades de acesso ao emprego no sector, na medida em que proporciona cultura geral, uma metodologia de investigação, espírito empreendedor e conhecimentos empresariais, bem como competências nas várias áreas de actividade.

Reconhece também, de forma muito especial, o potencial económico e de emprego das indústrias criativas, culturais e artísticas na União Europeia, as quais dão um contributo mais significativo nessas áreas do que outras indústrias altamente conceituadas como a química e a agro-alimentar.

Por isso, não deveremos esquecer que as escolas e os centros de ensino das artes e do *design* ajudam a criar novos estilos e movimentos artísticos e a promover o acesso a outros universos culturais, o que reforça a imagem da União Europeia no mundo.

No projecto de relatório, considera-se que a educação artística deverá ser um elemento obrigatório nos currículos de todos os níveis de ensino e encorajam-se os Estados-Membros a coordenarem as suas políticas em matéria de educação artística a nível da União Europeia e a promoverem a mobilidade de estudantes e professores neste sector, prestando uma atenção acrescida ao reconhecimento das qualificações entre os Estados-Membros.

Exorta-se igualmente o Conselho, a Comissão e os Estados-Membros a definirem o papel da educação artística como um instrumento pedagógico essencial na promoção do valor da cultura, a criarem estratégias conjuntas para a promoção das políticas de educação artística e políticas de formação de professores que se especializem nesta área, e a reconhecer o papel importante desempenhado pelos artistas e pela criatividade na nossa sociedade, tal com demonstrado pelo Ano Europeu da Criatividade e Inovação.

Por fim, o relatório salienta a importância da utilização dos recursos proporcionados pelas novas tecnologias da informação e pela Internet como canais para um ensino moderno e adaptado aos novos tempos ao introduzir a dimensão artística nos currículos escolares, e recomenda o desenvolvimento conjunto de um portal europeu para a educação artística e cultural a fim de salvaguardar o desenvolvimento e a promoção do modelo cultural europeu.

Por todas estas razões, gostaria de apelar a que reservem um apoio maioritário a este relatório, que enviará uma clara mensagem de apoio aos profissionais, estudantes e empresários do sector criativo e cultural.

Louis Michel, *Membro da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, quero começar por agradecer à senhora deputada Badia i Cutchet o seu relatório de iniciativa sobre os estudos artísticos na União Europeia.

Este assunto ocupa um lugar cada vez mais importante a nível europeu. Com efeito, todos estamos de acordo em que a cultura e as artes são uma parte fundamental da educação. Ajudam a desenvolver a sensibilidade e a auto-confiança, qualidades essenciais tanto para o cidadão como para o agente económico que existe em cada um de nós. Não há dúvida de que a educação artística é um vector de bem-estar, criatividade e integração social. A sua promoção nos sistemas de ensino na Europa, desde a mais tenra idade, é fundamental.

Partilhamos esta visão e apraz-nos o facto de o vosso relatório fazer referência a diversas iniciativas significativas empreendidas a nível europeu, como o Ano Europeu da Criatividade e Inovação.

A importância das artes e da educação artística na construção de uma sociedade melhor vai de par com o seu impacto na vida económica. Segundo estimativas recentes, a contribuição das indústrias culturais e criativas para a criação de riqueza económica corresponde a 2,6% do PIB europeu. Além disso, qualquer actividade económica pode tirar proveito das artes e da educação cultural. A inovação incentiva a criação de sinergias entre as áreas de actividade tradicionais e outras mais inovadoras. Hoje, devemos combinar tecnologia e *design*, integrando os princípios da sustentabilidade e da viabilidade económica. Esta combinação obriga a redefinir os modos de transmissão e aquisição de conhecimentos.

Estes diferentes aspectos são postos em evidência no Quadro de Referência Europeu, adoptado em 2006, que define as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida. Afirma-se neste documento que a expressão artística e cultural é essencial ao desenvolvimento das competências artísticas, que tão úteis são no contexto da vida profissional.

A Agenda Europeia para a Cultura introduziu métodos inovadores, nomeadamente, o diálogo estruturado com a sociedade civil e, há pouco tempo, novos métodos abertos de coordenação cultural. A aplicação de tais métodos foi tornada possível graças a um primeiro plano de trabalho trienal, adoptado pelo Conselho em 21 de Maio de 2008, que estabelece cinco domínios de acção prioritários. Neste quadro, foi criado um grupo de trabalho em torno do tema das sinergias entre a cultura e a educação. Composto por peritos de diferentes Estados-Membros, este grupo de trabalho deverá elaborar recomendações com vista à identificação de boas práticas a nível nacional e propor também um determinado número de recomendações aos Estados-Membros e às Instituições Europeias. Além disso, deverá estabelecer uma metodologia para a avaliação dos progressos realizados nos domínios inscritos no seu mandato. Por último, este grupo deverá dar um valioso contributo para o Fórum Europeu da Cultura, a realizar em Bruxelas nos dias 29 e 30 de Setembro de 2009.

Acabo de ler a resposta do meu colega, Senhor Comissário Figel.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na terça-feira, dia 24 de Março de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Marusya Ivanova Lyubcheva (PSE), por escrito – (BG) O relatório do Parlamento Europeu sobre os estudos artísticos na União Europeia insere-se nos esforços continuados para desenvolver o diálogo cultural e assume importância fundamental no contexto do Ano Europeu da Criatividade e da Inovação.

Ninguém contesta a necessidade de prestar atenção redobrada e específica aos estudos artísticos. Esta vertente deve integrar, com carácter obrigatório, os programas educativos desde os primeiros anos, pois estimula o desenvolvimento emocional e cultural dos jovens.

Conferir aos estudos artísticos uma finalidade prática mais visível, com a inclusão de ensino interactivo, permitiria uma compreensão mais profunda dos valores culturais nacionais e europeus. Proporcionar maior mobilidade a estudantes, professores e profissionais do sector é a forma mais directa de fomentar a consciencialização da identidade europeia e de reforçar a tolerância cultural e religiosa.

Compete aos Estados-Membros investirem na criação de oportunidades para o ensino artístico informal e independente e impedirem a redução do número de programas neste sector. O apoio que prestarem à vida profissional dos artistas levará a um aumento do interesse em formas diversas de estudos artísticos.

As parcerias público-privadas neste domínio ajudarão a modernizar os programas de ensino e estimularão uma integração mais activa das novas tecnologias no processo de ensino. Grande parte dos recursos destinados a uma política europeia coordenada de estudos artísticos reveste a forma de investimentos no reforço da influência cultural da Europa a nível mundial, na criatividade e, indirectamente, na economia europeia.

23. Diálogo activo com os cidadãos sobre a Europa (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0107/2009) do deputado Gyula Hegyi, em nome da Comissão da Cultura e da Educação, sobre o diálogo activo com os cidadãos sobre a Europa (2008/2224(INI)).

Gyula Hegyi, relator. – (HU) A Europa é a terra prometida para pessoas de continentes distantes ou mesmo dos Balcãs que pretendem vir para cá. Ao mesmo tempo, a Europa é, sob muitos aspectos, um símbolo de desilusão, tédio ou burocracia para aqueles que já cá estão dentro: os cidadãos da União Europeia, quer sejam intelectuais influentes ou cidadãos comuns.

Quando recebi o relatório, comecei a lê-lo com grande entusiasmo. Devo dizer que, no final, o meu entusiasmo tinha diminuído um pouco, porque me apercebi dos muitos obstáculos que existem ao exercício de um diálogo activo com os cidadãos e de quão afastada a máquina burocrática da União Europeia está da vida quotidiana e dos desejos dos seus cidadãos. De qualquer modo, graças ao relatório, percebi - talvez sem

surpresa - que quanto mais baixo é o nível ou estatuto educacional dos nossos cidadãos, menos eles compreendem a integração e mais eurocéticos são.

Julgo, por isso, e esta é a parte mais importante do meu relatório, que, para além dos jovens - que podem ser facilmente conquistados para a causa da integração europeia, através de meios pedagógicos - devíamos dirigir-nos, sobretudo, àqueles a quem até agora não conseguimos chegar, o que inclui os habitantes das pequenas aldeias, as classes trabalhadoras, os pensionistas e, mais geralmente, todos aqueles que dispõem de meios e circunstâncias mais modestos. Temos de tentar comunicar-lhes de alguma forma a ideia de Europa e os valores da unidade europeia.

No meu relatório, recomendo que muitos mais alunos devem poder obter uma bolsa Erasmus do que acontece actualmente. Foi, aliás, elaborada uma proposta separada neste sentido pela juventude do Partido Socialista Húngaro. Apenas uma pequena percentagem dos estudantes universitários húngaros conseguem retirar vantagem deste programa de intercâmbio estudantil, embora fosse desejável que todos aqueles que obtêm um diploma universitário pudessem passar, pelo menos, um semestre a estudar no estrangeiro.

A minha ideia era que deveria haver um currículo comum e unificado europeu de ensino de História, com a duração de um ano. Os alunos deviam estudar a mesma história europeia em todas as 23 línguas oficiais e em todos os 27 Estados-Membros durante, pelo menos, um ano. A Comissão não deu grande apoio a esta proposta e incluiu uma versão diluída no seu texto.

Eu sugeri, com base na recomendação de professores universitários húngaros, que se criasse uma universidade aberta europeia, por outras palavras, uma espécie de "Volkshochschule", uma universidade comunitária popular. Os cidadãos europeus deviam poder matricular-se em qualquer ponto da Europa, independentemente dos seus certificados ou diplomas escolares, num programa de formação estruturado de forma relativamente livre, que ofereça cursos de história da União Europeia e lições sobre a sua criação e o seu funcionamento.

Há muito que é desejo de alguns deputados ao Parlamento Europeu, um desejo que é também uma exigência, que a Euronews, que é financiada - pelo menos em parte - com o dinheiro da UE, emita programas na língua oficial de cada Estado-Membro. Há algo de absurdo no facto de a Euronews ter emissões em árabe ou russo, mas não em húngaro ou na língua de alguns outros Estados-Membros. Lamento informar, a propósito, Senhor Comissário - presumo que esteja a ouvir isto pela primeira vez - que, em Budapeste, os pacotes de televisão por cabo eliminaram a Euronews em inglês das suas grelhas e estão agora a oferecer, em sua substituição, um canal em chinês, porque, infelizmente, há mais procura para a televisão chinesa do que para a Euronews, dado que esta não é transmitida em húngaro, ao passo que existe um número considerável de chineses a viver actualmente no nosso país.

Houve um grande debate e eu gostaria de informar o Senhor Comissário, se ele estiver presente, que também eu teria gostado de recomendar que os funcionários da União Europeia comunicassem com os *media* de forma mais aberta do que tem acontecido até aqui. O problema, porém, é que muitas vezes não existe ninguém que consiga explicar competentemente a posição da Comissão e, por conseguinte, só a opinião dos seus adversários é ouvida.

Finalmente, como o meu tempo acabou, a minha última frase é que recomendei que as organizações não-governamentais locais se envolvessem nas campanhas da UE, porque elas estão muito mais familiarizadas com as comunidades locais e conhecem a língua com que podem chegar às respectivas populações.

Louis Michel, *Membro da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, permita-me uma pequena divagação mas que é totalmente pessoal: isso nada tem a ver com a questão que a minha colega me colocou. Não percebo bem o desejo do senhor deputado de ver as ONG a participar na campanha eleitoral. Não compreendo mas transmitirei o pedido à minha colega.

A actual situação política e económica acentua evidentemente a necessidade de um diálogo activo com os cidadãos. Estes devem ser informados sobre as mudanças que se operam na União Europeia e que afectam directa ou indirectamente o seu quotidiano, e devem poder tomar parte nas mesmas.

Foi este pressuposto que estive na base do trabalho desenvolvido pela Comissão nos últimos quatro anos. Acolho com grande satisfação o relatório do senhor deputado Hegyi intitulado "Diálogo activo com os cidadãos sobre a Europa". Estamos a esforçar-nos por fornecer aos cidadãos dos 27 Estados-Membros da União Europeia um amplo leque de conhecimentos de base sobre a União Europeia, de modo a que possam não apenas compreender como a UE poderá contribuir para responder aos principais desafios com que a Europa e o mundo hoje se defrontam, mas também trocar e confrontar ideias sobre o assunto.

Procuramos igualmente criar um grande número de fóruns mais acessíveis para acolher este debate, utilizando todos os recursos e tecnologias actualmente disponíveis: fóruns em linha, através dos meios de comunicação social e a nível local.

Subscrevendo embora numerosas recomendações formuladas no relatório, a minha colega afirma não poder partilhar a ideia de que, até agora, a comunicação não funcionou. Declara também que, apesar de a comunicação ter sem dúvida melhorado nos últimos anos, há que ser realista quanto ao que é possível fazer com um orçamento de apenas 100 milhões de euros para 27 Estados-Membros, 23 línguas e quase 500 milhões de pessoas.

Além disso, obviamente que não pode ser só a Comissão a comunicar com os cidadãos a propósito da Europa. Impõe-se um esforço conjunto por parte de todas as Instituições e todos os Estados-Membros. Esta a razão por que negociámos com os Estados-Membros e o Parlamento um acordo para uma comunicação conjunta sobre a Europa. Este acordo político, intitulado "Comunicar a Europa em parceria" foi assinado em 22 de Outubro de 2008. Foi a primeira vez que as instituições dos Estados-Membros da União Europeia assumiram conjuntamente o compromisso de comunicar sobre a Europa com os cidadãos da União Europeia. Importa agora que apliquemos na íntegra este acordo. Estou totalmente de acordo com a importância do processo de consulta dos cidadãos e com a necessidade de alargar o diálogo a todas as camadas da sociedade.

O diálogo regular entre a Comissão e os representantes da sociedade civil começou há mais de trinta anos. Este diálogo tem em conta a política de abertura e inclusão que a Comissão há muito aplica e ilustra a grande variedade dos campos de acção contemplados e a diversidade das partes envolvidas.

Devo assinalar que, regra geral, a cooperação entre as representações da Comissão e os Gabinetes de informação do Parlamento nos Estados-Membros funciona muito bem.

As próximas eleições europeias são um exemplo bem ilustrativo da vontade política destas duas instituições de cooperarem para, juntamente, definirem a suas prioridades em matéria de comunicação.

A propósito da necessidade de informação a nível local e regional, dirigida em especial aos jovens, aos eleitores que irão votar pela primeira vez e às mulheres, registo com satisfação as felicitações endereçadas à Comissão pela escolha dos projectos ao abrigo do Plano D.

Aproveito a oportunidade para anunciar que também é intenção da Comissão desenvolver, no contexto das eleições europeias, actividades especiais no âmbito da iniciativa "Debate Europe" do Plano D. No que respeita à criação de um novo sítio Web e ao estabelecimento de ligações com estações televisivas locais, cumpre-me informar que a Comissão está em vias de criar redes de operadores de rádio e de televisão que transmitirão programas sobre assuntos europeus. Quando todas estiverem operacionais, estas redes, juntamente com o canal Euronews, alcançarão entre 60 e 90 milhões de cidadãos cada semana, em todas as línguas da União Europeia.

Quanto à importância de introduzir cursos sobre o direito europeu e a história da Europa no currículo escolar, a Comissão partilha a opinião de que, na escola, devem ser ensinados aos jovens os factos essenciais da história da União Europeia. Fazemos votos de que os Estados-Membros dêem seguimento a esta sugestão sobre esta questão importante.

Inúmeras outras recomendações mereceriam a nossa atenção mas, lamentavelmente, o tempo de que dispomos é limitado.

A terminar, permitam-me retomar um aspecto essencial no contexto dos esforços desenvolvidos pelas Instituições comunitárias: a comunicação eficaz só é possível se existir uma estreita cooperação entre todas as partes envolvidas. A Comissão aprecia o apoio constante que recebe do Parlamento. Pela minha parte, felicito o relator pelo seu empenhamento pessoal enquanto membro do Parlamento Europeu.

Presidente. - Está encerrada a apresentação.

A votação terá lugar na terça-feira, dia 24 de Março de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

John Attard-Montalto (PSE), por escrito. – (EN) Este é um dos problemas mais importantes que importa resolver. As pessoas na Europa não se sentem como cidadãos europeus. O conceito de cidadania da UE continua pouco claro, enquanto predomina a cidadania das nacionalidades individuais.

A maioria dos cidadãos não se sente como parte do processo e encara a União Europeia como uma instituição à parte. Uma reaproximação positiva implica o reforço do diálogo entre os cidadãos e as instituições europeias, a necessidade de ratificar o Tratado de Lisboa, a importância de um processo de consulta e de debates abertos conjuntos.

Há um ano, em Abril de 2008, lançámos a ideia "Debate Europe", que constitui uma oportunidade para eliminar as barreiras por vezes artificiais entre as questões nacionais e europeias.

O que importa, no final, é que os cidadãos da Europa tenham uma ideia clara do rumo que o processo europeu deve seguir. Existem duas abordagens que não podem continuar a subsistir em paralelo. Há que tomar uma opção. Ou somos a favor de uma União totalmente integrada ou defendemos a manutenção do actual *status quo*. Quando os cidadãos vêem os seus governos indecisos entre uma e outra alternativa, quem poderá culpá-los por se sentirem alienados deste processo?

Magda Kósáné Kovács (PSE), por escrito. – (HU) O relatório do senhor deputado Gyula Hegyi lança luz sobre um importante problema contemporâneo. A ratificação do Tratado de Lisboa, que é garantia de uma União Europeia mais eficaz e democrática, foi rejeitada pelos irlandeses em referendo. Desde então, esta questão tem sido fonte de instabilidade e desorientação na Europa.

Temos de criar condições para que os cidadãos europeus tenham uma voz mais eficaz na definição das políticas da União Europeia. Para isso, é necessária uma educação adequada, pois há maior oposição à integração entre aqueles que têm níveis mais baixos de educação. Por exemplo, é essencial oferecer formação em cidadania e sobre a União Europeia em geral, em universidades abertas ou como parte dos currículos do ensino secundário. É importante que as pessoas conheçam os seus direitos e saibam que a UE não funciona acima delas, mas com elas. Temos de garantir que fontes de informação adequadas são disponibilizadas nas regiões menos desenvolvidas. O garante de uma democracia efectiva não é a burocracia, mas os próprios cidadãos – é esse o cerne da cultura democrática. É indispensável que os meios de comunicação ajudem a desenvolver a comunicação entre as instituições e os cidadãos, bem como a comunicação entre os próprios cidadãos.

Não se pode esperar decisões responsáveis, ou qualquer outro tipo de decisões, por parte dos cidadãos, se não lhes fornecermos informações adequadas. O fornecimento de informação é nossa responsabilidade e nosso dever, enquanto a tomada de decisões é um direito dos cidadãos. No próximo mês de Maio, passam cinco anos desde que a Hungria aderiu à União Europeia e já é possível ver que a União Europeia não é desprovida de rosto, mas que a UE somos nós, a soma de todos os cidadãos individuais. Temos de ter consciência de que a tomada de decisões está nas nossas mãos. Vamos, pois, aproveitar esta oportunidade.

Sirpa Pietikäinen (PPE-DE), por escrito. – (FI) Os meus agradecimentos ao relator pelo seu excelente trabalho. Ele tem o mérito de levantar muitos aspectos e problemas importantes associados à interacção entre a UE e os seus cidadãos.

A UE não é um favorito das pessoas em nenhum dos seus Estados-Membros. O referendo irlandês de Julho passado pareceu demonstrar que os irlandeses, pelo menos, não queriam mais União. Por alguma razão, as mensagens negativas e os receios de que o Estado seja engolido por uma Bruxelas sem rosto chegam melhor às pessoas do que qualquer notícia sobre todas as coisas positivas que a União tem alcançado. A grande incógnita é sempre uma ameaça demasiado fácil, e é também fácil juntarmo-nos a esse coro.

Um maior empenhamento por parte dos indivíduos e das ONG em relação a todas as actividades da União torná-la-ia mais aceitável. No que diz respeito às questões jurídicas, em particular, os indivíduos e as organizações devem ter mais possibilidades de exercer influência e de exprimir a sua opinião em todas as fases do processo legislativo.

O relator menciona igualmente um facto interessante em relação aos mais recentes referendos da UE: as mulheres votaram contra a UE com mais frequência do que os homens. Obviamente por alguma razão, as mulheres, em particular, sentem que a UE é algo que lhes é um pouco alheio.

Uma razão é clara: a União tem um rosto muito masculino. O Presidente da Comissão é um homem, como o são quase 70% dos Comissários. Do mesmo modo, são homens o Presidente do Parlamento Europeu e os presidentes da maior parte das comissões parlamentares. É importante que a igualdade entre os sexos seja concretizada, tanto quanto possível, no próximo mandato, quando os principais cargos da UE forem preenchidos. Pelo menos uma mulher deve ser nomeada para eles.

O diálogo activo com a sociedade civil é a melhor forma de reforçar a legitimidade da União.

Daciana Octavia Sârbu (PSE), *por escrito*. – (RO) Como sempre, a aproximação das eleições ao Parlamento Europeu torna a questão do nível de informação prestada e as deficiências no diálogo com os cidadãos, concretamente a nível europeu, extremamente actual.

Neste contexto, saúdo a proposta de resolução sobre um diálogo activo com os cidadãos, que sublinha a importância de envolver as Instituições europeias, os sistemas de ensino transeuropeus e os meios de comunicação social. A rejeição do Tratado Constitucional em França e nos Países Baixos e a oposição da Irlanda ao Tratado de Lisboa, expressa num referendo, mostraram bem que o lançamento de uma campanha destinada a cidadãos com um nível de ensino secundário é uma estratégia viável e necessária, que apoia na íntegra.

Dado o crescente nível de acesso à Internet nos Estados-Membros da União Europeia, cumpre-nos adoptar este instrumento e fazer uso do mesmo para tornar o diálogo com os cidadãos mais eficaz. Isto permitirá um registo das opiniões das pessoas, que seria avaliado mais tarde e integrado no quadro do nosso processo decisório. Também creio que a história da UE, o seu funcionamento e os direitos dos cidadãos deverão apresentar-se como componentes de base no curriculum a nível europeu.

Por conseguinte, creio sinceramente que podem ser garantidas as condições para estabelecer um diálogo coerente com os cidadãos, que aborde a Europa e a União Europeia de uma perspectiva diferente, com base num conhecimento e informação rigorosos.

Dushana Zdravkova (PPE-DE), *por escrito*. – (BG) Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de agradecer ao senhor deputado Gyula Hegyi o seu excelente relatório, que decerto dará um contributo fundamental para o lançamento do diálogo civil na União Europeia.

O êxito nas prioridades de comunicação gerais das instituições europeias, em parceria com os Estados-Membros, será um passo marcante para uma melhor informação dos cidadãos da União Europeia. Apenas cidadãos informados conseguirão aproveitar as oportunidades que lhes são proporcionadas e participar no diálogo activo sobre a Europa. Todos vimos os resultados da dificuldade de garantir uma informação satisfatória dos cidadãos: o "não" nos referendos e o bloqueio do desenvolvimento europeu.

Na qualidade de presidente de uma associação de cidadãos na Bulgária, creio firmemente que envolver os cidadãos nos processos de tomada de decisão lhes dará oportunidade de contribuírem directamente no processo político a nível da UE. Considero, portanto, que esta é uma das importantes áreas que devem ser rapidamente sujeitas a reforma e melhoradas.

Penso que o presente relatório permitirá ao Parlamento enviar as orientações e recomendações necessárias às demais instituições mas também às organizações civis, pois os cidadãos são peças centrais no desenvolvimento futuro da Europa. Sem a sua cooperação e o seu envolvimento será impossível atingir o objectivo que estabelecemos.

24. Luta contra as mutilações genitais femininas praticadas na UE (breve apresentação)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0054/2009) da deputada Cristiana Muscardini, em nome da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, sobre a luta contra as mutilações genitais femininas praticadas na UE (2008/2071 (INI)).

Cristiana Muscardini, *relatora*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, considero particularmente adequado o facto de o Comissário Michel participar no nosso debate. Como sabemos, ele está sempre muito atento aos problemas dos direitos humanos e às tragédias que se desenrolam em África. Com efeito, a presença do Comissário Michel leva-me a ter esperança de que a Comissão possa ter em devida consideração um problema que actualmente não afecta apenas 28 países africanos e vários países do Médio Oriente e países vizinhos, aflige também de modo especial a própria União Europeia.

A imigração em massa a que se assistiu nos últimos anos trouxe esta tragédia para os países da UE. Dezenas de milhares de meninas e adolescentes correm diariamente o risco de serem submetidas a uma prática terrível que lhes causa danos físicos irreversíveis e que também as afecta enormemente a nível psicológico. É por essa razão – embora o Parlamento tenha já condenado esta prática em diversas ocasiões em anos anteriores e na realidade até financiou através do DAPHNE 14 projectos para combater a mutilação genital feminina

– é por essa razão que hoje estamos mais uma vez a debater este tema, porque infelizmente a prevalência do fenómeno não diminuiu, antes continua a aumentar.

Devemos ter a coragem de adoptar um método sério de prevenção mais adequado através de campanhas culturais que façam com que as mulheres imigrantes, mas também os pais dessas raparigas, compreendam que o cumprimento de um rito tribal que nada tem a ver com religião não é uma forma de integração nem serve para criar um futuro para as suas filhas.

Imaginemos uma rapariga que frequenta uma escola francesa, italiana ou belga e que, de repente, depois de ter convivido com os seus colegas, se vê arrancada à normalidade e obrigada a sofrer uma tragédia que irá marcá-la para o resto da vida. Esta rapariga não fica mutilada apenas fisicamente, fica também impossibilitada de retomar um relacionamento normal com as outras pessoas; sente-se diminuída, diferente, e nós não queremos pessoas diferentes na nossa sociedade. Queremos pessoas que, independentemente da sua religião, cor de pele ou proveniência geográfica, sejam capazes de trabalhar em conjunto na construção de uma Europa melhor e mais próxima dos seus cidadãos.

Por este motivo, Senhor Presidente, Senhor Comissário, nós, enquanto Parlamento – e gostaria de agradecer a todos os meus colegas de comissão que me ajudaram na elaboração deste relatório –, queremos que as legislações de todos os Estados-Membros sejam harmonizadas no sentido de tratar a mutilação genital feminina como um delito. Não queremos propostas paliativas como a chamada "punção". Queremos que as mulheres sejam verdadeiramente iguais aos homens; não queremos ritos iniciáticos, queremos sim uma verdadeira integração. Queremos que as ONG possam realizar o seu trabalho, queremos uma política de prevenção que envolva as associações de mulheres imigrantes, queremos punir quem quiser mutilar raparigas e arrastá-las numa espiral perversa de desespero e marginalização.

O relatório aborda muitas áreas e penso que os colegas tiveram a oportunidade de o examinar e avaliar. Creio que todos deverão juntar-se neste apelo por uma Europa resoluta que conjugue os esforços das suas três instituições no combate a este crime horrendo que viola os direitos humanos.

Louis Michel, *Membro da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, em meu nome pessoal e em nome do meu colega, gostaria de agradecer à senhora deputada Muscardini a sua intervenção, pois penso que ela põe o dedo no que é simultaneamente uma tragédia e um escândalo. Faço realmente questão de agradecer à senhora deputada Muscardini o seu excelente relatório sobre esta questão crucial que é a luta contra as mutilações genitais femininas na União Europeia.

A Comissão tem denunciado em termos inequívocos, tanto na União Europeia como em países terceiros, o carácter inadmissível de práticas tradicionais que atentam gravemente contra o direito fundamental das mulheres e das raparigas ao respeito pela sua integridade física e mental. Concordamos obviamente com o relatório na sua integralidade. Somos de opinião que todos os Estados-Membros da União Europeia deveriam adoptar fortes medidas. Impõe-se a adopção de medidas muito mais enérgicas do que as existentes para pôr cobro a estas práticas, tanto na União Europeia como em países terceiros, pois é deveras inadmissível e totalmente inacreditável que situações destas ainda possam ter lugar na União Europeia. Devemos igualmente velar por que, no âmbito de todos os diálogos políticos que mantemos com países terceiros, estes compreendam bem a nossa posição. Vou sair do texto por um momento para vos afiançar que, em todos os diálogos políticos que mantemos com países em desenvolvimento, esta é uma questão que está sempre na ordem do dia.

Ainda há pouco tempo, o Presidente Compaoré do Burquina Faso telefonou-me para me participar que estavam a ponto de adoptar uma lei que proibia estas práticas, o que não será de todo em todo fácil. Com efeito, e como é natural, ainda existem determinados clãs e tribos que continuam a praticar estes actos, e o assunto é deveras delicado no país. Em todo o caso, o Presidente manifestou-se realmente a favor da mudança e isso, creio, é importante.

Sabem também, com certeza, que a Comissão desbloqueia regularmente fundos comunitários para apoiar, na Europa e em países terceiros, projectos destinados a prevenir e a erradicar as mutilações genitais femininas e a dar apoio às vítimas e a jovens em risco.

Na Europa, o principal instrumento de que dispomos é o programa DAPHNE III, que apoia organizações não governamentais europeias e instituições e autoridades públicas locais e regionais na sua luta contra as mutilações genitais femininas. Desde o seu lançamento, em 1997, o programa DAPHNE co-financiou 14 projectos dedicados especificamente a este problema, num montante global de 2,4 milhões de euros. Os projectos DAPHNE permitiram-nos implementar programas comunitários de formação e apoio, levar a cabo

campanhas de sensibilização, analisar legislação nacional, recolher informação e compilar estatísticas, desenvolver instrumentos e definir boas práticas a utilizar pelos agentes no terreno, e recomendar orientações políticas aos decisores europeus e nacionais.

Estamos evidentemente determinados a manter o nosso apoio a estas acções e a continuar a lidar com o problema na União Europeia, não apenas no contexto da prevenção da violência e do apoio às vítimas, mas também nos domínios da imigração, do asilo e da justiça penal.

Vou novamente desviar a minha atenção do texto por uns breves instantes. Devo dizer-vos que me choca bastante uma certa forma de cobardia dos nossos governos e de alguns homens políticos que consideram que esta é uma questão que faz parte da cultura e que, como tal, é intocável. Peço desculpa mas considero que o mínimo que devemos esperar das pessoas que vêm para a Europa é que cumpram com as regras em vigor. Não me parece que possamos ter uma justiça a duas velocidades; não pode haver um conceito a duas velocidades nesta matéria. Isto não afecta a capacidade de um país europeu para acolher imigrantes, bem pelo contrário. Este é um debate em que eu próprio participei no meu país, há anos. Devo dizer que me escandaliza o facto de algumas pessoas, sob pretexto do respeito pela cultura dos imigrantes, se recusarem, no fundo, a penalizar este tipo de coisa. Penso que se queremos resolver este problema, pelo menos na Europa, teremos de chegar a um ponto em que penalizamos estas práticas. Precisamos de ter essa coragem política, e não penso que limitáremos a capacidade de um país para acolher imigrantes se disséssemos: "Eis a nossa Constituição, estas são as nossas regras, estes os nossos valores humanos, e tendes de cumprir com eles. Se não os cumprirdes, estareis a actuar à margem da lei e tereis de ser punidos." Termina aqui o meu aparte, mas ainda bem que disse estas coisas, pois partilho totalmente a vossa irritação em relação a este assunto.

No quadro da sua ajuda externa a países terceiros, a Comissão aplica igualmente três políticas para combater as mutilações genitais femininas. Em primeiro lugar, como já vos disse, a Comissão faz da questão da emancipação das mulheres, dos seus direitos humanos e da sua saúde uma parte integrante do diálogo político e estratégico que mantém com os governos dos países parceiros.

Em segundo lugar, apoia acções de luta e pressão em prol da melhoria da legislação nacional e da criação de políticas nacionais tendentes a promover e a proteger os direitos da mulher e a proibir todas as práticas nefastas.

Em terceiro lugar, apoia iniciativas destinadas a reforçar a capacidade de acção dos responsáveis políticos bem como as acções de sensibilização dirigidas a todos os sectores da sociedade. O programa plurianual da Haia, que cobre as diferentes acções a empreender a fim de desenvolver o espaço de justiça, de liberdade e de segurança, chegará ao seu termo em 2010. O novo programa de Estocolmo 2010-2014 será apresentado por meio de uma comunicação, na Primavera de 2009. Desde já vos posso informar que este programa insistirá muito no aspecto da protecção dos direitos fundamentais e das vítimas, incluindo a promoção e a protecção dos direitos das crianças e das mulheres.

Embora a Comissão ainda não tenha criado uma estratégia específica em matéria de luta contra as mutilações genitais femininas, estamos determinados a continuar a apoiar acções de prevenção desta prática, e é nossa intenção continuar a abordar a questão no quadro das políticas internas e externas da União.

Presidente. - Está encerrada a apresentação.

A votação terá lugar na terça-feira, dia 24 de Março de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Véronique Mathieu (PPE-DE), por escrito. – (FR) Todos os anos, 180 000 das mulheres emigradas na Europa já foram ou correm o risco de ser submetidas a uma mutilação genital. Importa ter presente que estas mutilações constituem uma violação dos direitos humanos que acarreta consequências muito graves do ponto de vista físico e psicológico. Estas práticas não podem ser justificadas pelo respeito de tradições culturais ou religiosas. Para lhes pôr cobro, os Estados-Membros devem fazer respeitar a proibição estabelecida no seu direito penal, e a prática de mutilação deve ser considerada crime. Por outro lado, importa assegurar o acesso das vítimas e potenciais vítimas a apoio médico e jurídico.

A UE deve aumentar o seu apoio às ONG que desenvolvem um trabalho notável no terreno nos domínios da prevenção e da assistência. A realização, a nível nacional e europeu, de campanhas de informação e educação dirigidas a grupos-alvo contribuiria para afastar os tabus associados a estas práticas, ao mesmo tempo que informaria as famílias sobre as consequências penais de tais mutilações. É importante, pois, que

a UE lide com o problema através da definição de acções de prevenção comuns para proibir a prática da mutilação na UE, e recordando esta proibição em todos os acordos de cooperação celebrados com países terceiros. A mutilação genital é um problema social que nos deve preocupar a todos.

25. Multilinguismo, uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0092/2009) do deputado Vasco Graça Moura, em nome da Comissão da Cultura e da Educação, sobre o multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum (2008/2225(INI)).

Vasco Graça Moura, relator. – A Comunicação da Comissão intitulada *Multilinguismo, um activo para a Europa e um empenhamento partilhado* reconduz-se a uma já longa série de documentos produzidos pelo Parlamento, pela Comissão, pelo Conselho, pelo Comité das Regiões e pelo Comité Económico e Social, em que a questão do multilinguismo é abordada sob vários ângulos.

No meu relatório reitero as posições anteriormente tomadas pelo Parlamento Europeu e subscrevo, de um modo geral, a posição da Comissão quanto à enorme vantagem competitiva representada pela diversidade cultural e linguística da União Europeia e também quanto à necessidade de apoio a programas de ensino de línguas e de intercâmbio nas esferas cultural e educacional, dentro e fora da União.

Sustento ainda a importância da língua como factor de inclusão social. Afirmando a importância do diálogo com outras regiões do globo, tendo em atenção os laços existentes em termos de língua, História e cultura entre os países da União e os países terceiros. Refiro a necessidade de políticas de apoio à tradução, tanto literária como técnica. Abordo a questão do multilinguismo no sector audiovisual, a necessidade de apoio aos professores de línguas, a extensão da elaboração dos indicadores de competência linguística a todas as línguas oficiais da União Europeia, sem prejuízo de virem a abranger outras línguas faladas e estudadas na Europa, incluindo o grego clássico e o latim.

No tocante ao ensino das línguas, quer na aprendizagem escolar quer na idade adulta, entre muitos outros aspectos, sustento que a aprendizagem da língua materna é básica para toda e qualquer outra aprendizagem. Que pais e encarregados de educação devem poder escolher a língua oficial em que as crianças hão-de ser educadas em países em que há mais do que uma língua oficial ou em que coexistem língua oficial e línguas regionais. Sustento ainda que nenhuma criança pode ser privada de educação na língua oficial do Estado.

Faço notar que em ponto algum do meu relatório se contesta a importância das línguas regionais ou minoritárias, que, evidentemente, reconheço e respeito, e também que em nenhum ponto se visa prejudicá-las. Não há um só aspecto do meu relatório que seja incompatível com elas. Mas surgiu entretanto uma proposta de alternativa subscrita por colegas socialistas, liberais e verdes, que suprime, pura e simplesmente, os três pontos que acabo de referir.

Deste modo, o que são princípios que têm a ver com os direitos fundamentais e a liberdade das pessoas e há muito consagrados, aceites e praticados na União Europeia, está em vias de eliminação por pressão de nacionalistas galegos, catalães e bascos, a que, se assim votar, o Parlamento Europeu terá cedido.

Essas intenções são perfeitamente visíveis. No diário espanhol *El País* de hoje, lê-se na página 37 que, há apenas três meses, o Supremo Tribunal determinou que deve pôr-se uma casa na folha de pré-inscrição, perguntando aos pais em que língua querem que os seus filhos tenham o primeiro ensino, o que a *Generalitat* catalã não fez.

Não penso que a alternativa devesse ter sido recebida. No confronto com as matérias do meu relatório, ela redundaria num proteccionismo inaceitável dos nacionalismos exacerbados e colide, de modo também inaceitável, com direitos e liberdades fundamentais e até com o princípio da subsidiariedade, sem contar que essa alternativa é também contrária a princípios já consagrados em anteriores textos do Parlamento Europeu e do Conselho e nunca postos em questão.

Peço, pois, a maior atenção desta Câmara. A alternativa apresentada deve ser rejeitada, devendo ser aprovado o meu relatório, que já o tinha sido na Comissão da Cultura e da Educação em 17 de Fevereiro, com 20 votos a favor, 3 contra e 8 abstenções.

Senhor Presidente, a União Europeia deve ser um lugar de respeito da democracia e do pluralismo, não um lugar de exclusão ou de cerceamento inviolável de direitos e liberdades fundamentais.

Louis Michel, *Membro da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, gostaria de começar por agradecer ao senhor deputado Graça Moura o seu relatório de iniciativa sobre o multilinguismo.

É um relatório que apoia a política da Comissão e coloca a tónica na qualidade do ensino das línguas e da formação dos professores de línguas, numa abordagem integrada para chegar a todas as camadas da nossa sociedade, na diversidade linguística, permitindo em simultâneo facilitar a compreensão entre as pessoas sobre o papel dos meios de comunicação social e da tradução literária, e ainda nos laços linguísticos e culturais existentes entre a UE e países terceiros.

Partilho a opinião do relator segundo a qual o multilinguismo tem um grande impacto na vida quotidiana dos cidadãos da União Europeia, em resultado da abundância de comunicações, da crescente mobilidade, das migrações e do avanço da globalização.

O princípio da "língua materna mais duas línguas" e o da aprendizagem de línguas estrangeiras numa idade precoce continuam a ser os pontos de referência da nossa política em matéria de multilinguismo. A nossa abordagem assenta sobre esse direito consagrado. Reforça a importância da aprendizagem ao longo da vida e tem por objectivo incluir os grupos mais vulneráveis da nossa sociedade. Refiro-me em particular aos que abandonaram os seus estudos, aos imigrantes, e às pessoas que falam apenas uma língua ou são menos competentes do ponto de vista linguístico.

Além disso, pretendemos intensificar os nossos esforços em relação aos aprendizes em contexto de formação profissional, aos adultos e a pessoas mais velhas que já não frequentam o ensino e correm o risco de não acompanhar o desenvolvimento.

Congratulo-me com o vosso apoio à nossa abordagem. Para chegar a estes grupos, a motivação individual e a aplicação de métodos de ensino adequados são essenciais. As novas tecnologias, como a Internet e os meios audiovisuais interactivos, oferecem múltiplas possibilidades de chegar a estes grupos e desenvolver métodos de ensino adaptados às suas necessidades e capacidades específicas. A nível europeu, o nosso programa de aprendizagem ao longo da vida promove todas as línguas: as línguas oficiais da União Europeia, as línguas regionais e minoritárias, e as outras línguas faladas no mundo. Isto é um reflexo da nova realidade na União neste domínio e das necessidades linguísticas dos nossos cidadãos.

Num contexto de crescimento da mobilidade e da imigração, é fundamental as pessoas dominarem a ou as línguas nacionais do seu país para se poderem integrar plenamente na sociedade. Cumpre todavia sublinhar, neste contexto, que são os Estados-Membros os principais decisores em matéria de política das línguas, nomeadamente no que respeita às línguas regionais e minoritárias, cujo quadro é definido pela Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias do Conselho da Europa.

Regozijo-me com o apoio que geralmente o Parlamento tem dado à nossa política em matéria de multilinguismo.

Presidente. - Está encerrada a apresentação.

A votação terá lugar na terça-feira, dia 24 de Março de 2009.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Corina Crețu (PSE), *por escrito*. – (RO) A diversidade cultural e linguística dos 27 Estados-Membros da UE é vantajosa para a compreensão e cooperação, bem como para a mobilidade laboral transfronteiriça e assimilação dos valores europeus. É importante melhorar constantemente as políticas da UE que visam encorajar o ensino na língua materna e garantir total inteligibilidade mútua entre as línguas. Precisamos de cooperação entre as autoridades nacionais e a Comissão Europeia para implementar práticas tão eficazes quanto possível, a fim de alcançar a integração através da aceitação das diferenças linguísticas.

A Roménia é um dos Estados-Membros da UE que garante um nível de protecção e apoio acima da média europeia para as minorias, promovendo a educação nas suas próprias línguas. A universidade de Babeș-Bolyai em Cluj-Napoca é um exemplo notável da promoção do multilinguismo.

Infelizmente, foram organizadas manifestações, mesmo no Parlamento Europeu, e lançadas iniciativas que apelaram ao desmantelamento da Universidade de Babeș-Bolyai em razão de uma discriminação injusta baseada na separação étnica. Motivo por que gostaria de chamar a vossa atenção para o perigo que representa a deterioração no tom do debate sobre questões étnicas. O respeito pelos direitos das minorias e a promoção

do multilinguismo não podem ser pervertidos, transformando-os numa "cortina de fumo" por detrás da qual são desenvolvidas acções contra o espírito europeu e a harmonia interétnica. O multilinguismo deve ser um denominador comum e não um factor de divisão para a União Europeia.

Gabriela Crețu (PSE), *por escrito*. – (RO) Há argumentos práticos que apoiam o multilinguismo: reduz o risco de desemprego, aumenta as possibilidades de encontrar trabalho, contribui para melhorar a qualidade dos serviços prestados e a produtividade laboral e facilita a mobilidade. Todos nós sabemos quais são e, deste ponto de vista, as opiniões tendem a concordar.

Neste momento, gostaria de salientar a importância de uma outra razão para defender o multilinguismo e as medidas a ele associadas.

O multilinguismo contribui para a afirmação de valores e atitudes que são essenciais para o modelo social europeu: compreensão mútua, confiança e solidariedade. Pode efectivamente ajudar a conseguir a unidade num mundo de diversidade.

A este respeito, também insistimos na necessidade de preservar a diversidade linguística na Europa. Uma das formas de alcançar este objectivo seria aprender, como segunda língua estrangeira, línguas que não as línguas internacionais. Podem aprender-se as línguas de países vizinhos, ou as de minorias étnicas do nosso próprio país, ou ainda as línguas faladas nas economias emergentes com as quais as relações são promissoras.

Gostaria de manifestar a minha convicção de que os efeitos positivos de uma política nesses moldes podem ser demonstrados mais tarde, na vida de todos os dias.

Silvana Koch-Mehrin (ALDE), *por escrito*. – (DE) A diversidade linguística é importante. Faz parte da realidade quotidiana na União Europeia e está a ganhar uma importância crescente nas relações entre os Estados-Membros, na forma como as nossas sociedades multiculturais coexistem e nas medidas políticas comuns tomadas pela União Europeia. No entanto, o poder de decisão sobre questões de política linguística cabe principalmente aos Estados-Membros. Não é da responsabilidade do Parlamento Europeu definir exigências e recomendações em matéria de política linguística. O facto de a União Europeia ter um Comissário para o multilinguismo deixa clara a necessidade urgente de uma reforma da Comissão e de o número de Comissários ser inferior ao de Estados-Membros.

Iosif Matula (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) Gostaria de felicitar o meu colega, o deputado Graça Moura, pela forma como conseguiu combinar, neste relatório, interesses gerais, regionais e mesmo locais.

Pessoalmente, propunha que os cidadãos que pertencem a um grupo étnico que fala uma língua minoritária aprendessem devidamente a língua oficial do Estado em que vivem. Isto ofereceria seguramente uma vantagem na procura de emprego e também ao nível da integração social. Infelizmente, a alteração relacionada com o assunto não foi aprovada na comissão competente quanto à matéria de fundo, mas continuo a acreditar piamente que seria uma medida de grande utilidade.

Por outro lado, propunha que os funcionários que, no quadro do seu trabalho, entram frequentemente em contacto com cidadãos de outros Estados-Membros fossem encorajados a aprender uma segunda língua europeia. Considero que seria vantajoso, tendo em conta a migração laboral em toda a Europa, bem como a mobilidade para efeitos de turismo.

Esta é a única forma de podermos encorajar a comunicação e compreensão intercultural, que constituem valores de base da União Europeia.

26. Ordem do dia da próxima sessão: ver Acta

27. Encerramento da sessão

(A sessão é suspensa às 23H05)